

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

VILMA CLARO DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM PROCESSO: USOS DOS
RESULTADOS PELOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA E
MATEMÁTICA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO:
FORMAÇÃO DE FORMADORES**

**São Paulo
2017**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

VILMA CLARO DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM PROCESSO: USOS DOS
RESULTADOS PELOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA E
MATEMÁTICA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Educação: Formação de Formadores, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Antonio Simão Gimenes.

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudos e pesquisa, desde que devidamente citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Santos, Vilma Claro dos. Avaliação da Aprendizagem em Processo: usos dos resultados pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática dos anos finais do Ensino Fundamental/Vilma Claro dos Santos: orientador: Nelson Antonio Simão Gimenes – São Paulo, 2017. 141 f.

Dissertação de Mestrado Profissional em Educação – Formação de Formadores. Área de concentração: Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1. Avaliação da Aprendizagem em Processo. 2. Avaliação Aprendizagem. 3. Avaliação Diagnóstica.

Banca Examinadora

Dedico este trabalho a meus pais, João (*in memoriam*) e Geralda; a meus filhos, Flávia, Eduardo e Edgar; e a meus netos Laura, Daniel, Maria Eduarda, Arthur e Carolina, meus eternos amores.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e determinação para que este trabalho fosse realizado.

Aos meus pais, João (*in memoriam*) e Geralda, que sempre me incentivaram a estudar para construir um futuro melhor.

Aos meus filhos e familiares, pelo apoio e compreensão nos momentos de distanciamento necessário.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nelson Antonio Simão Gimenes, por acreditar em mim e por toda ajuda e paciência nos momentos de orientação.

À Profa. Dra. Clarilza Prado de Souza e ao Prof. Dr. Élio de Assis, pelas valiosas contribuições e pelo redirecionamento deste trabalho no Exame de Qualificação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação de Formadores, pelo acolhimento e pela aprendizagem nesses anos de mestrado.

Ao Humberto, secretário do Programa, que sempre esteve disposto e disponível a me atender com simpatia e dedicação.

Às minhas amigas e companheiras, Cristiana, Edislene, Sheila e Conceição, que contribuíram com suas experiências e reflexões, nos momentos de estudo, e com sua alegria, nos momentos de descontração, sempre tão necessários! Vocês estarão sempre comigo.

À escola em que esta investigação foi desenvolvida, por abrir suas portas para este estudo, e aos professores, pela colaboração.

E, finalmente, a todos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a realização desta pesquisa.

*A avaliação precisa ser espelho e lâmpada...
Não apenas espelho! Precisa não apenas
refletir a realidade, mas iluminá-la criando
ênfoques, perspectivas, mostrando relações,
atribuindo significados.*

(RISTOFF, 2004, p. 50)

SANTOS, Vilma C. dos. **Avaliação da Aprendizagem em Processo:** usos dos resultados pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática dos anos finais do Ensino Fundamental. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Resumo

O presente trabalho aborda a Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP), uma avaliação de caráter diagnóstico, aplicada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo aos alunos da rede pública. A finalidade deste trabalho é compreender os objetivos da AAP e os fatores que contribuem ou não para o uso dos seus resultados pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática dos anos finais do Ensino Fundamental. A pesquisa, de abordagem qualitativa, divide-se em duas etapas: análise de documentos oficiais que orientam o processo de desenvolvimento da AAP e entrevistas com dois professores de Língua Portuguesa, dois professores de Matemática e um professor coordenador de uma escola estadual do município de Guarulhos. A pesquisa documental deu-se no âmbito da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte e da Unidade Escolar, lócus da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas foram gravadas e transcritas. A análise e interpretação dos dados foram realizadas por meio de duas categorias: objetivos da AAP e usos dos resultados da AAP. Por meio da análise dos dados coletados foi possível inferir algumas fragilidades na AAP, entre as quais, a não participação dos atores da escola quando da sua implantação, a perda do caráter diagnóstico para servir de acompanhamento do currículo oficial, o pouco tempo para debates entre professores coordenadores durante as formações e o uso dos resultados como nota pelos docentes.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem em Processo. Avaliação da aprendizagem. Avaliação diagnóstica.

SANTOS, Vilma C. dos. **Assessment of Learning in Process**: the use of its results by Portuguese and Mathematics teachers of the final years of elementary education. 2017. 141 p. Dissertation (Professional Master in Education: Teacher's Education) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Abstract

This research deals with the Assessment of Learning in Process (ALP), that has a diagnostic nature. It is applied by the Education Department of the State of São Paulo to public school students. The purpose of this paper is to understand the objectives of the ALP and the factors that contribute or do not contribute to the use of its results by Portuguese and Mathematics teachers of the final years of elementary education. The research, that has a qualitative approach, is divided in two stages: analysis of official documents that guide the development process of the ALP and interviews with two teachers of Portuguese Language, two teachers of Mathematics and a coordinating teacher of a public state school located in Guarulhos. Documentary research was carried out within the scope of the Education Department of the State of São Paulo, the Teaching Department of Guarulhos – North, and the school unit, which is the *locus* of this investigation. The semi-structured interviews were recorded and transcribed. Data analysis and interpretation were based on two categories: ALP goals and uses of ALP results. Through the analysis of the collected data it was possible to infer some ALP weaknesses, for example, the non-participation of the actors of the school when ALP was implemented, the loss of the diagnostic nature of ALP, which walks beside the official *curriculum*, the short time for debates between coordinating teachers during the teacher's education, and the use of the results as grade by the teachers.

Key-words: Assessment of Learning in Process. Assessment of Learning. Diagnostic Assessment.

Lista de figuras

Figura 1 – Matrizes de Avaliação Processual – Encarte do Professor.....	33
Figura 2 – Resultado da AAP – 6º ano – Língua Portuguesa – 13ª ed. – 2016.....	34
Figura 3 – Resultado da AAP – 6º ano – Matemática – 13ª Ed. – 2016.....	34

Lista de quadros

Quadro 1 – Anos e séries da aplicação da AAP (2011-2016).....	23
Quadro 2 – Materiais de apoio às Diretorias de Ensino e às Unidades Escolares.....	24
Quadro 3 – Videoconferências da SEE-SP sobre a AAP (2011-2016).....	35
Quadro 4 – Modalidades e funções da avaliação da aprendizagem.....	41
Quadro 5 – Identificação dos sujeitos entrevistados.....	60
Quadro 6 – Formações oferecidas pelo Núcleo Pedagógico.....	72
Quadro 7 – Número de coordenadores da escola (2011-2016).....	74
Quadro 8 – Frequência das reuniões de ATPC em livro-ata (2011-2016).....	75
Quadro 9 – Frequência das reuniões de ATPC sobre a AAP (2011-2016).....	75
Quadro 10 – Materiais de apoio ao professor – AAP (2011-2016).....	77
Quadro 11 – Formações do Núcleo Pedagógico.....	79
Quadro 12 – Pautas dos PCNPs – Usos dos resultados da AAP (2011-2016).....	80
Quadro 13 – Pautas das reuniões de ATPC – Usos dos resultados da AAP.....	81
Quadro 14 – Pautas de ATPC- Usos dos resultados da AAP.....	81
Quadro 15 – Pautas das reuniões de ATPC sobre procedimentos e usos dos resultados da AAP de 2011 à 2016.....	83
Quadro 16 – Questão 1 – Docente - Na sua opinião, para que serve a AAP?.....	84
Quadro 17 - Questão 2 –Docente –Para você, há diferenças e semelhanças entre o SARESP e a AAP?.....	85
Quadro 18 – Questão 3 – Docente – Você acha que os conhecimentos contemplados na AAP são semelhantes àqueles que você desenvolve em sala de aula?.....	87
Quadro 19 – Questão 4 – Docente – Você acredita que a AAP contempla o currículo oficial da sua disciplina.....	88
Quadro 20 – Questão 5 – Docente - Você já participou de formações relativas à AAP? Quem foi o responsável.....	88
Quadro 21 – Questão 6 - Docente – Como foram estas formações? Elas foram suficientes?..	89
Quadro 22 – Questão 7 – Docente – Das formações que você participou, o que você sugeriria como aperfeiçoamento?.....	90

Quadro 23 – Questão 8 – Docente – Você usa os resultados da AAP com suas turmas? Como? Sozinho? Com colegas?.....	91
Quadro 24 – Questão 9 – Docente – Você conhece algum exemplo de usos dos resultados da AAP por seus colegas? Que tipo de usos são citados?.....	92
Quadro 25 – Questão 10 – Docente – Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEE-SP utilizam os resultados da AAP?.....	94
Quadro 26 – Questão 11 – Docente – Quanto ao uso dos resultados da AAP de cada um dos alunos na avaliação da aprendizagem em processo, para atribuição de nota para composição de média bimestral, qual sua opinião sobre isso?.....	95
Quadro 27 – Questão 8 – Professor Coordenador – Você realiza formações com seus professores sobre a AAP?.....	96
Quadro 28 – Questão 9 – Professor Coordenador – Você realiza formações com seus professores sobre a AAP?.....	96
Quadro 29 – Questão 10 - Professor Coordenador - Para você, quais são os principais Desafios ou dificuldades para a realização das formações sobre a AAP com seus professores?.....	97
Quadro 30 – Questão 11 – Professor Coordenador – Você trabalha os resultados da AAP com os professores?.....	98
Quadro 31 – Questão 12 – Professor Coordenador - Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEESP utilizam a AAP? Se sim, para quê? Se não, por quê?.....	98

Lista de abreviaturas e siglas

AAP - Avaliação da Aprendizagem em Processo

ATPC - Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo

ATPL - Aulas de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha

CAPE - Centro de Apoio Pedagógico Especializado

CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

CGEB - Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

CIMA - Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional

DE - Diretoria de Ensino

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDESP - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MAP - Matriz de Avaliação Processual

PAAP - Programa da Avaliação da Aprendizagem em Processo

PPP - Projeto Político Pedagógico

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAERS – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul

SARA - Sistema de Acompanhamento dos Resultados de Avaliações

SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SEE-SP - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

SESI - Serviço Social da Indústria

UE - Unidade Escolar

Sumário

Introdução.....	17
Trajetória profissional.....	17
Problema de pesquisa.....	19
Objetivo geral.....	20
Objetivos específicos.....	20
CAPÍTULO I – Histórico da Avaliação da Aprendizagem em Processo.....	22
1.1 Primeira edição – Segundo semestre – 2011.....	25
1.2 Segunda edição – Primeiro semestre – 2012.....	25
1.3 Terceira edição – Segundo semestre – 2012.....	26
1.4 Quarta edição – Primeiro semestre – 2013.....	27
1.5 Quinta edição – Segundo semestre – 2013.....	28
1.6 Sexta edição – Primeiro de semestre – 2014.....	29
1.7 Sétima edição – Segundo semestre – 2014.....	29
1.8 Oitava edição – Primeiro semestre – 2015.....	30
1.9 Nona edição – Segundo semestre – 2015.....	30
1.10 Décima à décima terceira edições – 2016.....	31
1.11 Materiais de formação da SEE-SP sobre a AAP.....	34
CAPÍTULO II Avaliação Diagnóstica.....	36
2.1 Avaliação da Aprendizagem.....	36
2.2 Características da avaliação diagnóstica.....	43
2.3 Pesquisas correlatas.....	45
CAPÍTULO III – Percorso Metodológico.....	56
3.1 Organização dos documentos oficiais coletados na SEE-SP.....	57
3.2 Organização dos documentos oficiais coletados na Diretoria de Ensino.....	59
3.3 Organização dos materiais coletados na Unidade Escolar.....	59

3.4 Organização das informações coletadas nas entrevistas.....	60
3.4.1 Roteiro das entrevistas.....	61
3.4.1.1 Questões elaboradas para os Docentes.....	62
3.4.1.2 Questões elaboradas para o Professor Coordenador.....	62
3.5 Organização das informações coletadas nas entrevistas e nos documentos Oficiais.....	63
CAPÍTULO IV – Análise dos documentos oficiais e das entrevistas.....	65
4.1 Análise dos documentos oficiais.....	65
4.1.1 Objetivos da AAP presentes nos comunicados CGEB/CIMA – SEE-SP.....	65
4.1.2 Objetivos da AAP presentes nas pautas do Núcleo Pedagógico – DE.....	72
4.1.3 Objetivos da AAP presentes nas pautas de ATPC da UE.....	74
4.1.4 Usos dos resultados da AAP presentes nos Comunicados CGEB/CIMA – SEE-SP..	76
4.1.5 Usos dos resultados da AAP presentes nas pautas do Núcleo pedagógico – DE.....	78
4.1.6 Usos dos resultados da AAP presentes nas pautas de ATPC – UE.....	80
4.2 Análise das entrevistas.....	84
4.2.1 Roteiro de questões para os docentes.....	84
4.2.2 Roteiro de questões para o professor coordenador como formador.....	95
Considerações finais.....	100
Referências.....	103
Anexo 1 – Parecer Consubstanciado.....	108
Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	109
Anexo 3 Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro semestre – 2012.....	110
Anexo 4 – Comunicado CGEC/Cima – Segundo semestre – 2012.....	112
Anexo 5 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro semestre – 2013.....	114
Anexo 6 – Comunicado CGEBCIMA – Segundo semestre – 2013.....	117
Anexo 7 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro semestre – 2014.....	121
Anexo 8 – Comunicado CGEB/CIMA – Segundo semestre – 2014.....	123
Anexo 9 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro semestre – 2015.....	126

Anexo 10 – Comunicado CGEB/CIMA – Segundo semestre – 2015	129
Anexo 11 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro bimestre (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental) – 2016.....	131
Anexo 12 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro bimestre (5º ao 9º anos do Ensino Fundamental e 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio) – 2012.....	132
Anexo 13 – Comunicado CGEB/CIMA – Segundo bimestre – 2016.....	135
Anexo 14 – Comunicado CGEB/CIMA – Terceiro bimestre – 2016.....	138
Apêndice A – Roteiro de Entrevista para Docentes.....	140
Apêndice B – Roteiro de Entrevista para Professor Coordenador.....	141

INTRODUÇÃO

Trajetória profissional

Os quatro primeiros anos de minha vida escolar transcorreram em uma escola patrocinada pelo Serviço Social da Indústria (Sesi); do quinto ao oitavo ano do Ensino Fundamental e da primeira à terceira série do Ensino Médio, permaneci em escolas públicas da rede estadual paulista, onde convivi com professores tão presentes e amáveis que me fizeram considerar a ideia de ser professora. Assim, após terminar o Ensino Médio, iniciei meus estudos no Magistério e me formei como professora de pré-escola e dos anos iniciais. Com essa habilitação, ingressei como docente na rede municipal de educação e, concomitantemente, na rede estadual paulista.

Após alguns anos de trabalho, ingressei no curso de licenciatura em Pedagogia e fui convidada para atuar como professora coordenadora e vice-diretora. Enquanto exercia a função de vice-diretora fui selecionada para trabalhar no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério de Guarulhos, onde permaneci até seu fechamento, em 2005.

Nos últimos anos, venho desempenhando a função de diretora de escola na rede estadual, o que me coloca diante de inúmeros desafios, tanto administrativo-burocráticos como pedagógicos. No emaranhado de situações que emergem da gestão de uma escola, uma situação, em especial, que sempre se destacou entre minhas preocupações foi a avaliação escolar, a meu ver, um grande desafio presente no cotidiano de qualquer instituição de ensino.

Ao longo dos anos, por diversas vezes, vi-me envolvida em debates pedagógicos sobre esse tema com docentes, professores coordenadores e supervisores de ensino, principalmente nas tradicionais reuniões de conselho de classe e série, em que se discutiam apenas notas, e não propriamente o aprendizado.

No desenrolar dessas discussões, entendi que precisávamos tomar algumas decisões para reverter o quadro que se apresentava. Assim, juntamente com a equipe gestora, começamos a estudar uma maneira de mudar essa prática, que, na verdade, não contribuía para a melhoria do ensino. Passamos, então, a nos aprofundar na área de avaliação a fim de

conhecer melhor como ela ocorria no âmbito daquela escola. Os estudos nos mostraram que a avaliação desenvolvida pelos professores precisava melhorar, assim, passamos a discuti-la em Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC)¹, ocasião em que eram apresentadas teorias e práticas que, aos poucos, foram transformando o constructo dos professores acerca da temática.

Mesmo com alguma resistência dos professores, entrevistamos de maneira que não persistissem práticas perversas, como redução da avaliação à nota obtida, não devolutiva adequada ao aluno daquilo que ele sabe e daquilo que ainda precisa saber, utilização da avaliação como instrumento de poder e não uso dos resultados obtidos nas avaliações para replanejamento e reorganização das práticas pedagógicas do professor.

Com base nesse contexto, conhecer melhor o que realmente significa avaliar o processo de ensino e aprendizagem do aluno tornou-se um desafio que me levou a ingressar no mestrado profissional *Formação de Formadores*, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Meu intuito era adquirir mais conhecimentos teóricos, enriquecer minha própria prática como formadora e contribuir para o aprimoramento da prática docente dos demais professores. As disciplinas ministradas no mestrado relacionadas a avaliação motivaram-me a aprofundar meus estudos nessa área.

Entendo que problematizar o papel da avaliação escolar é discutir os objetivos da escola, os quais estão elencados em seu Projeto Político Pedagógico, elaborado coletivamente e que traduz o compromisso com o desenvolvimento do aluno, além de orientar as ações dos professores para questões como *Para que avaliar?*, *Por que avaliar?*, *Quando avaliar?*, *Como avaliar?*.

Ao nortear suas ações em direção a tais questionamentos, o professor adquire mais segurança de que a avaliação está a serviço da aprendizagem, assim, passa a utilizá-la para nortear suas decisões com vistas ao melhorar o aprendizado dos alunos. Conforme afirma Guerra (2007, p. 17), a

avaliação, além de ser um processo técnico, é um fenômeno moral. É muito importante saber a que valores ela serve e a que pessoas beneficia. É muito importante avaliar bem, mas é mais importante saber a que causas serve a avaliação.

¹A ATPC caracteriza-se, fundamentalmente, como espaço de formação continuada dos educadores, propulsora de momentos privilegiados de estudo, discussão e reflexão acerca do currículo e da melhoria da prática docente.

A avaliação deve não só confirmar o aprendizado ocorrido, mas também explicar porque ele não ocorreu. Assim, pode-se verificar a causa, ou causas, para determinados resultados e as intervenções mais adequadas para reverter o quadro. Considerando esses pressupostos, meu estudo insere-se na linha de pesquisa *Intervenções Avaliativas em Espaços Educativos* e tem como objeto de estudo a Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP).

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) lançou a AAP com o intuito de oferecer a professores e gestores subsídios para que pudessem verificar a aprendizagem dos alunos, o que estão ou não aprendendo, bem como para orientar as intervenções necessárias com vistas à melhoria dos resultados observados. Trata-se de uma avaliação diagnóstica que visa a fornecer resposta rápida para os professores, de modo que seja possível reprogramar as atividades ainda no ano em curso, o que depende também da dedicação de todos os envolvidos na rede de ensino, do dirigente ao docente que está na sala de aula (SÃO PAULO, 2011).

A primeira edição da AAP foi veiculada na Rede do Saber por meio de videoconferência, em agosto de 2011. Na ocasião, foi informado que a AAP seria aplicada no 6º ano do Ensino Fundamental e na 1ª série do Ensino Médio, semestralmente, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Ao longo do tempo, seu atendimento foi sendo ampliado e, em sua 13ª edição, foi aplicada em todos os anos do Ensino Fundamental e em todas as séries do Ensino Médio, passando, em 2016, a ser bimestral.

Problema de pesquisa

Como foi destacado, a AAP vem sendo realizada nas escolas estaduais paulistas desde 2011. Entretanto, mesmo em sua 13ª edição, aplicada no terceiro bimestre de 2016, aspectos do seu desenvolvimento, como as concepções dos professores sobre a AAP e o uso dos seus resultados, ainda parecem não estar tão claros e merecem ser pesquisados.

Neste estudo, por meio de documentos oficiais e de entrevistas com docentes das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, bem como com professor coordenador, tratamos do histórico da AAP desde sua implantação até a 13ª edição. Com isso buscamos responder a questões como: Qual a concepção dos docentes sobre a AAP? Os professores passam por formação sobre AAP na escola? Os professores usam os resultados da AAP para sanar as dificuldades dos alunos em sala de aula? Os docentes discutem os resultados

da AAP com seus pares? Os resultados da AAP são utilizados para reflexão acerca do planejamento e replanejamento? Os professores sabem o que deve ser feito, mas não usam os resultados da AAP porque não querem?

Com base nos documentos oficiais e nas entrevistas, analiso os dados com foco nos objetivos e no uso dos resultados da mencionada avaliação. Para tanto, estabeleço os objetivos que elenco a seguir.

Objetivo geral

Analisar os objetivos da Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) e compreender os fatores que favorecem ou não o uso de seus resultados pelos professores de Língua Portuguesa e de Matemática dos anos finais do Ensino Fundamental.

Objetivos específicos

- Verificar os objetivos da AAP de acordo com os documentos oficiais da SEE-SP, com os materiais de formação da Diretoria de Ensino (DE), da Unidade Escolar (UE) e dos professores de Língua Portuguesa e Matemática da escola pesquisada;
- Examinar os processos formativos oferecidos aos professores referentes à AAP;
- Analisar como os resultados da AAP são utilizados pelos docentes de uma escola estadual localizada no município de Guarulhos.

O referencial teórico que embasa esta investigação é constituído por Sousa (2015) e Guellere (2015), que tratam da AAP; por Hadji (2001) e Haydt (2004), que abordam a contribuição referente à avaliação formativa; por Vianna (2005) e Freitas et al. (2014), que trazem discussões acerca da avaliação educacional, e por Sousa (1999; 2000), Guerra (2007), Luckesi (2011) e Hoffmann (2001; 2013), cujos estudos contribuem para a compreensão dos conceitos sobre avaliação da aprendizagem.

Para a realização deste estudo, foi selecionada uma escola estadual localizada na cidade de Guarulhos. Nessa unidade escolar, foram entrevistados docentes das disciplinas

envolvidas na AAP, ou seja, dois professores de Língua Portuguesa, dois professores de Matemática e um professor coordenador.

De modo a alcançar os objetivos expostos anteriormente, este estudo está organizado em quatro capítulos, além desta Introdução, das Considerações Finais e das Referências.

No primeiro capítulo, apresento um breve histórico da AAP implantada pela SEE-SP em 2011.

No segundo capítulo, explano as características da Avaliação Diagnóstica. Conhecer os aspectos que diferenciam essa avaliação de outras avaliações é imprescindível para se conduzir o processo ensino-aprendizagem com o objetivo de evidenciar as defasagens dos alunos e promover a sua recuperação. Além desse tópico, elenco as pesquisas correlatas que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

No terceiro capítulo, evidencio o percurso metodológico, bem como as técnicas, os instrumentos de investigação e o procedimento de coleta dos dados. Para tanto, utilizo documentos oficiais da SEE-SP, da Diretoria de Ensino e da Unidade Escolar, além de entrevista com quatro docentes e um coordenador pedagógico da escola selecionada, como já mencionado.

No quarto capítulo, apresento a análise dos dados coletados nos documentos oficiais da SEE-SP, da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte, considerando as pautas do Núcleo Pedagógico e da Unidade Escolar selecionada e as entrevistas com os sujeitos de pesquisa.

CAPÍTULO I

Histórico da Avaliação da Aprendizagem em Processo

A Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) foi implantada pela SEE-SP nas escolas públicas em 2011. Seu lançamento deu-se por meio de videoconferência registrada na videoteca da Rede do Saber², em que a AAP foi implantada como piloto e teve sua primeira edição coordenada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP). A partir da segunda edição, foi desenvolvida de modo colaborativo entre a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB)³ e a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA)⁴, com fundamentação no Currículo do Estado de São Paulo. As buscas por documentos sobre esse programa evidenciaram a escassez de registros oficiais sobre sua implantação.

Esse primeiro registro da AAP anuncia que ela tem como objetivo ser um instrumento de caráter diagnóstico que pode subsidiar os professores na elaboração de planos de ação para os processos de recuperação do aluno e fornecer resposta rápida ao docente no que diz respeito a programar ações logo após a aplicação da avaliação. Na mencionada videoconferência, é destacado que caso a AAP aplicada como piloto obtivesse sucesso, a prática seria estabelecida nos anos seguintes.

Até 2016, a AAP contava com 13 edições; exceto a primeira edição, as edições seguintes (2012 a 2016) foram embasadas nos comunicados conjuntos da CGEB/CIMA (Anexos 3 a 14) publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Os comunicados continham as orientações necessárias à aplicação da AAP, para subsidiar as diretorias de ensino e as unidades escolares. Nos seus textos, há inúmeras informações e procedimentos, entre os quais elencamos os mais relevantes para este estudo:

- objetivos da AAP;
- componentes curriculares contemplados;

²A Rede do Saber é uma das maiores redes públicas de videoconferências com finalidade pedagógica da América Latina. Em 2009, passou a integrar a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”, da SEE-SP. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=183>>. Acesso em: 21 maio 2017.

³ Trata-se de um centro pedagógico, responsável por normatizar o currículo da educação básica. Seu objetivo é aprimorar o desenvolvimento e aprendizado do aluno.

⁴ Órgão que organiza e gerencia sistemas de informação que abrangem estatísticas, avaliações e indicadores de gestão.

- referenciais das habilidades e competências solicitadas na prova;
- cronograma de aplicação da prova;
- número e tipo de questão por componente curricular;
- anos e séries avaliados;
- orientações às diretorias de ensino e unidades escolares sobre a logística;
- orientações sobre os materiais de apoio ao professor;
- orientações sobre os registros dos resultados.

Até 2015, a AAP foi aplicada duas vezes por ano; a partir de 2016, passou a ser aplicada três vezes ao ano. No período de aplicação, ocorreram algumas variações nos anos e séries avaliados, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Anos e séries da aplicação da AAP (2011-2016)

ANO	EDIÇÃO	EF									EM		
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1ª	2ª	3ª
2011	1ª	-	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-
2012	2ª	-	-	-	-	-	X	X	-	-	X	X	-
2012	3ª	-	-	-	-	-	X	X	-	-	X	X	-
2013	4ª	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X
2013	5ª	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X
2014	6ª	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X
2014	7ª	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2015	8ª	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2015	9ª	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2016	10ª	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2016	11ª	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2016	12ª	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2016	13ª	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Nas treze edições, foram considerados conteúdos e habilidades pautados no Currículo Oficial do Estado de São Paulo; os componentes curriculares estabelecidos para avaliação foram Língua Portuguesa e Matemática. As avaliações contaram com questões de múltipla escolha nos dois componentes e, em Língua Portuguesa, foi solicitada uma produção textual. Em algumas edições, além das questões objetivas, houve questões dissertativas.

Com o intuito de apoiar o trabalho do professor em sala de aula e de subsidiá-lo na elaboração do plano de ação para os processos de recuperação da aprendizagem, a SEE-SP colocou à disposição dos docentes, como indicado nos comunicados (Anexos 3 a 14), materiais com orientações para leitura e análise dos resultados das provas. Esses materiais receberam nomenclaturas diferenciadas no percurso das edições da AAP, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 2 - Materiais de apoio às Diretorias de Ensino e às Unidades Escolares

ANO	EDIÇÃO	NOMENCLATURA
2011	1ª	Material de apoio ao professor
2012	2ª	Materiais com orientações para leitura e análise dos resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática
2012	3ª	a)Orientação para o professor sobre produção textual b)Comentários e recomendações pedagógicas
2013	4ª	Comentários e recomendações pedagógicas
2013	5ª	Comentários e recomendações pedagógicas
2014	6ª	Comentários e recomendações pedagógicas
2014	7ª	Comentários e recomendações pedagógicas
2015	8ª	Comentários e recomendações pedagógicas
2015	9ª	Caderno de prova do professor (anos iniciais do EF) Vídeos disponíveis na intranet (anos finais do EF e EM) Videoconferência de orientações técnico-pedagógicas (DE e UE)
2016	10ª	Material de orientação para professores
2016	11ª	Caderno do professor Videoconferência
2016	12ª	Caderno do professor
2016	13ª	Caderno do Professor

Fonte: elaborado pela pesquisadora

A seguir, apresentamos uma breve exposição, em ordem cronológica, das edições da AAP, considerando pontos diferenciados de uma para outra, desde sua implantação até 2016.

1.1 Primeira edição – Segundo semestre – 2011

Na primeira edição da AAP, não constam documentos oficiais publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Essa edição foi implantada como piloto em 2011 e aplicada em agosto do mesmo ano. Conforme a videoconferência de lançamento veiculada em 22/08/2011, uma das intenções da SEE-SP era saber como estavam os alunos com relação à aprendizagem no sexto ano, pois esse é o ano em que a rede estadual recebe alunos da rede municipal, além do que, é o momento de transição da criança para um novo ciclo. A AAP foi pensada também para a primeira série do Ensino Médio, a fim de aferir os conhecimentos dos alunos oriundos da própria rede, em virtude da mudança no segmento de estudos do Ensino Fundamental para o Ensino Médio.

Na videoconferência, o então Secretário Adjunto da SEE-SP relatou que a AAP não deveria ser confundida com a avaliação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), pois não seria utilizada para efeito de bônus, para cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp)⁵ ou de qualquer outro indicador, tampouco para nota do aluno. Seus objetivos seriam verificar a aprendizagem dos estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e constituir uma ferramenta de trabalho para o professor. A intenção era de que essa avaliação servisse também para criar um banco de itens, que ficaria disponível para os professores selecionarem, futuramente, as questões para a avaliação, o que não se concretizou.

Desde a implantação como piloto, a AAP é elaborada pelos órgãos superiores da SEE-SP. A primeira edição foi preparada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; a partir da segunda edição, em 2012, passou a ser elaborada pela CGEB/CIMA, em virtude da reorganização da SEE-SP, conforme Decreto nº 57.141, de 18/07/2011, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

1.2 Segunda edição - Primeiro semestre - 2012

A segunda edição da AAP, aplicada no 1º semestre de 2012, ampliou sua abrangência e passou a contemplar quatro anos/séries distintos: 6º e 7º anos do Ensino

⁵O Idesp é um dos principais indicadores da qualidade do ensino paulista, foi criado em 2007 e estabelece metas que as escolas devem alcançar ano a ano.

Fundamental (ciclo II) e 1ª e 2ª séries do Ensino Médio. A partir dessa edição, iniciaram-se as publicações oficiais impressas por meio dos comunicados CGEB/CIMA.

Nessa segunda edição, concretizou-se no Comunicado CGEB/CIMA (Anexo 3), o que foi explanado na videoconferência, na primeira edição: a AAP é um instrumento de caráter diagnóstico e permite o acompanhamento coletivo e individualizado do aluno, volta-se para os processos de recuperação da aprendizagem e objetiva apoiar e subsidiar os professores. Para a elaboração da prova foram considerados conteúdos pautados no Currículo Oficial do Estado de São Paulo e na Matriz de Referência do Saesp.

Nesse comunicado, foi explicitado o número de questões que constituiriam a prova por componente curricular, o tipo de questão, se objetiva ou dissertativa. Este documento colocou também à disposição da escola materiais com orientações para leitura e análise dos resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática com o intuito de subsidiar a elaboração do plano de ação para os processos de recuperação dos alunos com dificuldade de aprendizagem.

1.3 Terceira edição – Segundo semestre – 2012

Nessa edição, o Comunicado CGEB/CIMA (Anexo 4) incluiu, pela primeira vez, considerações sobre a importância da AAP, como segue:

- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas das unidades escolares;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata;
- subsidiar a escola e os docentes com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem, especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- atender demanda das escolas, coletada por meio do Questionário do PAAP, aplicado online na segunda quinzena de março[...].

Com essas considerações, a AAP, instrumento padronizado com caráter exclusivamente diagnóstico que visa a atender, de forma imediata, os alunos com dificuldades de aprendizagem, e orientar a elaboração de pautas conjuntas e individuais dos docentes para elaboração de planos de ação, passou a acompanhar a proposta pedagógica da Unidade Escolar.

Surgiu também, nessa edição, o questionário Programa de Avaliação da Aprendizagem em Processo (PAAP), aplicado *on-line* em março de 2012, com a finalidade de saber a opinião de gestores e docentes das Unidades Escolares sobre a AAP. Por meio desse questionário, 98,5% das escolas manifestaram-se a favor da utilização dos resultados da AAP como subsídio ao planejamento de atividades para estudos de recuperação.

A partir dessa edição, o Comunicado passou a detalhar os procedimentos para a aplicação da AAP, com orientações para as Diretorias de Ensino e Unidades Escolares, e as provas em braile impressas pelo Centro de Apoio Pedagógico Especializado (Cape) passaram a ser distribuídas às Diretorias de Ensino, o que não ocorria antes. O material voltado para orientação ao professor foi dividido em duas partes: a) Orientação ao professor sobre a aplicação da prova de redação para cada um dos anos/séries; b) Comentários e recomendações pedagógicas para cada disciplina e anos/séries em relação a aplicação, correção, interpretação de resultados e sugestões de trabalho pedagógico.

A orientação, explicitada no Comunicado CGEB/CIMA – 2012, para todos os envolvidos no processo de aplicação da AAP, foi a seguinte:

As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto desta avaliação, devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares de acordo com as respectivas atribuições.

Essa orientação manteve-se nos comunicados subsequentes, até a 13ª edição, em 2016.

1.4 Quarta edição – Primeiro semestre–2013

O Comunicado CGEB/CIMA, que apresentou as informações sobre a AAP na 4ª edição (Anexo 5), evidenciou uma mudança no objetivo da avaliação. Se nas edições anteriores o objetivo da avaliação era apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas, nessa, passou a ser apoiar as ações do planejamento escolar para o início de 2013 e sua continuidade em ATPC. Houve, ainda, a ampliação do universo de alunos atendidos: todos os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e de todas as séries do Ensino Médio, inclusive os da Fundação Centro de

Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA). Os materiais destinados ao professor passaram a conter:

- a) quadro de habilidades de referência utilizadas na elaboração dos itens das provas;
- b) orientações necessárias à aplicação das propostas de produção textual e alguns itens específicos das provas de matemática;
- c) orientações para a correção e interpretação de resultados;
- d) sugestões de trabalho pedagógico articuladas com a interpretação dos resultados e com os materiais de apoio ao currículo.

Os conteúdos desses materiais, produzidos para apoiar os professores, foram encaminhados por meio eletrônico às Diretorias de Ensino, em período anterior à aplicação das provas, para posterior envio às Unidades Escolares com a finalidade de que fossem disponibilizados aos docentes.

1.5 Quinta edição – Segundo semestre – 2013

As considerações iniciais sobre a importância da AAP contidas no Comunicado CGEB/CIMA da 5ª edição (Anexo 6) foram as seguintes:

- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas das Unidades Escolares;
- diagnosticar por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, ampliando o universo de alunos atendidos;
- subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem;
- atender a demanda das escolas coletadas por meio do Questionário AAP⁶, aplicado online, na segunda semana de março de 2012;
- oportunizar a possibilidade de vivenciar instrumentos de avaliação fundamentados exclusivamente na matriz de referência nacional SAEB;
- garantir aos docentes o acesso aos materiais de apoio elaborados pela CGEB.

O destaque dessa edição foi a inclusão da Avaliação Diagnóstica Saeb, aplicada no mesmo período da AAP, conforme explicitado no Comunicado:

-Nesta edição, também serão aplicados outros instrumentos de avaliação, denominados Avaliação Diagnóstica SAEB – ADS, de Língua Portuguesa e de Matemática para os alunos da rede estadual regular, do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio.

⁶ Nessa edição a sigla perde a letra “P” inicial.

-As avaliações da ADS, de caráter exclusivamente diagnóstico e baseadas em descritores do SAEB selecionados, referenciam esta avaliação com a Prova Brasil, e objetivam dar à escola oportunidade de aproximação com o instrumento de avaliação nacional, devendo seu resultado se constituir como apoio para ações da equipe escolar.

Os materiais de apoio ao professor da ADS eram diferenciados e traziam como título “Apresentação e Orientações”, que continha: a) quadro de habilidades de referência utilizado na elaboração dos itens da prova e b) questões da prova e respectivos gabaritos. Esse conteúdo foi disponibilizado juntamente com os materiais da AAP.

1.6 Sexta edição – Primeiro semestre–2014

O Comunicado CGEB/CIMA que orientou a 6ª edição (Anexo 7) trouxe pela primeira vez, nas considerações da AAP, o suporte legal da Resolução SE nº 74, de 08/11/2013, cujo artigo 4º dispõe o seguinte: “Os Ciclos de Aprendizagem têm por objetivo: VI – identificar os conhecimentos não apropriados pelos alunos para subsidiar a promoção de intervenções pedagógicas de reforço e/ou recuperação”.

Essa resolução introduziu nas escolas públicas do Estado de São Paulo alterações nos ciclos de aprendizagem, como segue:

Artigo 5º - O Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada será reorganizado, a partir de 2014, em 3 (três) Ciclos, compreendidos como espaços temporais interdependentes e articulados entre si, ao longo dos nove anos:

I - Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 3º anos;

II - Ciclo Intermediário, do 4º ao 6º anos;

III - Ciclo Final, do 7º ao 9º ano.

Nesse momento de aplicação da AAP, com a mudança dos ciclos nas escolas, a possibilidade de retenção de aluno entre os ciclos aumentou; antes ele poderia ser retido ao final do ciclo I (5º ano) e ao final do ciclo II (9º ano). Com a Resolução nº 74/2013, o aluno com defasagem de aprendizagem poderia ser retido ao final dos três ciclos e, assim, concluiria o Ensino Fundamental em 12 anos.

1.7 Sétima edição – Segundo semestre – 2014

Nessa edição, a aplicação da AAP foi ampliada para o 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, também nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, além da

produção textual. Nesses anos deveriam ser seguidas as orientações específicas do Programa Ler e Escrever e dos respectivos materiais de apoio.

O Comunicado CGEB/CIMA dessa edição (Anexo8) trouxe pela primeira vez a orientação de que escolas e docentes deveriam fazer os registros dos resultados da AAP no Sistema de Acompanhamento de Resultados de Avaliações (Sara)⁷ da Secretaria Escolar Digital apenas do 6º ano do Ensino Fundamental. Os registros relativos aos demais anos do Ensino Fundamental e séries do Ensino Médio seriam optativos tanto para a escola como para o docente.

1.8 Oitava edição – Primeiro semestre – 2015

O Comunicado CGEB/CIMA referente à 8ª edição (Anexo 9), em suas considerações iniciais, apresentou a Resolução SE nº 73/2014 como suporte legal para justificar a necessidade da AAP. Essa Resolução dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas estaduais.

Nesta edição, houve a exigência de registros dos resultados das provas no Sara, diferentemente do que ocorreu na sétima edição. Os resultados deveriam ser lançados do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e da 1º a 3ª séries do Ensino Médio.

1.9 Nona edição - Segundo semestre – 2015

Em suas considerações iniciais, o Comunicado dessa edição (Anexo 10) informou a ampliação, por parte da SEE-SP, dos objetivos da AAP. A avaliação passaria a servir de apoio para as ações de acompanhamento e desenvolvimento do currículo nas Unidades Escolares, assim, não mais se restringiria ao acompanhamento do desenvolvimento da

⁷ O Sara refere-se um módulo da plataforma virtual Secretaria Escolar Digital que permite aos professores da rede estadual de ensino cadastrar as respostas dos alunos, de modo a viabilizar a consulta de resultados em tempo real e análises comparativas e evolutivas da aprendizagem, otimizando, assim, o tempo destinado à organização dos dados e acelerando o processo de discussão, elaboração e implementação dos planos de intervenção pedagógica.

proposta pedagógica da escola. Esse item passou a compor as demais edições, até a 13ª, ocorrida em 2016.

Outras inovações nessa edição foram:

- inclusão do 1º ano do Ensino Fundamental na avaliação;
- produção de caderno especial intitulado *Caderno de prova do professor*, para apoiar os docentes dos anos iniciais.
- produção de vídeo destinado aos docentes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- videoconferências de orientação técnico-pedagógica para as equipes das Diretorias de Ensino e das Unidades Escolares divulgadas pela CGEB.
- Não houve orientação para que fossem registrados os resultados da AAP no Sara.

1.10 Décima a décima terceira edições

Em 2016, a AAP contou com quatro edições: duas no primeiro bimestre, uma no segundo e uma no terceiro. Vale lembrar que nesse ano, além das quatro edições da AAP, os alunos do 3º ano, 5º ano, 7º ano, 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio foram avaliados também pelo Saresp.

Aplicada em fevereiro, a décima edição Comunicado CGEB/CIMA (Anexo 11), foi destinada aos alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. As provas, em vez de serem impressas e entregues nas Diretorias de Ensino e nas escolas, foram disponibilizadas na Intranet para reprodução pelas próprias Unidades Escolares.

A décima primeira edição Comunicado CGEB/CIMA (Anexo 12), que ocorreu em abril, foi destinada aos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A seguir, pontuamos alguns aspectos que valem ser mencionados em relação a essa edição:

- inclusão da Resolução SE nº 27, de 26/05/2015 como suporte legal para a AAP;
- orientação para que a AAP fosse utilizada para subsidiar atividades de planejamento e replanejamento escolar, especialmente, para o segundo bimestre;

- a AAP passou a ser referenciada pela Matriz de Avaliação Processual (MAP), elaborada pela CGEB para todos os anos e séries, e disponibilizada à rede em 2016 e também na plataforma Foco Aprendizagem da SEE-SP;

- oitenta por cento da prova foi composta por habilidades e conteúdos específicos propostos para o primeiro bimestre na MAP; o percentual restante, 20%, contemplou habilidades da Matriz de Avaliação do Saresp, selecionadas conforme desempenho na plataforma Foco Aprendizagem;

- intenção da CGEB/CIMA em realizar uma videoconferência com orientações sobre o uso do ambiente Foco Aprendizagem, que deveria incorporar os resultados da avaliação. A videoconferência seria destinada aos dirigentes, supervisores, professores coordenadores do núcleo pedagógico dos anos iniciais de Língua Portuguesa e Matemática e por *streaming*, aos diretores de escola e professores coordenadores.

Essa edição trouxe dois elementos importantes a serem apresentados, mesmo que brevemente: a Matriz da Avaliação Processual e a plataforma Foco Aprendizagem, duas ferramentas essenciais tanto para o desenvolvimento da AAP como para as demais avaliações realizadas na escola.

A Matriz de Avaliação Processual foi instituída pela SEE-SP em 2016 e destinada a todas as disciplinas do Ensino Fundamental (anos intermediários e finais) e do Ensino Médio (todas as séries). Foi elaborada pelas equipes curriculares da Secretaria, com conteúdos para todas as disciplinas, e distribuída às Unidades Escolares no mesmo ano.

Nesse documento, são definidas as matrizes de referência para as avaliações processuais de todos os componentes curriculares da Educação Básica. Essas matrizes explicitam os conteúdos, as competências e habilidades que devem ser desenvolvidos ao longo do percurso escolar, com destaque para os que orientarão a elaboração das provas da AAP.

Tais avaliações, aplicadas bimestralmente para os componentes de Língua Portuguesa e Matemática, buscam oferecer, por meio de relatórios disponíveis no Sara, subsídios para que professores e gestores indiquem o que os alunos estão ou não aprendendo, bem como para orientar propostas de intervenção com vistas à melhoria da aprendizagem.

Embora a AAP, até a 16ª edição, tenha sido aplicada para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, a SEE-SP também produziu MAP para as demais disciplinas que compõem o currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Vale lembrar que para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que contam com o professor polivalente, foram produzidas MAP somente para os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática em um único volume. Os demais componentes curriculares foram disponibilizados para consulta dos docentes que atuam nesse segmento e, tão logo esses conteúdos sejam aprovados, passarão a integrar a MAP (Figura 1).

Figura 1 – Matrizes de Avaliação Processual – Encarte do professor



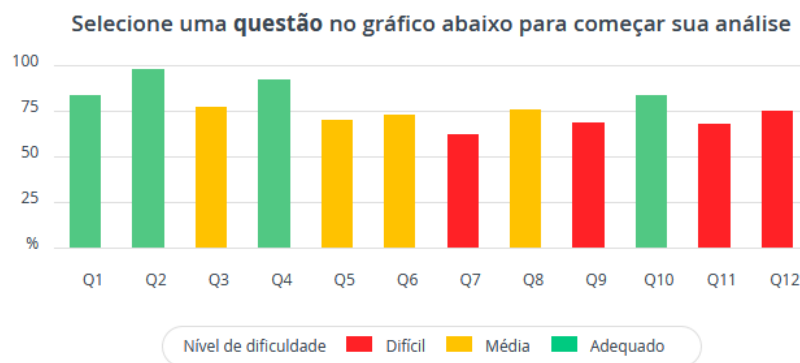
Fonte: Santos (2016)

A plataforma Foco Aprendizagem, por sua vez, foi instituída pela Resolução SE nº 40, de 03/06/2016, no âmbito dos sistemas informatizados da SEE-SP com a finalidade de oferecer dados e indicadores necessários e suficientes à gestão pedagógica nos órgãos centrais, regionais e locais da pasta.

A plataforma disponibiliza indicadores de aprendizagem, relatórios customizados, visualizações interativas e recursos pedagógicos digitais para subsidiar as tomadas de decisão no processo de planejamento escolar, assegurando condições ao contínuo acompanhamento e monitoramento e, quando necessário, replanejamento. Os dados constantes na plataforma sinalizam necessidades e oportunidades de formação continuada para o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

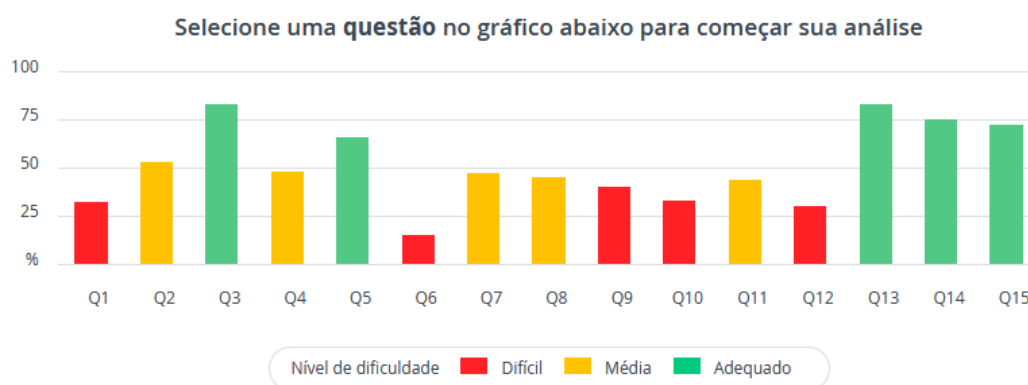
Na sequência, apresentamos dois gráficos (Figura 2 e Figura 3), a título de exemplificação, extraídos da plataforma Foco Aprendizagem, para ilustrar os resultados obtidos para análise e discussão dos professores da Unidade Escolar.

Figura 2 – Resultado da AAP–6º ano – Língua Portuguesa–13ª ed. – 2016



Fonte: Plataforma Foco Aprendizagem

Figura 3 – Resultado da AAP– 6º ano – Matemática – 13ª ed. – 2016



Fonte: Plataforma Foco Aprendizagem

Em relação à 12ª edição, o Comunicado CGEB/CIMA (Anexo 13) orientou que os resultados da AAP incluídos no Sara pela escola fossem incorporados na plataforma Foco Aprendizagem, de modo a permitir a visualização dinâmica deles para facilitar e ampliar apoio ao trabalho pedagógico no tocante às habilidades avaliadas por parte de docentes, escolas e Diretorias de Ensino.

Por fim, a 13ª edição, segundo o Comunicado CGEB/CIMA (Anexo 14), manteve o mesmo padrão, respeitadas as diferenças específicas de cada edição.

1.11 Materiais de formação da SEE-SP sobre a AAP

Antes de finalizarmos a análise dos objetivos da AAP, julgamos relevante destacar as videoconferências realizadas pela SEE-SP e dirigidas às Diretorias de Ensino. Essas

videoconferências foram transmitidas pela Rede do Saber e estão elencadas a seguir, em ordem cronológica.

Quadro 3– Videoconferências da SEE-SP sobre AAP (2011-2016)

Data	Título	Sinopse
22/08/2011	Avaliação da Aprendizagem em Processo	Orienta as equipes das DEs e das UEs para a ação que visa a apoiar os professores e gestores da escola para que possam responder rapidamente às necessidades dos alunos, por meio de intervenções organizadas em processos de recuperação contínua e/ou paralela.
08/02/2013	Avaliação da Aprendizagem em Processo	Explicita os objetivos do processo de avaliação e oferece subsídios para melhor aproveitamento dos resultados e aplicação e correção da avaliação.
26/06/2013	Avaliação da Aprendizagem em Processo	Propõe reflexões acerca da metodologia da AAP, da avaliação diagnóstica e oferece esclarecimentos.
12/02/2014	Avaliação da Aprendizagem em Processo	Informa sobre a logística de distribuição dos materiais da sexta edição da AAP.
28/01/2015	Avaliação da Aprendizagem em Processo	Identifica o nível de aprendizagem dos alunos matriculados nas escolas estaduais paulistas para auxiliar no desenvolvimento de ações em 2015

Fonte: Rede do Saber

As videoconferências, com duração média de duas horas, foram transmitidas via Internet e assistidas pelas equipes em sala específica de cada Diretoria de Ensino. Nesse período, foram destinados cerca de 30 minutos para que os participantes interagissem com os conferencistas, a fim de sanar dúvidas. Esse modelo de formação nem sempre é assistido ao vivo pelos profissionais em virtude da dinâmica e do cotidiano escolar. O que se espera é que haja organização para que os professores assistam às videoconferências em momentos de ATPC ou mesmo em seu horário livre.

CAPÍTULO II

Avaliação Diagnóstica

Neste capítulo, apresentamos a Avaliação Diagnóstica, modalidade de avaliação que se constitui como objetivo da Avaliação da Aprendizagem em Processo. De modo a proporcionarmos um entendimento mais amplo do contexto das avaliações, discorreremos a respeito da Avaliação da Aprendizagem, segundo a abordagem de alguns estudiosos, como Luckesi (2011) e Vianna (2005), e tratamos do ato de avaliar e das implicações que a avaliação escolar impõe tanto a alunos e professores quanto ao sistema de ensino.

2.1 Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ponto delicado do processo educacional, uma vez que existem diversas concepções sobre o que ela representa para a equipe escolar e sobre seu significado na vida do aluno. Trata-se de um aspecto de especial relevância, pois pode definir o futuro do educando quanto a sua permanência ou evasão da instituição educacional. Dessa forma, refletir sobre essa questão é imprescindível para procedermos a mudanças na prática avaliativa com vistas à melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Luckesi (2011) defende que a avaliação da aprendizagem é um meio detornar os atos de ensinar e aprender produtivos e satisfatórios, em particular, por meio de um acompanhamento do processo, a fim de se obter os resultados desejados. Assim, para o autor,

[...]a avaliação é um ato de investigar a qualidade daquilo que constitui seu objeto de estudo e, por ISS mesmo, retrata sua qualidade. Desse modo, ela não soluciona nada ,mas sim subsidia as decisões sobre atos pedagógicos e administrativos na perspectiva da eficiência dos resultados desejados (LUCKESI, 2011,p.13).

Assim, a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem e subsidiar o redirecionamento dos planos de ensino dos docentes como objetivo de atender às

necessidades dos alunos, respeitando suas diferenças e incluindo-os no processo pedagógico de modo que se sintam pertencentes à escola, independentemente de seu nível social, econômico e biológico. De modo que as ações avaliativas tenham sucesso, todos os envolvidos, gestores, professores, alunos, famílias e funcionários da escola, devem estar comprometidos com o processo, cada um em suas atribuições, e devem assumir os resultados conjuntamente.

Não podemos atribuir a culpa do fracasso escolar apenas a fatores externos à escola. Muitas vezes, fatores internos, expressos por meio de discursos como “As famílias são desestruturadas”, “Os alunos não estudam”, “Os alunos faltam e são desinteressados”, impossibilitam o êxito dos sujeitos. Além disso, as faltas reiteradas de professores, as constantes mudanças na gestão pedagógica, o despreparo da equipe docente, são indicativos de que muito ainda precisa ser feito para entendermos, de fato, a função social da escola.

Nesse sentido, Freitas et al. (2014, p.70) pergunta, parafraseando Freire (2000): “Não podemos mudar o rumo da avaliação se este estiver na contramão dos direitos dos alunos?”, e continua em sua reflexão, ao argumentar que não podemos

[...] esperar que esta pergunta seja respondida apenas pelos políticos. Esta é uma pergunta dirigida a cada um de nós, no âmbito do que fazemos em nosso dia a dia, em nossa sala de aula e na escola. Caso os políticos venham em nossa ajuda, eles serão bem-vindos, caso contrário, seguiremos nosso caminho exigindo do poder público, mas exigindo também de nós mesmos.

Os alunos que estão na escola são aqueles com os quais devemos trabalhar, independentemente das condições socioeconômicas que apresentam, esses são os alunos que temos, é nesses alunos, reais, que devemos investir para que aprendam. Esse é o compromisso dos educadores empenhados com seu papel. Afinal, escola boa é aquela em que os estudantes aprendem.

Para que tenhamos uma escola de qualidade, a proposta pedagógica deve ser elaborada pela equipe escolar sobre sólidas bases teóricas e práticas, de modo que represente a expectativa de formação voltada para a inclusão de todo alunado, a fim de que todos tenham oportunidade de aprender. Assim, fazer comparações entre o rendimento escolar de um aluno e de outro não faz sentido, uma vez que cada um tem seu tempo de aprendizagem, que deve ser respeitado.

Nessa direção, Vianna (2005, p. 86), ao citar Wood (1986) em relação a prioridades na avaliação do rendimento escolar, observa que a

[...] avaliação do rendimento escolar refere-se, especificamente, ao desempenho da criança/estudante em relação a ela própria, não fazendo sentido, no âmbito escolar, e para seu melhor conhecimento, situá-la em função de um grupo para fins de comparações.

Seguindo na reflexão sobre o desempenho individual do estudante e sobre o respeito ao seu tempo de aprendizagem, Hoffmann(2001, p.41) afirma que o

[...] processo de aprendizagem do aluno não segue percursos programados *a priori* pelo professor. É no cotidiano escolar que os alunos revelam tempos e condições necessárias a o processo. O tempo da avaliação é decorrente de suas demandas e estratégias de aprendizagem e não do curso das atividades inicialmente previstas pelos professores.

Com base no que expusemos, entendemos que é preciso haver uma transformação urgente na prática de avaliação docente de sala de aula, pois ainda persiste o modelo tradicional de avaliação, que privilegia, por exemplo, a elaboração de provas iguais para todos os alunos da turma e não considera o tempo de aprendizagem, tão importante para cada aluno. Os processos avaliativos que não levam em conta esse fator podem conduzir os alunos à desmotivação e ao insucesso. De maneira a reforçar esse ponto de vista, Vianna (2005, p.86) afirma “[...]a escola nos dias fluentes precisa alterar seus procedimentos, usando uma pluralidade de recursos para promover a avaliação da aprendizagem, que não pode ficar restrita ao uso exclusivo de provas de papel e lápis, com perguntas e respostas informacionais”.

As práticas de avaliação são variáveis em função de seus contextos e, assim como há diferenças de aprendizado entre alunos e especificidade entre escolas, podemos inferir que as diretrizes que norteiam os processos avaliativos de outros sistemas também não são iguais. Souza (2000, p. 103-104), ao analisar os procedimentos desenvolvidos pelos sistemas de ensino de diferentes países, identifica algumas diretrizes comuns, elencadas a seguir, que normatizam o processo de avaliação na sala de aula:

-a avaliação de sala de aula deve ser desenvolvida a partir da proposta da escola e do perfil do aluno que se pretende formar. Assim, a revisão de um processo de avaliação de classe passa necessariamente por repensar a proposta da escola;

-a avaliação de sala de aula tem como função identificar, verificar o alcance dos objetivos, diagnosticando, portanto as dificuldades, os problemas que possam estar impedindo o aluno de adquirir as aprendizagens propostas;

-as dificuldades do aluno, que são identificadas pela avaliação em sala de aula não devem resultar em motivos de discriminação que impeçam o seu progresso educacional;

-o aluno deve ser visto como um todo, o que pressupõe levar em conta não apenas o aspecto cognitivo;

-a avaliação em sala de aula deve pressupor que o aluno demonstre (exiba, expresse) o que aprendeu, e que o professor crie situações que permitam a ele expressar suas aprendizagens;

-a avaliação de sala de aula pode ser entendida como uma faca de dois gumes. Diagnostica tanto a aprendizagem do aluno como o ensino oferecido pelo professor. O fracasso do aluno é o fracasso do planejamento e da prática educativa;

-a avaliação de sala de aula deve ser desenvolvida de forma contínua, mais formativa que somativa, visando corrigir dificuldades do aluno e do ensino durante a formação;

-para que a avaliação de sala de aula supere seu caráter discriminatório, politicamente orientado no sentido de excluir alunos de nível socioeconômico mais baixo é preciso fazê-la recuperar o pedagógico, comprometê-la com a construção de resultados e com rearticulação do ensino com objetivos do ensino.

Esses procedimentos avaliativos, se contemplados parcial ou totalmente, podem representar o desenvolvimento satisfatório, justo e democrático da avaliação de sala de aula, o que, conseqüentemente, conduzirá o aluno ao aprendizado também satisfatório. No entanto, para alcançar esses resultados, os envolvidos no processo devem desconstruir a cultura de avaliação que discrimina, exclui e contribui para a reprovação ou evasão do aluno, este, visto como único responsável pelo próprio fracasso escolar.

Vianna (2005, p. 84) salienta que é bem conhecido o insucesso que muitas crianças experimentam, em particular, nas séries iniciais e na 5ª série e, mesmo assim, raramente

[...] há uma preocupação maior com as características de entrada, a serem diagnosticadas por uma avaliação que procurará determinar o nível necessário para ingresso em uma nova situação de aprendizagem, sem o qual se desenvolverão atitudes negativas que fatalmente conduzirão à desmotivação e ao insucesso escolar.

Pelo que expusemos, fica evidente a necessidade de transformação da prática avaliativa presente em nossas escolas, a qual não tem contribuído para o aprendizado do alunado. Há que se ter a preocupação com o aluno que ingressa na instituição escolar no que se refere a identificar quais são os pré-requisitos que ele traz de estudos anteriores,

para que possa lhe ser oferecido um ensino que subsidie uma eventual defasagem. Isso pode ocorrer por meio de mecanismos pedagógicos diferenciados, se necessário, a fim de atender as expectativas de formação dos alunos propostas no Projeto Político-Pedagógico (PPP)⁸ da escola.

Esses procedimentos também são necessários em sala de aula, para que o aluno se sinta acolhido e, como mencionado anteriormente, que queira permanecer na escola. Assim, a proposta pedagógica deve ter claro em suas ações as modalidades e as funções da avaliação, se diagnóstica, formativa ou somativa, que diz respeito a, respectivamente, diagnosticar, acompanhar e classificar. Cada uma delas com características que se complementam e se articulam para o desenvolvimento de uma avaliação escolar inclusiva.

Se levarmos em consideração a afirmação de Luckesi (2011, p. 13), segundo a qual “a avaliação da aprendizagem não soluciona nada, mas subsidia as decisões sobre atos pedagógicos e administrativos na perspectiva da eficiência dos resultados desejados”, entendemos que a mudança da prática avaliativa é necessária, pois, de modo a

[...] aprender - e efetivamente praticar - a avaliação da aprendizagem, necessitaremos fazer uma ‘desconstrução’ (usando um termo da moda) de nossas crenças mais arraigadas e de nossos hábitos de ação; necessitaremos de transitar do senso comum para o senso crítico nesse âmbito de conhecimento (LUCKESI, 2011,p.178).

Essa mudança, tão necessária e presente nas discussões sobre a avaliação da aprendizagem, abona o nosso entendimento de que a prática da avaliação escolar inclusiva e democrática deve prevalecer. Como adverte Luckesi (2011, p. 294), os

[...] atos avaliativos de acompanhamento e de certificação da aprendizagem serão nossos efetivos aliados na obtenção do sucesso nos resultados e na democratização do ensino. Não podemos abrir mão deles sob pena de permanecermos no modelo autoritário, seletivo e discriminatório dos exames escolares que ainda temos hoje em nossas escolas.

Para dar curso às nossas reflexões, apresentamos um quadro em que estão elencados os conceitos de Haydt (2004) sobre as funções da avaliação escolar –

⁸ Cada Unidade Escolar é responsável por elaborar e executar a Proposta Pedagógica conforme o que consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

diagnosticar, controlar e classificar – as quais estão relacionadas três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa.

Quadro4–Modalidades e funções da avaliação

Modalidade (tipo)	Função	Propósito (para que usar)	Época (quando aplicar)
Diagnóstica	Diagnosticar	Verificar a presença ou ausência de pré-requisitos para novas aprendizagens. Detectar dificuldades específicas de aprendizagem, tentando identificar suas causas.	Início do ano ou semestre letivos, ou no início de uma unidade de ensino.
Formativa	Controlar	Constatar se os objetivos estabelecidos foram alcançados pelos alunos. Fornecer dados para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem.	Durante o ano letivo, isto é, ao longo do processo de ensino-aprendizagem.
Somativa	Classificar	Classificar os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos, de acordo com níveis de aproveitamento estabelecidos.	Ao final de um ano ou semestre letivos, ou ao final de uma unidade de ensino.

Fonte: Haydt (2004,p.19)

A função diagnóstica da avaliação da aprendizagem estará presente quando houver necessidade de o professor verificar se o aluno tem os requisitos necessários para novas aprendizagens. É utilizada no início de um período letivo a fim de orientar os planos de ensino dos professores, presentes na proposta pedagógica da escola. Haydt (2004, p.17) afirma que mediante a “avaliação diagnóstica, o professor constata se os alunos estão ou não preparados para adquirir novos conhecimentos e identifica as dificuldades de aprendizagem”.

Na próxima seção, aprofundamos a abordagem da função diagnóstica, uma vez que ela representa a modalidade que orienta as ações da AAP, objeto de nosso estudo.

A avaliação formativa pressupõe um aprendizado contínuo do aluno por meio da observação e do acompanhamento do professor enquanto ocorre a aquisição de conhecimentos e as correções, segundo Hadji (2005, p. 21),

[...] a serem feitas com o objetivo de melhorar o desempenho do aluno, e que concerne, portanto tanto à ação de ensino do professor quanto à atividade de aprendizagem do aluno, são escolhidas em função da análise da situação, tornada possível pela avaliação formativa.

Com essa função, a avaliação pressupõe o acompanhamento do percurso de aprendizagem de maneira continuada para que o professor possa verificar se há dificuldade e, caso haja, possa intervir de forma a auxiliar o aluno com base em diferentes metodologias, a fim de redirecionar seu plano de ensino, se necessário.

Na modalidade somativa, a avaliação ocorre no final do processo. Assim, não é considerado o movimento que se desenvolve durante o processo de aquisição dos conhecimentos pelo educando. Nesse contexto, são analisadas as competências e as habilidades adquiridas pelos alunos ao final de um capítulo, módulo ou bimestre de estudos.

Segundo Haydt (2004, p. 18), a “*avaliação somativa* [...] consiste em classificar os alunos de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro” (grifos do autor).

Essa avaliação, que ocorre no final da formação com objetivo de certificação, tem o propósito de verificar se o aprendizado ocorreu. Por essas características, entendemos que não deve prevalecer como avaliação de sala de aula, uma vez que os alunos não estão pleiteando nenhuma certificação nem estão competindo com os colegas de classe. No entanto, ela pode ser utilizada pelo professor como uma estratégia de avaliação, para encaminhar atividades com o objetivo de promover a aquisição das aprendizagens.

As funções da avaliação diagnóstica, formativa e somativa têm suas especificidades e não são excludentes; elas podem se articular, a depender da necessidade dos alunos e do trabalho pedagógico desenvolvido na classe. Se for necessário, o

professor pode lançar mão da avaliação mais adequada no momento de verificação das aprendizagens, a fim de orientar novas estratégias para o desenvolvimento eficiente da ação pedagógica com vistas à promoção dos alunos.

Após a explanação das modalidades e funções das avaliações que ocorrem no âmbito escolar, passamos a abordar a avaliação diagnóstica, pois ela orienta a AAP, objeto deste estudo.

2.2 Características da avaliação diagnóstica

Como já destacamos, a avaliação diagnóstica é uma das modalidades da avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Podemos, inicialmente, descrevê-la como uma avaliação docente executada no início do processo de aprendizagem com a finalidade de conhecer as dificuldades dos alunos. Essa avaliação tem caráter preventivo, ou seja, com base nela, o professor pode planejar suas ações quanto aos conteúdos a serem transmitidos e à forma de conduzi-los para um melhor aproveitamento discente. Sousa (2015, p. 39) esclarece que, no âmbito da avaliação diagnóstica

[...] as informações obtidas auxiliam o professor a planejar intervenções iniciais, propondo procedimentos que levem os alunos a atingir novos patamares de conhecimento. Seu caráter diagnóstico possibilita a análise dos conhecimentos, aptidões, interesses ou outras qualidades do aluno, determinando as habilidades já desenvolvidas pelos alunos no início do ano letivo, período ou ano. Com ela pode-se determinar as causas subjacentes de dificuldades de aprendizagem.

A função diagnóstica da avaliação propõe a melhoria do ensino e do aprendizado por meio de ações direcionadas considerando-se o diagnóstico apresentado, que auxilia o professor na busca de estratégias diferenciadas, de forma a promover, se necessário, modificações no seu plano de ensino e ajustes em relação às necessidades dos alunos. Além disso, ela permite que os alunos se conscientizem de suas dificuldades e as superem, o que possibilita o ingresso em novas aprendizagens, dando continuidade aos estudos.

Quando aplicada no início do ano letivo, a avaliação diagnóstica permite que o professor conheça a turma de alunos com a qual trabalhará e, com base nos resultados obtidos, possa decidir sobre o tipo de ensino a ser adotado. Os resultados podem orientar

os procedimentos necessários ao atendimento dos alunos com dificuldade de aprendizagem bem como oferecer direcionamento para que se proceda a alterações, se necessário, no plano de ensino.

Luckesi (2011) observa que qualquer avaliação, por si só, é diagnóstica. Ele explica que considerar a avaliação diagnóstica “constitui um pleonismo, uma tautologia. Toda avaliação pelo próprio fato de ser avaliação, deve ser diagnóstica. Trata-se de característica constitutiva sua”. (LUCKESI, 2011, p. 197).

Da mesma forma, para Hadji (2001), toda avaliação é diagnóstica. Ele observa que, na verdade, a avaliação anterior à ação de formação é *avaliação prognóstica*,

[...] na medida em que identifica certas características do aprendiz e faz um balanço, certamente mais ou menos aprofundado, de seus pontos fortes e fracos. A avaliação prognóstica tem a função de permitir um ajuste recíproco aprendiz/programa de estudos (seja pela modificação do programa, que será adaptado aos aprendizes, seja pela orientação dos aprendizes para subsistemas de formação mais adaptados a seus conhecimentos e competências atuais) (HADJI, 2001, p.19).

Notamos que há certa divergência em relação aos termos utilizados para denominar a avaliação diagnóstica: Sousa (2015) utiliza o termo *preventivo*; Haydt (2004), *pré-requisitos*; Hadji (2001), como pontuamos, *prognóstica*, e Luckesi (2011), *qualidade da realidade*. Notamos que, apesar das nuances, os autores tomam por base a noção de que a avaliação diagnóstica é um subsídio imprescindível e enriquecedor para a intervenção pedagógica.

Ainda que a avaliação diagnóstica sirva para verificar a aprendizagem dos alunos, observamos que, na prática, os professores têm dificuldade de desenvolver propostas de ensino em razão da diversidade em relação aos níveis de aprendizagem existentes em uma sala de aula. Isso ocorre talvez por conta da cultura da homogeneidade, que vivenciamos historicamente na prática escolar. Nesse sentido, Guerra (2007, p. 51-52) pontua que a

[...] homogeneidade afeta, pois, muitos estratos da avaliação: os conteúdos que se estabelecem como o mínimo que todos devem alcançar, sejam quais forem sua capacidade, seus meios, sua situação pessoal; as próprias provas, que são as mesmas para todos, tanto no conteúdo como na forma e no tempo concedido para que sejam respondidas; e os critérios de correção que se aplicam com padrões similares.

Quando a homogeneidade compromete esses extratos, temos a prevalência da prova padrão, que tem em si o pressuposto de que todos os alunos aprendem igualmente. Essa uniformização leva ao fracasso escolar de muitos educandos que encontram na evasão a solução de um problema que consideram ser de sua responsabilidade quando, na verdade, todos os envolvidos são corresponsáveis pelos resultados das avaliações e devem assumi-los conjuntamente.

Não só os resultados da avaliação diagnóstica impõem dificuldades ao professor para lidar com a heterogeneidade; isso também ocorre com as avaliações escolares, de modo geral. Habitualmente, o docente aplica um aprova igual para todos os alunos, desconsiderando as diferenças individuais de aprendizagem. Hoffmann (2013, p. 59) adverte que “A aprendizagem não segue caminhos lineares, as crianças e jovens surpreendem a cada momento, os dias não são iguais para quem os observa curiosamente”, e complementa:

Avaliar em educação significa acompanhar essas surpreendentes mudanças ‘admirando’ aluno por aluno em seus jeitos especiais de viver, de aprender a ler e a escrever, em suas formas de conviver com os outros para ajudá-los a prosseguir em suas descobertas, a superar seus anseios, dúvidas e obstáculos naturais ao desenvolvimento. Ninguém aprende sozinho. E os alunos não aprendem sem bons professores. Para favorecer de fato o melhor desenvolvimento possível, é necessário conhecê-los muito bem, conversar com eles, estar junto deles. (HOFFMANN, 2013, p.59).

Entendemos ser necessário um conjunto de procedimentos avaliativos diferenciados para atender às necessidades de cada aluno. Dessa perspectiva, todos os envolvidos – professores, gestores, funcionários da escola, família e comunidade – devem assumir a responsabilidade e se empenhar coletivamente para que a qualidade da educação oferecida pela escola seja melhorada.

2.3 Pesquisas correlatas

A fim de constituirmos o aporte teórico exigido para o desenvolvimento deste estudo, recorreremos à pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é colocar o pesquisador a par do que já foi estudado em determinada área de conhecimento, de modo que ele seja capaz de elaborar um quadro teórico abrangente acerca das pesquisas realizadas (BASTOS et

al. (1995). Esse tipo de pesquisa pode ser realizado em meio escrito e eletrônico, como por exemplo, consultando-se livros, teses, dissertações, artigos científicos e *websites*.

Em um primeiro momento, selecionamos a palavra-chave *Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP)*, para procedermos à busca, na Internet, por pesquisas realizadas e disponibilizadas em bibliotecas universitárias e *sites* de revistas eletrônicas especializadas em avaliação. Ao longo dessa busca, em que encontramos apenas três trabalhos diretamente relacionados ao objeto de estudo, ficou evidente a escassez de pesquisas sobre o tema, o que revela um campo ainda em construção. Posteriormente, concentramos em buscar outras palavras-chave, como *avaliação da aprendizagem*, *recuperação da aprendizagem* e *avaliação educacional*, que resultaram em outros trabalhos que, de alguma forma, contribuíram com o nosso estudo de modo a ampliar a pesquisa, também observamos as referências bibliográficas constantes nos trabalhos encontrados.

Por meio desses procedimentos, identificamos, em bibliotecas eletrônicas, nove pesquisas que se aproximaram de nosso tema de estudo, as quais elencamos a seguir:

- duas dissertações de mestrado, uma da Universidade do Oeste Paulista uma da Universidade de Caxias do Sul, defendidas em 2010;
- duas dissertações de mestrado, ambas da Universidade de São Paulo, defendidas em 2012 e 2014;
- uma tese de doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, defendida em 2014;
- duas dissertações de mestrado, ambas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendidas em 2015;
- dois artigos científicos, um publicado na *Revista Ambiente* (2012) e um apresentado na 36ª Reunião Nacional da ANPEd (2013).

Essas pesquisas abordam os seguintes temas: usos da Avaliação da Aprendizagem em Processo; o coordenador pedagógico e a reflexão sobre o uso da avaliação externa; avaliação externa como instrumento da gestão pedagógica; avaliações externas e concepções de equipes gestoras; avaliações externas e organização escolar; avaliação externa e trabalho do coordenador pedagógico; superação dos problemas pedagógicos a partir da análise de dados do Saresp e da AAP.

Ainda que nem todas as pesquisas selecionadas tenham contribuído diretamente para o desenvolvimento deste estudo, tangenciaram o tema e acabaram por fomentar reflexões que enriqueceram nossa abordagem. Esses estudos estão elencados a seguir.

Na pesquisa intitulada *Avaliação da Aprendizagem em Processo: limites e possibilidades de uso em uma Escola da Rede Estadual de São Paulo*, Sousa (2015) investiga o uso que professores e professores coordenadores fazem da AAP. A metodologia escolhida foi estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de observação, entrevistas semiestruturadas e grupo de discussão com os seguintes sujeitos: um supervisor e um técnico da diretoria de ensino, o diretor da escola, um professor coordenador do ciclo II, dois professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, um professor que não participou diretamente da AAP e 11 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

A autora evidencia que a instituição da AAP pela SEE-SP não se deu mediante um planejamento sólido nem se considerou a parceria efetiva com os professores da rede de ensino. Por meio das falas dos sujeitos entrevistados, indagados a respeito da elaboração das provas, podemos perceber que tanto o professor coordenador, como os professores desconheciam quem era o responsável pela elaboração das provas. Esses são indícios de como o sistema escolar planeja as ações educacionais, que são boas em sua essência, porém, ao longo do processo, acabam tomando outro rumo e deixam de atingir os objetivos para os quais foram concebidas.

Como pontos negativos a autora evidencia a imposição da realização da prova nas unidades escolares, o atraso na entrega dos materiais de avaliação e a falta de preparo e de orientação da equipe gestora na implementação da AAP na escola.

Ao final do trabalho, a autora sugere que os dirigentes da SEE-SP se preocupem com a equipe gestora e com os professores na orientação e na aplicação da AAP, para que os objetivos possam ser atingidos efetivamente.

A contribuição dessa pesquisa para nossa investigação reside na possibilidade de se encontrar elementos que subsidiem a conscientização da comunidade escolar a respeito da avaliação e de atentar para as concepções que gestores, principalmente o

professor coordenador pedagógico, têm sobre os usos dos resultados das avaliações externas.

Guellere (2015), por sua vez, em estudo intitulado *Trajetória metodológica voltada para a superação de problemas pedagógicos, a partir da análise de dados do SARESP e da AAP*, buscou identificar e analisar, por meio de pesquisa-ação, junto com a equipe gestora de uma escola da rede estadual de São Paulo, dificuldades e problemas enfrentados em relação às avaliações externas.

A autora observa, mediante os resultados obtidos, que a análise do Saresp realizada na escola não se concentra nos resultados apresentados, mas nas causas identificadas por professores e gestores como justificativa para as fragilidades dos alunos e das famílias. Nesse sentido, os sujeitos também indicaram razões externas à escola, além da responsabilização pelos resultados em virtude de o Saresp se basear em um mecanismo de classificação entre as escolas.

Guellere (2015) acredita na potencialização da AAP nas práticas pedagógicas, uma vez que os docentes ainda têm dificuldade de reconhecer o processo de ensino e aprendizagem por competências e habilidades e a devolutiva pode se tornar um momento de formação do aluno, que pode ocorrer mediante um plano de formação continuada de professores. Destacamos que a pesquisa contribui para reflexões sobre a ação supervisora na formação de formadores.

Além disso, a autora apresenta um roteiro para possíveis articulações entre AAP e Saresp, orientado por princípios da pedagogia freiriana e realizado por meio de perguntas com base nas quais se pode construir conhecimento acerca da realidade concreta para uma tomada de decisão.

Especificamente em relação à contribuição desse estudo para nossa pesquisa, ressaltamos o conjunto de orientações que dão conta de motivar os professores dos anos finais do ensino fundamental a fazer uso eficiente dos resultados das avaliações externas.

Freitas (2014), em trabalho denominado *Usos das avaliações externas: concepções de equipes gestoras de escolas da rede municipal de ensino de São Paulo*, pesquisou o uso das avaliações externas e as percepções da equipe gestora de três escolas do município de São Paulo, visando apreender as potenciais influências dessas avaliações

no trabalho escolar. Para coletar dados, a autora adotou a observação, o questionário e entrevistas individuais e coletivas com os gestores das escolas, além disso, realizou levantamento de dados em documentos da Unidade Escolar e em resultados de avaliações externas.

De acordo com o que foi apurado, muito se investiu na realização das avaliações de larga escala, mas ainda há poucos esforços, por parte dos sistemas educacionais, para formar equipes escolares capazes de compreender e utilizar informações geradas pelos testes. É notória, segundo a autora, a necessidade de cursos de interpretação de dados, com foco na inteligibilidade dos resultados, de modo que se evitem apropriações indevidas e se estimule o uso apropriado dessas informações. É importante ressaltar que a oferta de cursos de formação precisa ir de encontro aos interesses de gestores e professores, caso contrário, há risco de não funcionarem para os fins pedagógicos desejados.

Esse estudo contribuiu para o desenvolvimento de nossa pesquisa na medida em que investiga como os resultados da avaliação externa têm sido utilizados no cotidiano da escola e como têm interferido no planejamento escolar, aspectos que, de certa forma, abordamos nesta investigação.

Cruz (2014), em trabalho intitulado *Avaliação externa e qualidade de ensino: apropriações e usos dos dados em escolas públicas municipais de Macaé/RJ*, discute como os dados da avaliação externa são apropriados e utilizados por membros das equipes de gestão e professores.

A autora desenvolveu três estudos de caso em escolas da rede pública municipal de ensino de Macaé (RJ) e contemplou dois níveis de análise: o nível da rede municipal de ensino como responsável pela orientação e organização das condições do trabalho a ser desenvolvido pelas escolas e o nível da escola, foco principal dessa pesquisa.

O recorte temporal considerou dois momentos da gestão municipal: 2005-2008 e 2009-2012. A investigação foi desenvolvida por meio de análise documental, entrevistas exploratórias, observação do cotidiano das três escolas, questionários e entrevistas semiestruturadas aplicadas aos integrantes da equipe de gestão e a professores.

No período analisado, a pesquisadora constatou a ausência de políticas que dessem suporte e orientassem a apropriação e o uso dos dados pelas escolas. Os resultados indicaram que os integrantes da equipe de gestão e os professores reconhecem nas avaliações externas a possibilidade de elencar elementos que podem subsidiar aspectos do trabalho pedagógico que realizam, porém seus usos se restringem a ações pontuais e descontínuas, credoras do esforço particular de cada estabelecimento e da respectiva equipe gestora, sem o desenvolvimento de um projeto pedagógico consistente e articulado lastreado pelo resultado da escola.

Esse estudo contribuiu para o desenvolvimento de nosso trabalho no que diz respeito à abordagem dos problemas enfrentados na prática escolar, como por exemplo, a pouca utilização dos dados apresentados pela AAP decorrente da falta de tempo na escola para o desenvolvimento de debates pedagógicos envolvendo a AAP, o que demanda políticas públicas mais eficazes.

A pesquisa de Silva(2013), *Usos de avaliações em larga escala em âmbito escolar*, busca caracterizar uma tipologia para a utilização de avaliações de larga escala em ambiente escolar por meio da recepção desse tipo de política educacional por parte de agentes escolares (professores, coordenadores e diretores escolares).

O autor investigou, especificamente, o uso de avaliações externas referentes a quatro sistemas de ensino público do país: a rede estadual do Espírito Santo e as redes municipais de São Paulo (SP), Sorocaba (SP) e Castro (PR). A opção metodológica foi pela pesquisa de caráter exploratório, em que foram selecionadas três secretarias de educação com sistemas próprios de avaliação de larga escala.

Além da coleta de documentos, diversos atores foram entrevistados individual e coletivamente: secretários de educação, técnicos pedagógicos, coordenadores regionais, supervisores de ensino, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores. Em cada secretaria de educação foram investigadas quatro escolas, em que foram entrevistados entre cinco e sete profissionais, além do diretor, do coordenador e dois professores, pelo menos, de disciplinas efetivamente avaliadas.

Foi constatado que as formas adotadas por escolas e professores em relação ao uso das avaliações externas indicam seu potencial pedagógico e sua crescente aceitação

como instrumento útil ao trabalho escolar. No entanto, algumas lacunas nos mecanismos de monitoramento e apoio escolar, bem como a adoção recente desse tipo de política educacional, podem desencadear, por exemplo, eventual abuso na utilização dos simulados para se proceder ao aumento gradativo dos resultados. De qualquer forma, os simulados podem se tornar um instrumento diagnóstico auxiliar para que a reorientação e adequação das atividades de ensino ocorram de modo mais ágil.

Apesar de as quatro Unidades Escolares investigadas destacarem a apropriação da avaliação externa, o pesquisador percebeu falhas em relação às ações de formação voltadas a esse fim. Quando houve, foi com relação à aplicação, metodologia e divulgação dos resultados, e não com relação ao desafio de pensar, discutir e deliberar sobre o que pode ser feito com os resultados e como a avaliação pode se conjugar à prática docente. Uma última consideração diz respeito à divulgação dos resultados no cotidiano escolar que, mesmo com efeitos eventualmente negativos, não alterou a impressão sobre a avaliação externa da maioria dos entrevistados.

Ao eleger as avaliações externas como política educacional estratégica, as secretarias de educação investigadas mostraram estar mais atentas aos diferentes aspectos que podem favorecer o uso de tais avaliações, sobretudo no cotidiano escolar.

Machado (2012), no artigo *Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre os usos dos resultados*, problematiza a utilização dos resultados de avaliações externas, por equipes da gestão escolar no ensino fundamental, para melhorar a qualidade do ensino. A fim de exemplificar possibilidades de uso dos resultados, a autora coletou dados de alunos de quatro escolas de ensino fundamental da rede municipal do estado de São Paulo.

Ela concluiu que, para efetivar as funções da gestão escolar, é necessário evidenciar elementos da realidade escolar disponíveis nos resultados das avaliações externas e compartilhá-los com os profissionais da escola para edificar o trabalho coletivo na direção da concretização de uma escola pública democrática. Destaca, ainda, a importância de a escola não esgotar a reflexão sobre sua realidade nas avaliações externas e de trilhar o percurso da avaliação institucional, contemplando a autoavaliação.

Para nosso estudo, o artigo contribuiu no sentido de indicar elementos da realidade escolar disponíveis nos resultados das avaliações externas que devem ser observados pelos gestores para que se promova a articulação entre a avaliação de sistema e a avaliação institucional, a fim de favorecer uma escola pública democrática.

Pimenta (2012), em pesquisa intitulada *Avaliações externas e o trabalho de coordenadores pedagógicos: estudo de uma rede municipal paulista*, teve como objetivo analisar se e como as avaliações externas influenciam no exercício da coordenação pedagógica no ensino fundamental da rede pública do município de Indaiatuba (SP).

A metodologia priorizou o estudo de caráter exploratório, cujos instrumentos de coleta de dados foram questionário e entrevista com 34 coordenadores pedagógicos de 23 escolas municipais.

A autora constatou a utilização dos resultados das avaliações externas pelas escolas. Para os coordenadores, a avaliação externa se configura como um elemento positivo e fundamental para o planejamento de ações pedagógicas. Esses profissionais afirmaram utilizar o instrumento para orientar o trabalho dos professores, a fim de diminuir as dificuldades de aprendizagem dos alunos e levar o docente a refletir sobre seu próprio trabalho. Entre as dificuldades manifestadas pelos coordenadores em relação a lidar com as avaliações externas está a resistência dos professores em trabalhar com elas e a não compreensão dos materiais e resultados.

Pimenta (2012) em sua dissertação sugere o desenvolvimento de pesquisas que evidenciem e analisem influências ou impactos das avaliações externas na organização do trabalho escolar e dos profissionais da escola e que abranjam uma amostra expressiva das redes de ensino.

O diálogo entre a pesquisa de Pimenta (2012) e a AAP, objeto desta pesquisa, reside na constatação da resistência dos professores em trabalhar com os materiais e resultados das avaliações externas como subsídios para as ações pedagógicas em sala de aula. Esse fato coaduna-se com a preocupação inicial que impulsionou a pesquisadora, qual seja, saber o porquê da resistência docente em trabalhar os resultados da AAP.

O objetivo de Martins (2010) em sua dissertação *O papel do coordenador pedagógico na melhoria da qualidade da Educação Básica: uma reflexão sobre o uso da*

avaliação externa foi analisar, do ponto de vista do coordenador pedagógico, como a escola utiliza os resultados das avaliações externas para melhorar a qualidade de ensino. A autora adotou o estudo de caso, efetuou levantamento histórico do trabalho do coordenador pedagógico e as atribuições constantes na Resolução nº 88, de 19/12/2007, e utilizou entrevista semiestruturada, aplicada a quatro coordenadores pedagógicos de escolas públicas estaduais de Presidente Prudente (SP).

Os resultados evidenciaram a dificuldade de o coordenador pedagógico exprimir seu entendimento sobre a avaliação externa e como trabalha os seus resultados. Em nenhum momento foi explicitado como ocorre a capacitação dos professores utilizando a avaliação externa como parâmetro, assim como não houve clareza na explicitação de como se dá a formação em serviço sobre a avaliação externa. A autora observou falta de bagagem estrutural e de conhecimento das teorias da aprendizagem por parte dos professores coordenadores pedagógicos. Isso porque, desde a implantação do currículo oficial, em 2009, a SEE-SP não oferece capacitação nem ao professor coordenador do núcleo pedagógico nem ao coordenador pedagógico da escola.

Martins (2010) considera urgente capacitar os profissionais da educação, de modo que eles passem a entender o conteúdo do currículo e o processo de organização da avaliação externa, com ênfase nas habilidades e competências para ensinar a ler, escrever e contar, de modo que os alunos se tornem capazes de ler o mundo e suas possibilidades.

No que se refere à AAP, objeto de nosso trabalho, esse estudo de caso nos auxiliou na identificação da dificuldade do professor coordenador pedagógico em estabelecer o que entende dessa avaliação, especialmente por se tratar de um instrumento elaborado no âmbito externo à escola.

Vergani (2010) busca, em estudo denominado *Avaliação externa de rendimento escolar: um instrumento de gestão pedagógica*, verificar as implicações da avaliação externa de rendimento escolar na gestão pedagógica no âmbito escolar.

A autora analisa documentos oficiais, como instrumentos e relatórios pertinentes ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (Saers), e aplica um questionário a dez diretores de escolas municipais que obtiveram os melhores

desempenhos na prova de Língua Portuguesa no Saers de 2005 em comparação com os resultados da prova de Língua Portuguesa no Saers de 2007.

Os achados evidenciaram que os diretores conheciam a política de implantação do Saers, utilizavam seus resultados no planejamento escolar e os divulgavam para a comunidade. As duas hipóteses de pesquisa foram validadas: 1) a avaliação externa mobiliza os diretores na busca de aperfeiçoamento educacional. 2) a avaliação externa tem relevância para a escola, pois fomenta reuniões e mudanças no planejamento. Contudo, a disposição dos diretores não se refletiu na manutenção ou no aumento do rendimento na comparação dos resultados de 2005 e 2007, uma vez que 70% das escolas com bom desempenho em 2005 obtiveram desempenho abaixo do esperado em 2007.

O estudo de Vergani (2010) contribui para o presente trabalho na medida em que indicou os pontos de sucesso na busca de aperfeiçoamento educacional por parte das escolas em decorrência de avaliações externas, os quais podemos utilizar para a leitura do contexto em que realizamos esta investigação.

O fato de os resultados apresentados por Vergani (2010) oscilarem entre bom e ruim demonstra que há falhas que devem ser sanadas no cotidiano escolar por meio da criação de novas políticas educacionais. A autora nos motiva a continuar com o foco na AAP, já que as avaliações externas cumprem papel complementar no processo avaliativo escolar e estão coerentes com as diretrizes nacionais de avaliação.

Em suma, as pesquisas de Guellere (2015) e Sousa (2015) trataram da AAP e evidenciam que o tema é um campo de conhecimento em construção. As autoras chamam a atenção para o fato de a SEE-SP não ter implementado a AAP em conjunto com a formação dos profissionais, para que gestores e professores se tornassem corresponsáveis pela aplicação e utilização dos resultados dessa avaliação. Talvez resida nesse ponto a resistência de muitos professores em não usar os resultados da AAP em suas práticas.

Já os estudos de Cruz (2014), Freitas (2014), Machado (2012), Martins (2010), Pimenta (2012), Silva (2013) e Vergani (2010) revelam a importância das avaliações externas e sua influência no trabalho pedagógico como fruto do esforço dos gestores da escola. Essas pesquisas, em especial, constituem um aporte relevante para a realização de

nossa investigação, uma vez que apresentam as concepções de gestores de outros estados e cidades, o que nos faz perceber que as problemáticas vivenciadas são próximas.

Cada gestor empenhado em realizar o processo avaliativo, tanto interno quanto externo, ao cobrar apoio do poder público e desenvolver a sua parte, com compromisso e determinação, enriquece nossa própria prática gestora e estimula professores a fazerem uso dos resultados dessas avaliações de modo articulado, com vistas à melhoria do ensino oferecido aos alunos das escolas públicas estaduais paulistas.

CAPÍTULO III

Percurso Metodológico

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, foi motivada por um tema inquietante: a avaliação. Como diretora de escola pública estadual no estado de São Paulo, notei que o estudo aprofundado desse assunto seria uma oportunidade de adquirir conhecimentos e contribuir para a ação na escola em que atuo. Com a necessidade de recortar o tema, dada a sua amplitude, optei em estudar como se deu a mais recente avaliação implantada nas escolas paulistas, a Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP).

O local escolhido para o desenvolvimento deste estudo foi a escola onde trabalho. Essa opção deu-se em razão do desejo de valorizar minha própria prática profissional, assim como o cotidiano escolar que vivencio. A escola está sob jurisdição da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte, subordinada à SEE-SP.

Localizada em uma avenida de grande circulação, na periferia do município de Guarulhos, estado de São Paulo, a unidade escolar pertence à rede pública estadual e atende o Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Em 2016, contava com 750 alunos distribuídos em três períodos: manhã, tarde e noite. A unidade dispõe de dez salas de aula e vinte e quatro classes, nos três períodos. No ano citado, tinha em seu quadro 64 professores com aulas atribuídas.

A comunidade atendida pela escola é composta de filhos de trabalhadores de diversos ramos de atividade, em empresas localizadas nas proximidades, de segmentos como logística, comércio, serviços e aeroportuário. No período noturno, atende jovens e adultos trabalhadores da região.

Esta pesquisa foi dividida em duas etapas fundamentais. Na primeira etapa, foram analisados os documentos oficiais relacionados à AAP. Os materiais produzidos pela SEE-SP estão representados pelos comunicados elaborados em conjunto pela CGEB e pela CIMA (Anexos 3 a 14), publicados em *Diário Oficial do Estado de São Paulo* a cada edição, com todas as informações necessárias à execução da AAP, tanto no âmbito da Diretoria de Ensino, pelos dirigentes, supervisores de ensino e professores coordenadores

do núcleo pedagógico, como no âmbito da Unidade Escolar, pelos diretores de escola, professor coordenador e docentes.

Esses comunicados trazem considerações a respeito da importância da AAP, por exemplo: apoiar as ações de acompanhamento e desenvolvimento das propostas pedagógicas e do currículo; diagnosticar os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata; subsidiar as ações de planejamento e replanejamento e subsidiar escolas e docentes com orientações para elaboração de pautas com vistas à recuperação da aprendizagem. As edições publicadas entre 2011 e 2016 foram organizadas e delas destacadas as mudanças ocorridas de uma para a outra, a fim construirmos um percurso histórico.

Os documentos oficiais coletados no âmbito da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte foram as pautas de reuniões formativas realizadas pelos professores coordenadores do núcleo pedagógico com os professores coordenadores das escolas. Essas pautas estão disponíveis no *site* da Diretoria de Ensino mencionada⁹, do qual foram coletadas aquelas que traziam dados sobre a AAP, com destaque para as que tratavam dos objetivos e dos usos dos resultados.

Com relação aos documentos oficiais da Unidade Escolar lócus da pesquisa, foi realizada a busca de dados das pautas elaboradas pelo professor coordenador para serem discutidas com os docentes nas reuniões de ATPC. Essas pautas estavam registradas em livro-ata próprio para essa finalidade. Nesses documentos, foram coletados dados das pautas cujo foco de discussão foi a AAP.

Já na segunda etapa, foram realizadas entrevistas, com a finalidade de compreender as concepções dos docentes e do professor coordenador sobre a AAP e seu processo de desenvolvimento no âmbito da escola.

Todos os documentos oficiais e entrevistas foram analisados e organizados. A organização desse material é apresentada nas seções que seguem.

3.1 Organização dos documentos oficiais coletados na SEE-SP

⁹ O endereço eletrônico da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte é <<https://deguarulhos.norte.educacao.sp.gov.br/>>.

Os documentos oficiais da SEE-SP que tratam da AAP são denominados *Comunicado conjunto da Coordenadoria de Gestão do Ensino Básico* (CGEB) e *Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional* (CIMA). Esses comunicados foram publicados no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* ao longo de 12 edições, entre 2012 e 2016, período de realização deste estudo.

O processo de coleta desses documentos iniciou-se com visita à SEE-SP para coletar informações sobre a AAP. O primeiro contato deu-se na recepção da Secretaria da Educação, localizada na Praça da República, São Paulo. Identifiquei-me para o atendente, que indicou uma sala ao lado, em que me seriam dadas orientações. Ao me identificar e mencionar a finalidade da visita à segunda atendente, fui informada de que deveria fazer um agendamento por *e-mail*, dirigindo-me aos órgãos responsáveis pela AAP, ou seja, CGEB e CIMA.

Ao retornar à entrada principal fui orientada pelo atendente a me dirigir à CIMA, localizada nas proximidades da SEE-SP. Ao chegar à recepção do prédio e me identificar, fui conduzida à Coordenadoria de Avaliação da CIMA. Fui recebida por uma senhora que participava de uma reunião sobre o Saresp. Assim que me identifiquei como pesquisadora e diretora de escola, ela prontamente me atendeu e entregou-me uma folha para que eu fizesse a solicitação por escrito das informações sobre a AAP de que precisava; a resposta seria dada por *e-mail*. Registrei o pedido de documentos oficiais e formações realizadas pela SEE-SP sobre a AAP, desde a primeira edição, em 2011, até 2016; anotei meu endereço eletrônico e entreguei a solicitação.

A resposta a essa solicitação foi-me encaminhada por *e-mail* pelo diretor da CIMA. No anexo desse *e-mail* estavam os comunicados das 12 edições da AAP, de 2012 a 2016. Nenhum documento oficial de implantação da primeira edição da AAP, em 2011, foi enviado.

Em buscas na Internet, em arquivos da SEE-SP, por meio da Rede do Saber, encontrei uma videoconferência de lançamento da AAP, realizada em 22/08/2011, dirigida aos profissionais das Diretorias de Ensino e coordenada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Em uma nova busca, foram encontradas mais quatro videoconferências, essas coordenadas pela CGEB/CIMA.

Os 12 comunicados CGEB/CIMA recebidos foram impressos, numerados e organizados em ordem cronológica para leitura e pré-análise. Assisti às videoconferências encontradas. Para fins de leitura e pré-análise, transcrevi apenas a videoconferência de lançamento da AAP, por ser a única que se referia à primeira edição.

3.2 Organização dos materiais coletados da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte sobre a AAP

Os documentos oficiais da Diretoria de Ensino se configuraram nas pautas de reuniões de Orientações Técnicas (OT) sobre a AAP elaboradas pelos professores coordenadores do núcleo pedagógico entre 2012 e 2016 e foram extraídos do *site* da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte.

Esses materiais foram obtidos depois da visita à Diretoria de Ensino mencionada. Na ocasião, fui recebida por um professor coordenador do núcleo pedagógico, identifiquei-me como pesquisadora e diretora de escola e expliquei-lhe os objetivos da pesquisa. Ele informou que as orientações sobre a AAP se baseavam nas Orientações Técnicas, que ocorriam mediante convocação dos professores coordenadores das unidades escolares pela dirigente de ensino; dia, horário e pautas eram específicos para Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio. A seguir, o professor coordenador explicou-me que, desde 2012, um ano após o surgimento da AAP, as pautas com o desenvolvimento das formações estão disponíveis no *site* da Diretoria de Ensino.

De posse das informações recebidas, iniciei a busca, no *site* da Diretoria de Ensino, das pautas que trataram da AAP, em reuniões de formação com professores coordenadores realizadas entre 2012 e 2016. Foram coletadas 21 pautas, organizadas para leitura e posterior análise.

3.3 Organização dos materiais coletados na Unidade Escolar

As pautas de ATPC elaboradas pelo professor coordenador são documentos oficiais constantes em livros-ata de registros das atividades desenvolvidas em cada reunião com docentes.

Como diretora, consultei os livros-ata de 2011 a 2016, que estavam no arquivo morto de documentos oficiais da escola. Por meio do exame desse material, foi possível coletar os dados relativos às reuniões que trataram, exclusivamente, da AAP, com foco nos objetivos e uso dos resultados.

A busca nos livros-ata de registro das reuniões de ATPC resultou em 42 pautas que trataram da AAP no período citado. Essas pautas, objetos de leitura e interpretação para análise posterior dos dados, foram organizadas cronologicamente.

3.4 Organização das informações coletadas nas entrevistas

As entrevistas foram realizadas nas dependências da Unidade Escolar em que este estudo foi desenvolvido. Os docentes de Língua Portuguesa e Matemática foram convidados a participar, por serem essas disciplinas componentes curriculares avaliados na AAP. Entre os convidados, quatro professores, dois de cada disciplina, além do professor coordenador, dispuseram-se prontamente a participar. Assim, tomaram ciência do conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, do dia e horário para a realização da pesquisa.

Para garantir o anonimato dos entrevistados, foi utilizada a letra S(sujeito) seguida de um algarismo, assim, os quatro professores foram denominados S1, S2, S3 e S4, e o professor coordenador, S5. Na sequência, são apresentados detalhes da identificação. As entrevistas, que duraram aproximadamente 40 minutos, foram gravadas e, em seguida, transcritas para leitura e posterior análise.

A seguir, a relação dos sujeitos participantes.

Quadro 5 - Identificação dos sujeitos entrevistados

Sujeitos	Identificação profissional
S1	Língua Portuguesa Formação inicial: Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Tempo de experiência docente: 29 anos Nível de ensino em que atua: Ensino Fundamental II e EJA
S2	Língua Portuguesa Formação inicial: Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Literatura Tempo de experiência docente: 10 anos Nível de ensino em que atua: Ensino Fundamental II

S3	Matemática Formação inicial: Licenciatura Plena em Matemática Tempo de experiência docente: 6 anos Nível de ensino em que atua: Ensino Fundamental II
S4	Matemática Formação inicial: Licenciatura Plena em Matemática Tempo de experiência docente na escola: 3 anos Nível de ensino em que atua: Ensino Fundamental II
S5	Prof. Coordenador Formação inicial: Licenciatura Plena em Matemática Tempo de experiência docente na escola: 7 anos como docente e 6 meses como professor coordenador Nível de ensino em que atua: atualmente atua na gestão

Fonte: elaborado pela pesquisadora

A entrevista semiestruturada com questões abertas, “guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (GIL, 2007, p. 117), foi realizada por meio de um roteiro previamente elaborado; foi gravada com autorização dos sujeitos e, posteriormente, transcrita. Das transcrições, foram selecionados os trechos mais relevantes para a análise. Tal procedimento foi adotado, pois, segundo Severino (2007, p. 124), a entrevista é

[...] uma técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

Os questionários foram elaborados com um núcleo de questões comuns (1-8) e outro conjunto específico (9-11) para cada um dos profissionais entrevistados. A parte comum se refere aos docentes e professor coordenador; já a parte específica, para o docente, refere-se às suas concepções sobre a AAP, vivências e trocas de experiência com seus pares, para o professor coordenador, refere-se ao seu papel de formador. As questões para a entrevista foram elaboradas com base nas categorias estabelecidas anteriormente: os objetivos da AAP e usos dos resultados. Essas questões são apresentadas na próxima seção.

3.4.1 Roteiro das entrevistas

3.4.1.1 Questões elaboradas para os docentes

- 01** – Em sua opinião, para que serve a AAP?
- 02** – Para você, há diferenças e semelhanças entre o SARESP e a AAP?
- 03** – Você acha que os conhecimentos contemplados na AAP são semelhantes àqueles que você desenvolve em sala de aula?
- 04** – Você acredita que a AAP contempla o currículo oficial da sua disciplina?
- 05** – Você já participou de formações relativas à AAP? Quem foi o responsável?
- 06** – Como foram estas formações? Elas foram suficientes? Justifique?
- 07** – Das formações que você participou o que você sugeriria para aperfeiçoamento?
- 08** - Você usa os resultados da AAP com suas turmas? Como? Sozinho? Com colegas?
- 09** - Você conhece algum exemplo de usos dos resultados da AAP por seus colegas? Que tipos de usos são citados?
- 10**- Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEE utilizam os resultados da AAP?
- 11** – Quanto ao uso dos resultados de cada um dos alunos na avaliação da aprendizagem em processo, para atribuição de nota, qual sua opinião sobre usar os acertos da AAP como média bimestral, como nota?

3.4.1.2 Questões elaboradas para o professor coordenador

- 01** – Em sua opinião para que serve a AAP?
- 02** – Para você, há diferenças e semelhanças entre o SARESP e a AAP?
- 03** – Você acha que os conhecimentos contemplados na AAP são semelhantes àqueles que você desenvolve em sala de aula?

- 04** – Você acredita que a AAP contempla o currículo oficial da sua disciplina?
- 05** – Você já participou de formações relativas à AAP? Quem foi o responsável?
- 06** – Como foram estas formações? Elas foram suficientes? Justifique?
- 07** – Das formações que você participou, o que você sugeriria para aperfeiçoamento?
- 08** – Você realiza formações com seus professores sobre AAP?
- 09** – Você se sente preparado para realizar as formações sobre a AAP?
- 10** – Para você, quais são os principais desafios/dificuldades para a realização das formações sobre a AAP com seus professores?
- 11** - Você trabalha os resultados da AAP com os professores? Como?
- 12** – Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEE utilizam a AAP? Se sim, para quê? Se não, por quê?

3.5 Organização das informações coletadas nas entrevistas e nos documentos oficiais

As entrevistas foram realizadas nas dependências da escola lócus da pesquisa, a partir de convite feito aos docentes de Língua Portuguesa e Matemática, por se tratar de componentes curriculares avaliados na AAP. Entre os convidados, como observado anteriormente, quatro professores e o professor coordenador concordaram em participar.

A análise dos documentos e das entrevistas foi baseada nos estudos de Franco (2012, p. 12), segundo quem, “[...] o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”.

A primeira atividade realizada na análise foi a *leitura flutuante* dos documentos descritos anteriormente. De acordo com Franco (2012, p. 54), esse tipo de

[...] leitura consiste em estabelecer contatos com os documentos a serem analisados e conhecer os textos e as mensagens neles contidas, deixando-se invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas.

Após a leitura flutuante dos materiais, a etapa subsequente foi a organização do material considerando-se as duas categorias de análise já descritas: objetivos da AAP e

usos dos resultados da AAP. Em seguida, foi realizada leitura exaustiva no material coletado, com foco nas categorias criadas, orientada pela regra de exaustividade. Como Franco (2012, p. 55) adverte, “[...] definido o campo do *corpus* (entrevistas, respostas a um questionário, editoriais, notícias da imprensa, emissões de televisão, etc.) sobre determinado assunto, é preciso considerar todos os elementos desse *corpus*”.

Nos comunicados, tentamos identificar e entender quais mudanças ocorreram em relação aos objetivos da AAP e como se dava a orientação para utilização dos resultados. Nas pautas do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino, coletamos, com os professores coordenadores, informações referentes às formações sobre os objetivos da AAP e como o Núcleo orientava a UE sobre os usos dos resultados da AAP. Nas pautas dos ATPCs da escola, destacamos aquelas que trataram dos objetivos da AAP e dos usos dos resultados da AAP. Com relação às entrevistas, destacamos pontos que consideramos mais presentes e expressivos nos relatos dos sujeitos tanto em relação às suas concepções sobre os objetivos da AAP quanto em relação a como utilizam os resultados da AAP com seus alunos.

CAPÍTULO IV

Análise dos Documentos e das Entrevistas

Neste capítulo, apresentamos a análise da AAP. Para tanto, valemo-nos dos comunicados oficiais produzidos pela CGEB-CIMA, das pautas de formação do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte, das pautas dos encontros de ATPC e das entrevistas realizadas com cinco sujeitos que atuam na escola pesquisada.

4.1 Análise dos documentos oficiais

Para a análise dos dados coletados, elegemos, *a priori*, duas categorias: objetivos da AAP e usos dos resultados da AAP. Iniciamos pela análise dos objetivos da AAP, tomando os Comunicados CGEB/CIMA da SEE-SP, as pautas da Diretoria de Ensino e as atas de ATPC da Unidade Escolar. Essa categoria foi escolhida com vistas a buscarmos o entendimento dos objetivos dessa avaliação e de como esses objetivos foram trabalhados pela Diretoria de Ensino com os professores coordenadores e, posteriormente, pela Unidade Escolar com os docentes ao longo das edições da AAP realizadas no período de 2011 a 2016.

Após a análise dos objetivos da AAP, nas seções seguintes, abordamos alguns aspectos relacionados ao uso dos resultados da mencionada avaliação. Essa categoria foi escolhida com a finalidade de entendermos como a SEE-SP e a Diretoria de Ensino orientam as escolas sobre a utilização dos resultados dessa avaliação e como Unidade Escolar trabalha efetivamente os resultados para a melhoria do processo de recuperação da aprendizagem.

4.1.1 Objetivos da AAP presentes nos Comunicados CGEB/CIMA – SEE-SP

A Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) é um Programa da SEE-SP elaborado pela CGEB em conjunto com a CIMA. A análise que apresentamos na sequência foi elaborada com base nos comunicados emitidos pelos dois últimos órgãos citados, CGEB e CIMA.

Os comunicados CGEB/CIMA são compostos por objetivos, disciplinas-alvo, segmentos da Educação Básica participantes da AAP, procedimentos para aplicação, cronograma, e anos e séries avaliados. Esses documentos informam também os materiais

disponibilizados aos docentes, as recomendações pedagógicas sobre correção, análise e uso dos resultados da AAP. Até a conclusão deste estudo, haviam sido editados 12 comunicados, apostos na seção de Anexos.

No percurso de análise dos dados coletados desses documentos, observamos, entre os objetivos da AAP, vários pontos que nos suscitaram inquietudes, entre eles, destacamos quatro.

O primeiro ponto refere-se à alteração de um dos objetivos da AAP, que até a oitava edição tinha a finalidade de acompanhar o desenvolvimento das propostas pedagógicas das escolas. A partir da nona edição foi acrescido o objetivo de acompanhar também o desenvolvimento do currículo oficial nas Unidades Escolares.

O segundo ponto diz respeito aos subsídios que a AAP oferece aos professores para a elaboração de pautas individuais e coletivas. As pautas individuais são preparadas em momentos de reflexão em que o professor organiza um plano de ação para a recuperação de seus alunos em sala de aula. Já as pautas coletivas são aquelas elaboradas com os pares, sob orientação do professor coordenador, em reuniões de ATPC.

O terceiro ponto diz respeito ao objetivo de promover atenção imediata aos alunos com dificuldades de aprendizagem, pois a expectativa da SEE-SP é de que essa avaliação diagnostique as defasagens, para que sejam sanadas rapidamente.

Por fim, o quarto ponto tem a ver com a frequência em que a AAP é aplicada nas escolas. De início, sua aplicação era semestral; já em sua décima terceira edição, foi aplicada bimestralmente. Isso ocasionou, por um lado, a redução do currículo desenvolvido em sala de aula, e por outro, inviabilizou a recuperação das aprendizagens evidenciadas na AAP pelo escasso tempo para a necessária intervenção. Esses pontos são discutidos mais detalhadamente a seguir.

Chama-nos a atenção nos documentos da SEE-SP as considerações sobre os objetivos da AAP presentes nos comunicados. Inicialmente, com aparente liberdade para a escola utilizá-la por meio do acompanhamento das propostas pedagógicas passou, a partir da nona edição, a monitorar também o currículo nas unidades escolares.

Nos comunicados publicados até o primeiro semestre de 2015, o objetivo da AAP se apresentava da seguinte forma: “[...] apoiar as ações de acompanhamento do

desenvolvimento das propostas pedagógicas das unidades escolares”(SÃO PAULO, COMUNICADOS CGEB/CIMA, 1ª e 2ª edição de 2012; 1ª e 2ª edição de 2013; 1ª e 2ª edição de 2014; 1ª edição de 2015).

Já nas edições a partir do 2º semestre de 2015, verificamos um acréscimo de conteúdo em um dos objetivos da AAP. Essa alteração refere-se à inclusão do objetivo relacionado ao acompanhamento do currículo: “apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas e do currículo nas Unidades Escolares”. (SÃO PAULO, COMUNICADOS CGEB/CIMA, 9ª edição de 2015; 10ª, 11ª, 12ª e 13ª edições de 2016).

A inclusão do objetivo relacionado ao acompanhamento do currículo nos Comunicados indica a intenção da SEE-SP em ter maior controle das ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Em 2016, foi elaborada a Matriz de Avaliação Processual (MAP), destinada a todos os componentes curriculares da Educação Básica e na qual são definidas as matrizes de referência para as avaliações processuais.

A MAP é formada pelos conteúdos a serem trabalhados ao longo de cada bimestre e pelas situações de aprendizagem destinadas ao desenvolvimento de competências e habilidades. As questões da AAP são elaboradas com base nesse documento e nos referenciais do Saresp. A criação do MAP pode sugerir que uma das intenções da SEE-SP é aplicar a AAP a todas as disciplinas dos componentes curriculares.

Dessa maneira, podemos inferir que a AAP pode dificultar o trabalho do docente em sala de aula, uma vez que reduz o tempo de desenvolvimento dos planos de ensino e projetos elaborados no início do ano letivo. Além disso, pode comprometer a autonomia das escolas, pois a articulação das ações previstas no PPP estará prejudicada. Nesse sentido, lembramos o que consta no artigo 15º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica[...]”(BRASIL,1996).

Freitas et al (2014, p. 78) compreende a avaliação como parte integrante do PPP da escola, discutido e implementado coletivamente, ao amparo do poder público. Nessa direção, o autor salienta que precisamos

[...]reafirmar a confiança no professor e na escola. A avaliação deve ser feita pelo e para o professor/aluno e só, secundariamente, deve ser um “dado” para o

sistema. Não se mede ou se avalia para o sistema, mas sim para o professor e seu coletivo imediato – a escola (grifos dos autores).

Outro ponto a se destacar é a informação, constante em todos os Comunicados CGEB/CIMA, de que o professor receberá orientação e subsídios para elaboração de pautas individuais e coletivas que visem ao desenvolvimento de atividades a serem realizadas em sala de aula. Assim, conforme a SEE-SP,

[...] espera-se que os materiais elaborados para esta ação, agregados aos registros que o professor já possui, sejam instrumentos para a definição de pautas individuais e coletivas, que, organizadas em um plano de ação, mobilizem procedimentos, atitudes e conceitos necessários para as atividades de sala de aula, sobretudo, aquelas relacionadas aos processos de recuperação da aprendizagem (SÃO PAULO, COMUNICADO CGEB/CIMA, 2ª ed., 2012).

Em relação às pautas individuais citadas no comunicado, os professores, mesmo enfrentando dificuldade, uma vez que muitos trabalham em mais de uma escola, possivelmente as constroem durante seus momentos de reflexão individual, que gera o plano de ação para sala de aula, assim como os procedimentos que serão utilizados na recuperação dos alunos. Imaginamos que essas pautas são elaboradas durante as Aulas de Trabalho Pedagógico em Local de Livre Escolha (ATPL).

Já as pautas coletivas às quais se refere o comunicado devem ser elaboradas pelo professor, juntamente com seus pares, nos momentos dedicados às reuniões de Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), que ocorrem semanalmente nas escolas e são conduzidas pelo professor coordenador. A ATPC faz parte da jornada semanal do docente, que deve participar das reuniões em todas as escolas em que atua.

A organização dos horários de atividades pedagógicas do docente nos leva a refletir sobre o que o comunicado orienta em relação às pautas coletivas, pois o único momento na rotina escolar destinado à elaboração delas é durante a ATPC. Os professores que lecionam em mais de uma escola, muitas vezes, não conseguem participar desse momento coletivo, assim, as interações e as relações pedagógicas entre os pares ficam comprometidas e a pauta coletiva não ocorre satisfatoriamente.

Parece-nos também pertinente destacar a repetição do termo *imediato*, nos Comunicados CGEB/CIMA, como exemplificamos a seguir:

[...] considerando a importância de: diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de *atenção*

imediata(SÃO PAULO, COMUNICADO CGEB/CIMA, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, grifos nossos).

As avaliações da AAP, de caráter exclusivamente diagnóstico, se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, pela escola e na sala de aula, visando à elaboração e execução de planos destinados ao *apoio imediato* para sanar dificuldades dos alunos. Grifo nosso. (SÃO PAULO, COMUNICADO CGEB/CIMA, 3. ed., 2013, grifos nossos).

Esse imediatismo pode ser interpretado de duas maneiras: a primeira refere-se ao tempo em que os resultados da AAP ficam disponíveis para utilização na escola, ou seja, imediatamente após a aplicação. Tal rapidez na apresentação dos resultados diferencia a AAP do Saresp, aplicado nas escolas públicas paulistas no último bimestre de cada ano letivo e cujos resultados são disponibilizados apenas em meados do primeiro bimestre do ano subsequente, meses depois da sua aplicação.

A expectativa em relação a essa constatação nos leva a inferir que a AAP possibilita à escola realizar com mais agilidade ações de intervenção na aprendizagem de alunos, o que não ocorre em relação aos resultados do Saresp, uma vez que, nesse caso, as dificuldades apresentadas pelos alunos serão conhecidas pela equipe escolar somente após algum tempo. É possível que nesse período ocorram mudanças como, por exemplo, aluno e/ou professor podem ir de uma escola para outra, dessa forma, as ações de intervenção podem ser prejudicadas. O uso imediato dos dados disponibilizados pela AAP pode revelar certa “pressa”, que não dialoga com a aprendizagem em ciclos. Tal expectativa é explicitada na videoconferência apresentada pela Rede do Saber em 22/08/2011, como segue:

[...] No fundo, no fundo a ideia, que aliás surgiu com o prof. Herman que é o secretário, no sentido de que nós tivéssemos uma avaliação do sexto ano e do primeiro ano do Ensino Médio *que fornecesse uma resposta rápida para os professores e que com isso eles pudessem, de certa forma, reprogramar as atividades ainda este ano*(SÃO PAULO, VIDEOCONFERÊNCIA, 2011, grifos nossos).

É necessário levar em consideração o tempo de aprendizagem do aluno para a superação das dificuldades, uma vez que o sistema de progressão continuada propõe aprendizagem *ao longo* do processo, conforme Deliberação CEE nº 9/1997 em seu artigo 3º, inciso II:

O projeto educacional de implantação do regime de progressão continuada deverá especificar, entre outros aspectos, mecanismos que assegurem:
II - avaliações da aprendizagem ao longo do processo, conduzindo a uma avaliação contínua e cumulativa da aprendizagem do aluno, de modo a permitir a apreciação de seu desempenho em todo o ciclo (SÃO PAULO, 1997).

Considerando esse artifício legal, parece incoerente que a recuperação da aprendizagem ocorra de forma *rápida* como mencionado na AAP. Essa rapidez é característica do sistema seriado que trabalha com conteúdos fragmentados, que vai na contramão do Regime de Progressão Continuada e do ensino em sistema de ciclos. Como defende Menezes (2001) a

[...] LDB propõe a progressão continuada organizada em forma de ciclos, considerando o conhecimento como processo e vivência que não admitem a idéia de interrupção, mas sim de construção, em que o aluno está continuamente se formando, construindo significados a partir das relações dos homens com o mundo e entre si.

Apenas com a finalidade de ilustrar a análise, embora estejamos discutindo o conteúdo de documentos oficiais, um dos relatos dos sujeitos desta pesquisa (S4) corrobora essa incoerência. Ao lhe ser perguntado “Na sua opinião, para que serve a AAP?”, respondeu:

É uma maneira de avaliar se realmente está tendo, se as crianças estão chegando naquele ponto, não concordo muito porque como é um ensino em progressão continuada às vezes a gente não consegue chegar num determinado tema do bimestre, mas deixa pro bimestre que vem ou pro ano que vem onde ele acaba se tornando uma progressão realmente mas aí na AAP ele está sendo cobrado aquela questão. Aí as crianças perguntam, mas esse daqui, esse daqui a gente não viu(S4).

A expectativa por parte da SEE-SP de a AAP ser um instrumento de rápida utilização pela escola pode gerar um descompasso quanto à sua política de ciclos, que visa a dispor maior tempo para o aluno aprender e receber reforço quando apresentar dificuldades de aprendizagem em algum conteúdo.

Levando em conta o ideário dos organizadores, o aluno deveria receber atenção imediata, ou seja, o professor precisaria elaborar um plano de ação capaz de sanar a defasagem rapidamente. Nesse sentido, é necessário examinar dois pontos: a recuperação da aprendizagem e o tempo de aprendizagem de cada aluno.

O conceito de recuperação da aprendizagem, segundo a Resolução SE nº 15, de 22 de fevereiro de 2005, está associado a dificuldades de aprendizagem, como podemos notar:

“É destinada aos alunos do ensino fundamental que apresentem dificuldades de aprendizagem não superadas no cotidiano escolar e necessitem de um trabalho mais direcionado, paralelo às aulas regulares” (SÃO PAULO, 2005).

Com relação ao tempo de aprendizagem de cada aluno, há que se levar em consideração as diferenças individuais do sujeito que aprende em relação ao processo de aprendizagem. Nessa direção, Hoça (2009, p. 8177) lembra:

[...] ao considerar que cada aluno aprende em tempos diferentes ou que o Ciclo de Aprendizagem respeita o tempo de aprender de cada criança, é necessário compreender que a aprendizagem se constitui como um processo dinâmico, que se relaciona aos sistemas simbólicos, às práticas culturais e ao desenvolvimento biológico.

Entendemos que ao não observarmos o aluno como um todo, seu estágio de formação e suas limitações, colocamos nele a culpa pelo fracasso escolar, que também ora recai sobre a escola, ora sobre o professor ou sobre a família (CALDAS, 2010); não consideramos a responsabilidade do poder público na elaboração de políticas públicas para esse e outros problemas que enfrentam as escolas públicas paulistas.

Assis (2015, p. 95) argumenta que transferir ao indivíduo a responsabilidade de fracassar ou de ter sucesso ao longo da escolarização é uma ação comum às instituições educacionais, aos currículos, aos métodos e às avaliações. As organizações escolares pregam que é preciso ajustar os

[...] alunos fracassados ao modelo existente sem questionar as práticas escolares e tão pouco [...] as estruturas econômicas e sociais do modelo capitalista e as políticas públicas subjacentes desta organização do Estado que, em tese, deveria garantir o direito à educação.

No que diz respeito à frequência em que a AAP é aplicada nas escolas, da 1ª até a 9ª edição, ocorreu duas vezes ao ano, semestralmente; a partir da 11ª edição, passou a ser realizada três vezes ao ano, para as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática.

A aplicação da prova três vezes ao ano pode ser um risco para a escola, uma vez que ela abre mão de seu protagonismo no processo avaliativo ao adotar avaliações prontas elaboradas externamente. Com frequência maior, a AAP acaba por substituir a avaliação do professor e passa a ser um instrumento de controle do currículo.

Ao que parece, a intenção da SEE-SP é acompanhar as ações desenvolvidas nas escolas em relação a, por exemplo, se o Currículo Oficial do Estado de São Paulo está

sendo desenvolvido nas salas de aula e se as ações de planejamento, execução e acompanhamento estão sendo feitas pelas equipes da Diretoria de Ensino e das escolas.

Se o objetivo da AAP é apenas acompanhar, talvez fosse mais adequado a SEE-SP estudar outras ações a serem adotadas nas escolas públicas paulistas. Entendemos que a frequência de aplicação dessa avaliação altera a rotina escolar e reduz o currículo programado pelo professor, que acaba não tendo tempo hábil para realizar as intervenções necessárias, evidenciadas nas avaliações internas aplicadas por ele em sala de aula. Esse descompasso faz com que a equipe escolar enfrente dificuldades para desenvolver ações que deveriam ser executadas ao longo do ano letivo.

4.1.2 Objetivos da AAP presentes nas pautas do Núcleo Pedagógico –DE

A Diretoria de Ensino Guarulhos Norte é um órgão regional subordinado à SEE-SP, como já observamos, e tem sob sua jurisdição 84 escolas públicas localizadas no município de Guarulhos. Em seu organograma, figura o Núcleo Pedagógico do qual fazem parte os professores coordenadores do núcleo pedagógico (PCNP)¹⁰.

Nas pautas das formações para AAP presentes no *site* da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte referentes às orientações técnicas realizadas pelo Núcleo Pedagógico e destinadas aos professores coordenadores, alguns aspectos nos chamaram a atenção. Um deles diz respeito à quantidade de orientações técnicas realizadas pelo Núcleo Pedagógico, as quais estão elencadas no quadro a seguir.

Quadro 6 – Formações oferecidas pelo Núcleo Pedagógico

Período	Total de formações (AAP)	Formações sobre objetivos (AAP)
2011	-	-
2012	05	00
2013	05	03
2014	03	02
2015	04	02
2016	04	01
Total	21	08

Fonte: elaborado pela pesquisadora

¹⁰ A Resolução SE nº 75 especifica as ações relativas ao PCNP: “[...] a) identificar e valorizar os saberes do Professor Coordenador - PC da unidade escolar; b) fortalecer o papel do PC como formador de professores; c) oferecer subsídios teóricos e operacionais de sustentação da prática do PC; d) organizar e promover Orientações Técnicas visando a esclarecer e orientar os PCs quanto à observância: d.1 - dos princípios que fundamentam o currículo e os conceitos de competências e habilidades; d.2 - dos procedimentos que otimizam o desenvolvimento das habilidades e competências avaliadas pelo SARESP (observar, realizar e compreender); d.3 - das concepções de avaliação que norteiam o currículo e a aprendizagem no processo - AAP e SARESP, articuladas com as avaliações internas das escolas; [...]” (SÃO PAULO, 2014).

Se levarmos em conta que a avaliação foi implementada há cinco anos, será que os 21 encontros de formação, entre os quais apenas oito relativos aos objetivos da AAP, foram suficientes?

Por meio dos dados constantes no Quadro 6, observamos que em 2011 não houve registros sobre formações da AAP no *site* da Diretoria de Ensino mencionada, o que sugere certo prejuízo no tocante a essa análise, contudo, o fato de não haver registros não quer dizer que as formações não ocorreram. Em 2012, ocorreram cinco reuniões de formação, entretanto, nenhuma tratou dos objetivos da AAP; em 2013, das cinco formações para a AAP, três trataram dos objetivos, o que pode indicar um aumento na preocupação em proporcionar aos professores coordenadores o entendimento dos propósitos da AAP.

Continuando, em 2014, no Núcleo Pedagógico, ocorreram três formações para AAP, duas referentes aos objetivos da AAP. Nesse ano, houve diminuição na quantidade de formações para a AAP, reforçando o que ocorreu em 2013, quando o Núcleo Pedagógico estava preocupado com a compreensão dos objetivos da AAP por parte dos professores coordenadores, apesar de, no nosso entendimento, ter havido poucas formações no total.

Em 2015, foram realizadas quatro formações; dessas, duas foram sobre os objetivos da AAP. Percebe-se que houve um aumento na quantidade de formações em relação a 2014, entretanto, a quantidade de formações sobre os objetivos da AAP foi a mesma, uma indicação de que a preocupação com os objetivos da AAP manteve-se no mesmo patamar.

Por fim, em 2016, ocorreram quatro formações, porém a quantidade delas com foco nos objetivos da AAP diminuiu para uma reunião, sinalizando que ou houve entendimento em relação aos objetivos da AAP ou as outras dimensões da AAP tomaram maior espaço nas formações. Na análise dos usos dos resultados, que empreendemos mais adiante, procedemos à verificação desses aspectos.

Ao considerarmos o relato de um dos sujeitos deste estudo (S5) em relação às questões “Como foram estas formações?” e “Elas foram suficientes?” e a sua resposta, “Primeiro foi uma exposição de dados... no data show e uma cópia para cada grupo. Não foi suficiente, pelo que observei... os profissionais ainda estão engatinhando no entendimento da AAP”, podemos inferir que o número de encontros realizados não atendeu a necessidade dos professores coordenadores, consequentemente, abre-se espaço

para dificuldades no alcance dos objetivos almejados pela avaliação. A nosso ver, a formação dos docentes para a AAP poderia ser mais efetiva, se eles fossem convocados para as orientações no Núcleo Pedagógico juntamente com os professores coordenadores.

4.1.3 Objetivos da AAP presentes nas pautas das reuniões de ATPC–UE

Ao procedermos à análise dos livros de ATPC¹¹ da escola pesquisada, verificamos que, entre 2011 e 2016, cinco professores coordenadores passaram por essa Unidade Escolar, conforme quadro apresentado a seguir.

Quadro 7 – Número de coordenadores na escola (2011-2016)

Coordenadores	Modalidade	Período
Coordenador 1	Ensino Fundamental	De 01/03/2001 a 09/02/2016
Coordenador 2	Ensino Médio	De 11/05/2011 a 21/01/2015
Coordenador 3	Ensino Fundamental e Ensino Médio	De 13/09/2012 a 08/09/2015 ¹²
Coordenador 4	Ensino Fundamental	De 30/09/2015 a 08/04/2016
Coordenador 5	Ensino Fundamental	Atual, desde 13/04/2016

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Apesar de não ser nosso objeto de estudo, a mudança de professores coordenadores nessa Unidade Escolar a partir de 2015 chama-nos a atenção. Entendemos que essa mudança pode causar uma ruptura nas atividades que esse profissional realiza. Caso as concepções forem próximas, o trabalho terá continuidade; do contrário, terá início uma nova trama formativa do grupo com base em outras perspectivas.

Com relação aos temas tratados nas ATPCs, especificamente sobre a AAP, das 270 reuniões que ocorreram entre 2011 e 2016, 42 trataram dessa avaliação, como demonstramos no quadro que segue.

¹¹ Os livros de ATPC são registros internos da escola em que constam as atas das reuniões realizadas semanalmente pelos professores coordenadores com o grupo de docentes.

¹² Nesse período, a escola perdeu um coordenador em virtude da diminuição da quantidade de classes.

Quadro 8 – Frequência de reuniões de ATPCs em livro-ata (2011-2016)

Período	Número de ATPC	ATPC sobre AAP
2011	29	05
2012	63	10
2013	69	11
2014	54	01
2015 ¹³	-	-
2016	55	15
Total	270	42

Fonte: elaborado pela pesquisadora

A fim de termos mais dados para reflexão, apresentamos o Quadro 9, em que podemos observar os 42 encontros de ATPC em que a AAP esteve em pauta: em três deles, houve discussão dos objetivos, em 21 foram explicitados os procedimentos; em sete ocorreram correção, digitação e registro, e em 11 houve análise e uso dos resultados.

Quadro 9 – Frequência das pautas de ATPC sobre AAP (2011-2016)

Categorias	Unidade Escolar						Total
AAP	2011	2012	2013	2014	2015	2016	-
Objetivos	00	02	00	01	-	00	03
Procedimentos	03	05	02	00	-	11	21
Correção, digitação e registro	02	01	04	00	-	00	07
Análise e uso dos resultados	00	02	05	00	-	04	11
Total	05	10	11	01	-	15	42

Fonte: elaborado pela pesquisadora

¹³ Livro ata de registro de ATPC, não encontrado na escola.

Com base nos dados anteriores, percebemos que na escola pesquisada pouco se discutiu sobre os objetivos da AAP: das 42 reuniões realizadas, apenas três foram dedicadas aos objetivos.

Destacamos que se não houver clareza em relação aos objetivos, a escola e seus educadores passam a ser meros realizadores de tarefas: precisam obedecer ao tempo para a correção, à maneira de aplicar a prova, ao período de digitação e ao modo de registro das provas. Assim, pouco tempo resta para a reflexão. Desse contexto, Ravagnani Pinto (2016, p. 138) depreende que

[...] os professores não participam do processo de elaboração e escolha dos itens da prova cabendo-lhes apenas o cumprimento das ações que se sucedem em cada fase de operacionalização do programa [...] a participação dos professores junto ao Programa AAP não decorre de uma participação autônoma, mas da submissão a um modelo de avaliação exógena que se impõe na escola.

Entendemos que o número reduzido de encontros sobre os objetivos da AAP pode desestimular os sujeitos diretamente envolvidos no processo. A reflexão sobre os objetivos da AAP estimula o compromisso e, principalmente, a consolidação da avaliação.

4.1.4 Uso dos resultados da AAP presentes nos Comunicados CGEB/CIMA – SEE-SP

Os documentos oficiais da SEE-SP, especificamente o material de apoio aos professores intitulado *Comentários e recomendações pedagógicas*, encaminhado às Unidades Escolares a cada edição da avaliação, fazem referência às orientações para interpretação e análise dos resultados das provas.

Esse tipo de material de apoio é elaborado com a finalidade de subsidiar os professores na correção das provas da AAP. São promovidas discussões metodológicas referentes à análise das respostas dos alunos, a fim de sejam elaboradas ações de intervenção para sanar as dificuldades do alunado evidenciadas nos resultados da AAP.

Na primeira edição da AAP, em 2011, foi disponibilizado o conteúdo intitulado *Material de apoio ao professor*, cujo objetivo era subsidiar os docentes nas ações de correção e análise dos dados da AAP.

Na segunda edição, em 2012 (primeiro semestre), o material de apoio, disponibilizado por Intranet, trouxe orientações para a leitura e análise dos resultados das

provas de Língua Portuguesa e Matemática. Em 2012 (segundo semestre), 2013, 2014 e 2015(primeiro semestre), o material denominado *Comentários e recomendações pedagógicas* foi disponibilizado apenas por Intranet. Nele, havia orientações específicas para os docentes, instruções para a aplicação da prova, quadro de habilidades de cada prova, gabaritos, orientações e grades para correção, bem como recomendações pedagógicas gerais.

Em 2015 (segundo semestre), foi implantado o *Caderno de prova do professor*, distribuído de forma física aos docentes. Esse material trazia subsídios para os professores de Língua Portuguesa e de Matemática, tais como, descrição das habilidades selecionadas para cada prova, gabarito, grau de dificuldade da questão e observações para cada uma das alternativas propostas, além das referências bibliográficas que embasaram a elaboração das avaliações. Em 2016, o material foi denominado *Caderno do Professor*, como pode ser observado no Quadro 10.

Quadro 10 – Materiais de apoio ao professor – AAP (2011-2016)

Ano	Nomenclatura	Estrutura
2011	Material de apoio ao professor	-Fundamentos para as ações de correção e análise dos dados da AAP
2012 (1º sem.)	Materiais com orientações para leitura e análise dos resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática	- Matrizes de referência - Questões comentadas - Habilidades testadas - Recomendações pedagógicas - Indicações de outros materiais - Referências bibliográficas - Outros referenciais -Conteúdos e habilidades – Currículo Oficial do Estado de São Paulo -Matriz de referência Saresp
2012 (2º sem.)	Comentários e recomendações pedagógicas	-Quadro de habilidades de referência utilizadas na elaboração dos itens das provas
2013		-Orientações necessárias à aplicação das propostas de produção textual e alguns itens específicos da prova de matemática
2014		-Orientação para correção e interpretação da prova
2015 (1º sem.)		-Sugestão de trabalho pedagógico articulada com a interpretação dos resultados e com materiais de apoio ao currículo

2015 (2º sem.)	Caderno de prova do professor	- Matriz de referência - Gabarito - Orientações de aplicação, correção e comentários
2016	Caderno do professor	-Habilidades -Questão -Grade de correção

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Considerando os dados constantes no Quadro 10, notamos a preocupação dos idealizadores da AAP em subsidiar o trabalho dos professores no desenvolvimento do processo de avaliação, desde sua aplicação até a análise e usos dos resultados, para posterior elaboração de plano de intervenção baseado nas dificuldades de aprendizagem dos alunos. Isso é expresso no excerto a seguir:

Estes subsídios, agregados aos registros que o professor já possui e informações sistematizadas no Sistema de Acompanhamento dos Resultados de Avaliações - SARA, incorporando os dados resultantes da AAP, devem auxiliar no planejamento, replanejamento e acompanhamento das ações pedagógicas, mobilizando procedimentos, atitudes e conceitos necessários para as atividades de sala de aula, sobretudo aquelas relacionadas aos processos de recuperação das aprendizagens (SÃO PAULO, CADERNO DO PROFESSOR, 2016, p. 2).

Os materiais de orientação da AAP apresentados sofreram alterações ao longo do tempo. Em 2011, o objetivo do material era subsidiar as ações de correção e análise dos usos da AAP; em 2012, 2013 e 2014, houve a ampliação na estrutura dos materiais, indicando que a intenção era dar à AAP um maior significado no cotidiano da escola. Esse ponto de vista é reforçado pelo fato de que, em 2016, foi implantado o documento orientador *Avaliação da Aprendizagem em Processo – Caderno do Professor*, destinado aos docentes. Com isso, percebemos a finalidade de consolidar cada vez mais a AAP no cotidiano escolar.

4.1.5 Usos dos resultados da AAP presentes nas pautas do Núcleo Pedagógico –DE

A interpretação dos resultados da AAP é, no nosso entendimento, um dos itens de maior relevância, pois os dados analisados mobilizam a equipe escolar para desenvolver ações de recuperação da aprendizagem do aluno. A Diretoria de Ensino Guarulhos Norte, por meio do Núcleo Pedagógico, elabora formações periódicas destinadas aos professores coordenadores, a fim de lhes fornecer subsídios para que possam analisar adequadamente os resultados da AAP.

No quadro a seguir, temos o número de formações para a AAP e para os usos dos resultados da avaliação, de responsabilidade do Núcleo Pedagógico.

Quadro 11 – Formações do Núcleo Pedagógico(2011-2016)

Período	Total de formações (AAP)	Formações para os usos dos resultados (AAP)
2011	-	-
2012	05	00
2013	05	03
2014	03	02
2015	04	01
2016	04	00
Total	21	06

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Podemos notar que houve 21 formações para AAP entre 2011 e 2016; dessas, seis foram destinadas ao uso dos resultados. Excetuando-se o ano de 2011, quando não houve registros de formações, e o ano de 2012, em que os registros foram disponibilizados parcialmente no *site* da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte, percebemos que a quantidade de reuniões realizadas com professores coordenadores sobre os usos dos resultados da AAP não foi significativa.

Entendemos que a importância das discussões a respeito do uso dos resultados da AAP no processo de elaboração do plano de recuperação da aprendizagem é determinante para a tomada de decisão sobre quais procedimentos seriam mais adequados para sanar as dificuldades evidenciadas pelos alunos na avaliação. Assim, as formações sobre os usos dos resultados deveriam ser mais frequentes nas pautas dos professores coordenadores do núcleo pedagógico.

Para elucidar um pouco mais a questão da quantidade de reuniões dedicadas aos usos dos resultados da AAP, analisamos cada uma das pautas das 21 reuniões que ocorreram entre 2011 e 2016 no núcleo pedagógico. Das 21 reuniões, destacamos seis, que trataram especificamente do estudo dos usos dos resultados da AAP pelos professores coordenadores (Quadro 12).

Quadro 12 – Pautas dos PCNPs – Usos dos resultados da AAP (2011-2016)

Data	Temas
25/01/2013	Análise de planilhas de Língua Portuguesa e Matemática, de tabelas e gráficos do 6º e 7º ano do EF e 1º e 2º séries do EM, e do plano de intervenção para os primeiros seis dias de aula.
20/03/2013	Em grupos: análise de questões e do caderno de Comentários e Recomendações Pedagógicas de Matemática: 9º ano EF e Língua Portuguesa: 3ª série EM. Modelo de planilha para acompanhamento de resultados da AAP.
17 e 24/04/2013	Revisita ao relatório de recomendações pedagógicas da AAP, à sua utilização no plano de ação da UE e à implementação de intervenções no caso de alunos com defasagem.
23/04/2014	Trabalho com as planilhas de acompanhamento da AAP para 7º e 9º anos do EF e 3ª série do EM.
13/08/2014	PPT de apresentação da AAP (7ª edição). Sugestão de plano de intervenção e sugestão de pauta pré e pós desenvolvimento da AAP.
18 e 23/03	Projeto Pedagógico e o trabalho do professor coordenador. Estudos e reflexões sobre acompanhamento por meio de intervenção da AAP.

Fonte: Diretoria de Ensino Guarulhos Norte - Núcleo Pedagógico (s.d.)

No Quadro 12, notamos que os assuntos tratados, mesmo em poucas reuniões, atendem o que consta nos Comunicados da CGEB/CIMA em relação às atribuições de acompanhamento e formação dos professores em favor da efetiva aprendizagem do aluno.

Um aspecto da AAP a destacar é o objetivo que tem de subsidiar o planejamento e o replanejamento, o que a difere do Saresp, cujos resultados demoram para serem disponibilizados. No caso da AAP a intervenção pode ser realizada logo após o levantamento e análise de seus resultados, para uso nas discussões do planejamento e replanejamento.

4.1.6 Uso dos resultados da AAP presentes nas pautas de ATPCs –EU

Em busca realizada nos sete livros-ata de ATPC disponibilizados na escola pesquisada, identificamos 42 pautas que tratavam da AAP, reuniões relacionadas aos usos dos resultados da AAP que ocorreram entre 2011 e 2016. Esses dados estão apostos no quadro a seguir.

Quadro 13 – Total de ATPC -
Usos dos resultados (2011-2016)

Anos	Usos dos resultados
2011	00
2012	02
2013	05
2014	00
2015	-
2016	04
Total	11

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Após a sistematização da quantidade de reuniões entre a equipe docente e o coordenador da escola sobre os usos dos resultados da AAP no interior da unidade escolar, no quadro a seguir, detalhamos as pautas de cada uma delas.

Quadro 14 – Pautas de ATPC – Usos dos resultados da AAP (2011-2016)

Data	Temas
07/03/2012	Reflexão crítica sobre os resultados da AAP e as reais necessidades dos alunos (planejamento).
08/03/2012	Socialização das reflexões sobre os resultados da AAP do dia anterior para que reflitam a real necessidade dos alunos.
28/02/2013	Em reunião de planejamento, ficou estabelecido o uso dos resultados da AAP de 04/03 a 08/03, como nota para o primeiro bimestre.
18/03/2013	Para a atribuição de notas da AAP, ficou estabelecido que as disciplinas de Língua Portuguesa, Artes, Inglês, Educação Física, História e Geografia usariam as notas de Língua Portuguesa e as demais disciplinas usariam as notas de Matemática.
01/04/2013	Orientação do professor coordenador aos professores para que fechassem as notas da AAP para encerramento do bimestre.
08/08/2013	O professor coordenador orientou os professores a corrigirem a AAP de Língua Portuguesa aplicada em 06/08 e converterem o número de acertos em nota para ser utilizada em forma de avaliação.
23/09/2013	Lançamento das notas da AAP.
21/10/2013	O professor coordenador sugeriu aos professores de Língua Portuguesa e Matemática revisar (devolutiva com os alunos) a AAP aplicada em agosto.
05/05/2016	Tabulação dos resultados da AAP e discussões ligadas ao processo de aprendizagem em que há alunos não alfabetizados.

12/05/2016	O professor coordenador abordou a importância da tabulação dos resultados da AAP e destacou a urgência de se trabalhar a AAP em sala de aula com os alunos.
19/05/2016	Os professores foram orientados a retirarem a AAP aplicadas para trabalhar com os alunos (devolutiva).

Fonte: Livros-ata de ATPC

Nas reuniões de 28/02, 18/03, 1º/04 e 08/8/2013, o professor coordenador e a equipe docente decidiram transformar os acertos e erros da AAP em menções a serem utilizadas como nota bimestral. Esse dado revela a carência de entendimento sobre os reais objetivos da AAP, que é exclusivamente diagnóstica. Nesse sentido, destacamos o que diz o Comunicado CGEB/CIMA:

As avaliações da AAP, de caráter *exclusivamente* diagnóstico, se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, na escola e na sala de aula, visando a elaboração e execução de planos destinados ao *apoio imediato* para sanar as dificuldades dos alunos [...]. (SÃO PAULO, COMUNICADO (2012 , 3 ed., grifos nossos).

Consideramos que nota não representa aprendizagem, entender isso é um dos desafios a serem vencidos em relação aos modelos avaliativos que ainda imperam em nossas escolas. Luckesi (2011, p. 408) observa que da perspectiva da

[...] compreensão das notas (anotação dos resultados da aprendizagem dos educandos na escola), verificar-se-á que elas são compatíveis com quaisquer formas de avaliação comprometidas com o processo de ensino e aprendizagem dos educandos (formativa, processual, contínua, por competência...), visto que não determinam a modalidade de avaliação. Todavia, quando são confundidas com a própria expressão da aprendizagem, revelam-se incompatíveis com qualquer uma dessas modalidades.

Outro fator que extraímos das pautas das ATPCs, nas reuniões de 21/10/2013, 12/05/2016 e 19/05/2016, é a devolutiva dos resultados da AAP pelos professores aos alunos. Esse é um fator preponderante a ser enfatizado positivamente, pois os alunos devem estar cientes dos seus erros para refletir sobre eles junto com seu professor e este deve repensar novas estratégias. Segundo Hadji (2001, p. 21), as correções que têm

[...]o objetivo de melhorar o desempenho do aluno, e que concernem portanto, tanto à ação de ensino do professor quanto à atividade de aprendizagem do aluno são escolhidas em função da análise da situação, tornada possível pela avaliação formativa.

O autor pondera que a avaliação está no centro da ação de formação (HADJI, 2001), a qual se traduz por uma melhor articulação entre a coleta de informações e a ação remediadora. Assim, o uso dos resultados da AAP a partir da devolutiva aos alunos torna-

se imprescindível, na medida em que possibilita ao aluno fazer suas próprias correções, considerando estratégias diferenciadas oferecidas pelo professor e, conseqüentemente, sanar suas dificuldades de aprendizagem.

Não podemos, antes de finalizar a análise dos usos dos resultados da AAP, deixar de destacar o número de reuniões de procedimentos que a escola realizou. Foram 42, das quais 21 referentes aos procedimentos da AAP, ou seja, o dobro de reuniões que trataram dos usos dos resultados da AAP, como indica o quadro a seguir.

Quadro 15 – Pautas das reuniões de ATPC sobre procedimentos e usos dos resultados da AAP (2011-2016)

Anos	Procedimentos	Análise e usos
2011	03	00
2012	05	02
2013	02	05
2014	00	00
2015	-	-
2016	11	04
Total	21	11

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Os procedimentos da AAP englobam: data em que as avaliações serão aplicadas, professores envolvidos na aplicação, entrega de materiais orientadores sobre a AAP, orientações sobre a organização das salas de aula utilizadas para a aplicação da avaliação e sobre a distribuição dos alunos. Notamos, assim, que a importância dada aos procedimentos da AAP sobrepõe-se às discussões dos usos dos resultados da AAP. Acreditamos que a quantidade de reuniões sobre usos dos resultados da AAP deveria ser maior, pois são esses dados que orientam os planos de intervenção para recuperação da aprendizagem dos alunos.

No intuito de compreender melhor as concepções dos professores em relação à AAP, com foco nos objetivos e usos dos resultados, apresentamos, na sequência, as análises das entrevistas com os docentes e com o professor coordenador da escola pesquisada.

4.2 Análise das entrevistas

De maneira a procedermos à análise das entrevistas realizadas com os sujeitos da escola pesquisada, elaboramos quadros enumerados para cada questão do roteiro. Nesses quadros apresentamos recortes mais presentes e significativos dos relatos desses sujeitos acerca de suas concepções em relação à AAP.

4.2.1 Roteiro de questões para os docentes

Questão 1: Em sua opinião, para que serve a AAP?

Notamos que os sujeitos entrevistados reconhecem que a AAP tem caráter diagnóstico para avaliar o conhecimento e o aprendizado dos alunos. Entretanto, observamos que apenas S1 cita a retomada do trabalho (Quadro 16). Retomar o trabalho e reorganizar as ações com base na identificação das causas da não aprendizagem é o que fundamenta a Avaliação Diagnóstica, como argumenta Haydt (2004, p. 16-17):

A avaliação diagnóstica é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se possuem os conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens. É também utilizada para caracterizar eventuais problemas de aprendizagem e identificar suas possíveis causas, numa tentativa de saná-los.

Os demais sujeitos reafirmam o princípio diagnóstico da AAP sem citar a retomada do trabalho. Nesse aspecto, ao que parece, para eles a AAP é uma avaliação que serve apenas para detectar os pré-requisitos necessários para novas aprendizagens. Saber o que o aluno não sabe não basta para a efetivação do diagnóstico, é necessário que o professor se responsabilize pela retomada do trabalho.

Quadro 16 – Questão 1 – Docente—Em sua opinião, para que serve a AAP?

Sujeitos	Respostas
S1	Na minha opinião, pra levantar os diagnósticos das turmas. Pra saber como vai a turma pra eu também retomar o trabalho para poder também ajudar o aluno.
S2	[...]ela é um diagnóstico e ela é feita para acompanhar o desenvolvimento, o aprendizado do aluno[...].
S3	[...]é pra você estar avaliando o conhecimento do aluno.
S4	[...]Ela serviria para avaliar o aprendizado das crianças.
S5	[...]ela serve pra diagnosticar, verificar as habilidades que foram trabalhadas[...]

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 2: Para você, há diferenças e semelhanças entre o SARESP e a AAP?

Para os sujeitos da pesquisa, as semelhanças entre a AAP e o Saresp referem-se às habilidades, à forma de montar a prova, aos conteúdos, além de ambas serem elaboradas pelo mesmo órgão e serem avaliações externas. O que nos chama a atenção nas respostas são as afirmações de S4. Ele diz perceber a diminuição do nível de dificuldade das questões para tornar o processo mais fácil para o aluno, percepção que nos causa inquietude. A confirmação desse ponto de vista requer uma investigação mais aprofundada, o que não é nosso objetivo neste estudo.

Quanto às diferenças, a maioria dos sujeitos concorda que as duas avaliações se diferenciam quanto ao prazo de retorno dos resultados, ao passo que o Saresp os disponibiliza meses após a aplicação da prova, a AAP revela os resultados imediatamente o que favorece a análise dos dados e a tomada de decisão, assim como facilita e confere mais qualidade ao trabalho do professor.

Quadro 17 – Questão 2 – Docente—Para você, há diferenças e semelhanças entre o SARESP e a AAP?

Sujeitos	Respostas
S1	Semelhanças: [...] Eu acho que é mais semelhanças, porque as habilidades que são contempladas no SARESP são também as da AAP. Diferenças: [...] AAP a gente tem o resultado direto e o SARESP, vem depois.
S2	Semelhanças: [...] a forma de montar as provas [...]. Diferenças [...] o SARESP serve para o IDESP para aquele índice de desenvolvimento da educação do Estado de São Paulo [...] AAP não, seria valores de aprendizagem.
S3	Semelhanças: [...] são os conteúdos. Diferenças: [...] o aluno faz a AAP, mas se ele precisar de ajuda [...] a gente pode até estar lendo junto com ele pra poder ajudá-lo [...]
S4	Semelhanças: [...] Como são feitos pelo mesmo órgão, eles tentam deixar o tipo de questão mais ou menos parecido, a gente vinha de um nível de dificuldade, algum tempo já vem tentando facilitar, diminuir esse nível. Diferenças: [...] No SARESP não é necessário apresentar cálculos, na AAP a gente tem espaço para cálculo.
S5	Semelhanças: [...] o SARESP e a AAP são externos [...] Diferenças: [...] o SARESP encaminha para políticas públicas [...] [...] AAP encaminha pra estratégias dentro da escola.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 3 – Você acha que os conhecimentos contemplados na AAP são semelhantes àqueles que você desenvolve em sala de aula?

Os sujeitos S1, S2, S3 e S4 concordam que os conhecimentos contemplados na AAP são semelhantes àqueles que desenvolvem em sala de aula. O único a discordar é S5 (professor coordenador). Para ele, os conhecimentos contemplados na AAP são, apenas em parte, os mesmos que o professor desenvolve em sala de aula. Isso ocorre, conforme relata S5, por causa do ritmo de aprendizagem do aluno, que obriga o professor a buscar outros caminhos (Quadro 18). Notamos, assim, um desencontro entre o que é aplicado na AAP e a realidade da sala de aula, o que decorre do fato de a AAP ser uma prova padronizada. Freitas et al. (2014, p. 78) adverte que

[...] a avaliação é uma categoria intrínseca do processo ensino-aprendizagem, por um lado, e do Projeto Político Pedagógico da escola por outro. Não pode ser separada dela como se pretende com as avaliações centralizadas. Ela só tem sentido dentro da própria organização do trabalho do professor e da escola.

O relato de S4 também é bastante significativo, pois revela que os conteúdos contemplados na AAP são iguais aos conteúdos trabalhados em sala de aula, porém são *dados de maneira diferente*. Percebemos uma preocupação excessiva nos relatos de S4 e S5 em relação a elaboração dos itens da AAP, o que não deveria ocorrer, pois se o aluno aprendeu o conteúdo apresentado em sala de aula, teoricamente teria condições de resolver qualquer situação-problema que exigisse a mesma habilidade, mesmo que abordada de modo diferente.

Essa preocupação nos leva a inferir que podem ocorrer estratégias pedagógicas que conduzam a uma prática exclusiva de treinamento dos alunos, o que não parece configurar como um dos objetivos da AAP, pelo menos considerando o conteúdo dos documentos oficiais pesquisados.

Quadro 18 – Questão 3– Docente – Você acha que os conhecimentos contemplados na AAP são semelhantes àqueles que você desenvolve em sala de aula?

Sujeitos	Respostas
S1	[...] Os conhecimentos, sim [...]. Porque bate com a proposta também [...] como eu trabalho também o caderno do aluno então desenvolve aquelas habilidades durante o processo[...]
S2	[...] Sim. São semelhantes [...] eles estão entrelaçados com a proposta do governo e com a proposta que nós temos nos PCNs para o ensino.
S3	[...] 90% é semelhante [...]
S4	[...] São, de maneira diferente, que às vezes eles acabam mudando o jeito de perguntar, mas são.
S5	[...] Em parte, porque tem habilidades no currículo que, de acordo com a realidade do aluno, você não consegue trabalhar esta habilidade na íntegra, então você tem que buscar outros caminhos[...] [...]tem uma dada questão que vem na AAP, que você já trabalhou aquele conteúdo só que a forma que é cobrada a questão na AAP, ela não foi trabalhada em sala de aula.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 4 – Você acredita que a AAP contempla o currículo oficial da sua disciplina?

Ao serem indagados sobre o fato de a AAP contemplar o currículo oficial da disciplina, os sujeitos, na sua maioria, concordam que sim, uma vez que a proposta do Estado já está presente nos cadernos do aluno e do professor; apenas S5 relata que os conteúdos da AAP não abarcam o currículo oficial da disciplina (Quadro 19).

Nessa questão, S4, apesar de concordar com a ideia de que a AAP abarca os conteúdos do currículo oficial, observa: *Às vezes a turma tem um pouquinho mais de dificuldade e você resolveu fazer com aquela turma um trabalho diferenciado, e vem a AAP e está no conteúdo que eles ainda não viram.* Vale lembrar a análise dos documentos oficiais da SEE-SP sobre a progressão continuada e o tempo de aprendizagem de cada aluno. Segundo o que vimos, procede a preocupação desse professor com o prejuízo da turma por não ter aprendido todo o conteúdo contemplado na AAP. Assim, os erros dos alunos na AAP fortalecem os índices da classe em relação ao não domínio de determinadas habilidades, o que não reflete a realidade. Na verdade, não é que os alunos não dominam o conteúdo, é que este não lhes foi apresentado.

Quadro 19 – Questão 4– Docente–Você acredita que a AAP contempla o currículo oficial da sua disciplina?

Sujeitos	Respostas
S1	[...] eu acho que sim, porque é tudo que eu trabalho ali, e a gente vê que é o que é pedido no caderno, na proposta do Estado [...]
S2	[...] Sim, parcialmente sim [...] [...]elas estão de acordo com a proposta e nós também na sala de aula mesmo não seguindo aquele caderninho, a proposta dele na íntegra nós ...estamos trabalhando o mesmo [...].
S3	[...] eu acredito que sim, mais ainda falta melhorar [...] [...] um exemplo são 10 questões, de vez de ser uma questão de cada conteúdo, eles fazem 3, 4 de um conteúdo só e deixam outros de lado [...]
S4	[...] Abarca, é [...] As vezes a turma tem um pouquinho mais de dificuldade e você resolveu fazer com aquela turma um trabalho diferenciado, e vem a AAP e está no conteúdo que eles ainda não viram
S5	[...] Eu acho que a quantidade, embora nós tenhamos três edições anuais acho que não abarca tudo não [...]

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 5 – Você já participou de formações relativas à AAP? Quem foi o responsável?

Em relação à essa questão, os cinco sujeitos entrevistados afirmam que já participaram de formações relativas à AAP; S1, S3,S4 e S5 citam a Diretoria de Ensino como responsável pelas formações; S2 e S4 citam as formação em ATPC da escola (Quadro 20).

Notamos que S1 e S3 não citam a ATPC da escola como espaço de formação, mas a escola promoveu a discussão sobre a AAP em 42 ATPCs no período de 2011 a 2016, como confirma a análise dos livros-ata de ATPCs da Unidade Escolar. Nesse caso, podemos inferir que esses docentes não compareceram a esses encontros.

Quadro 20 – Questão 5 – Docente–Você já participou de formações relativas à AAP? Quem foi o responsável?

Sujeitos	Respostas
S1	Sim. Em 2015. Na Diretoria. Os responsáveis foram os PCNPs.
S2	Sim. Somente em ATPC com o coordenador pedagógico. O que a Diretoria mandou foi aquele manual de orientações para lermos.
S3	Sim. São dois professores de matemática que tem lá na DE.
S4	[...] a gente teve algumas discussões relativas à aplicação, discussões relativas a rever alguns conteúdos em ATPC. [...]mas assim, como analisar os dados [...] eu tive na DE foi no ano de 2013.
S5	Sim. Os PCNPs e a supervisora da Diretoria.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 6 – Como foram estas formações? Elas foram suficientes? Justifique?

As formações sobre a AAP das quais participaram os sujeitos da pesquisa ocorreram na Diretoria de Ensino e na Unidade Escolar em formatos bem parecidos. Nessas duas instâncias, o processo se desenvolveu com uso dos materiais de apoio aos professores produzidos pela CGEB/CIMA para análise e discussão sobre as avaliações.

Revela-se, nos relatos de três sujeitos (S3, S4, S5), uma queixa sobre o tempo de debates entre os grupos nas formações e, ainda, o pouco conhecimento sobre a AAP por parte do PCNP da época (Quadro 21). Isso mostra certa insatisfação e, ao mesmo tempo, o interesse desses sujeitos em aprender mais sobre a AAP. O tempo dedicado às formações e à formação dos formadores parece ser um ponto frágil na eficácia da implementação da AAP.

Quadro 21 – Questão 6 – Docente – Como foram estas formações? Elas foram suficientes?

Sujeitos	Respostas
S1	Essa foi pra gente poder avaliar melhor cada parte da redação[...] não a parte da objetiva, mas a da redação. Essa foi da diretoria. E aqui na escola era como a gente aplicar, como uma formação, uma pequena formação.
S2	O coordenador trouxe para nós as questões[...] comentando cada uma das respostas dadas pelos alunos[...] para que a gente pudesse trabalhar depois o que ficou em defasagem. Naquele momento foi suficiente.
S3	Eles pediram para levar o currículo, o caderno do aluno e fizemos vários trabalhos lá, trabalhos em grupos. Não foi suficiente, gostaria que tivesse mais[...] principalmente quando se fala em AAP.
S4	A que eu tive em 2013[...] Pouco tempo para discussão tão importante[...] mas o tempo foi muito curto, apenas 3 ou 4 horas.
S5	Primeiro foi uma exposição de dados[...] no data-show e uma cópia para cada grupo. Não foi suficiente, pelo que observei[...] os profissionais ainda estão engatinhando no entendimento da AAP.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 7 – Das formações que você participou o que você sugeriria como aperfeiçoamento?

A análise das respostas a esse questionamento reforça a análise do Quadro 21, apresentado anteriormente, quanto à necessidade de mais tempo para as formações e de melhora na capacitação dos formadores que atuam nessas capacitações. Nessa direção,

Gouveia e Placco (2015, p. 71) refletem sobre o papel do formador ao ponderar que o redimensionamento do

[...] papel do coordenador nas escolas públicas implica organizar uma formação em rede. O fato é que a atuação do coordenador como um formador remete à reflexão de quem forma o formador. Para que os coordenadores se reconheçam como formadores e se fortaleçam como autoridades técnicas nas escolas, precisam contar com apoio e interlocução de formadores mais experientes, que também atuem nas redes.

Esse ponto de vista também nos faz pensar no papel do professor coordenador na escola e no papel do professor coordenador do núcleo pedagógico da Diretoria de Ensino, pois ambos fazem parte da mesma rede e deveriam estar articulados com vistas a formar o docente, que é o responsável direto pela recuperação da aprendizagem. Entendemos que ambos, professor coordenador e professor coordenador do núcleo pedagógico, são de suma importância na rede de formação para a transformação da prática dos educadores e devem ser constantemente incentivados e valorizados pelas políticas públicas. As respostas dos sujeitos participantes à questão 7 estão sistematizadas no quadro que segue.

Quadro 22 – Questão 7 – Docente – Das formações que você participou o que você sugeriria como aperfeiçoamento?

Sujeitos	Respostas
S1	Eu acho que foi muito boa [...] porque tinha professor lá que tinha muita dúvida, mas estavam começando também[...]mas[...] não era nada do que eu já não fazia.
S2	O coordenado na época ele também não teve acesso antes[...] sendo que até algumas informações nem ele conseguia passar[...] eu acho que ele estava na mesma situação que a gente.
S3	Não, dessa que eu participei eu gostei bastante[...] eu até gostaria que tivesse mais.
S4	Da que eu participei, aumentaria o tempo de duração. Porque foi muito rápido, sem tempo para troca de experiência e socialização das resoluções que os grupos fizeram.
S5	Eu acho que tem que ter uma exposição mais longa, até para os outros grupos ouvirem as propostas de cada grupo. [...] fazer inferência no outro apresentou no sentido de melhoria [...] ter mais encontros formativos com outras estratégias.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 8 – Você usa os resultados da AAP com suas turmas? Como? Sozinho? Com colegas?

Nas respostas a esse questionamento, os sujeitos, exceto S4, relatam usar os resultados da AAP. O participante S4 afirma não os utilizar em virtude de sua preocupação

com o tempo disponível para passar o conteúdo (Quadro 23). Nesse caso, notamos um excesso de preocupação burocrática (conteúdo x tempo), problema crônico na prática docente, assim como observamos em nossa prática diária.

Em seus relatos, S1, S2 e S3 destacam-se positivamente, pois afirmam retomar o conteúdo ensinado para a avaliação da AAP juntamente com os resultados obtidos pelos alunos, o que lhes serve também para a reflexão sobre o próprio trabalho docente. Erros e acertos são revistos por professores e alunos, o que vai de encontro ao significado da avaliação diagnóstica.

Com relação aos usos dos resultados da AAP, verificamos que os sujeitos não discutem esse assunto com seus pares; alegam falta de tempo no cotidiano da escola para essa prática. Essa constatação evidencia o fato de que o professor trabalha sozinho, com isso, no processo ensino-aprendizagem, quem perde são os alunos. Contrariamente a essa realidade observada no universo pesquisado, Placco e Souza (2006, p. 17) ensinam que a “[...] aprendizagem do adulto, resulta da interação entre adultos, quando experiências são interpretadas, habilidades e conhecimentos são adquiridos e ações são desencadeadas”.

Quadro 23 – Questão 8 – Docente – Você usa os resultados da AAP com suas turmas?
Como? Sozinho? Com colegas?

Sujeitos	Respostas
S1	[...] Sim, eu uso, além de servir como diagnóstico, saber como eu vou trabalhar, vai melhorar também a prática [...] [...] Eu valido de zero a dez e já converso com eles antes, que também vai valer, pra eles terem um estímulo. [...] Eu faço, geralmente a gente conversa com o outro e faz, decide. Este ano que a gente não teve muito assim [...]
S2	[...] Eu Volto, eu faço correção comentada... [...] Eu retornei à sala, nós fizemos a correção juntos, comentamos algumas questões que eu verifiquei que eles tiveram dificuldade. [...] Sim, eu perguntei para professoras de matemática [...] [...] ela, ela falou que ela já havia corrigido, mas não entramos em detalhes [...]
S3	[...] verifico com os alunos, tudo que foi errado e o que foi certo, onde errou, onde acertou, aí depois disso eu vejo com os alunos se realmente eles aprenderam, não é porque eles acertaram uma ou duas eu vou dar nota baixa [...] [...] Sim, acho que cada professor faz o seu.
S4	[...] Não. Tenho que correr com eles com o conteúdo. Aí como é muito corrido eu não uso.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 9 - Você conhece algum exemplo de usos dos resultados da AAP por seus colegas? Que tipos de usos são citados?

Em resposta a essa questão, S1 demonstra acreditar que todos professores da escola usam os resultados da AAP (Quadro 24); ele tem claro que o sentido da avaliação diagnóstica é “modificar o jeito” que trabalha com seus alunos e que ela deve ser usada como uma ferramenta diagnóstica, ou seja, por meio dela é possível identificar problemas, traçar ações para saná-los, planejar e replanejar o caminho que deve ser percorrido na recuperação da aprendizagem.

O participante S2, por sua vez, acredita que todos os docentes corrigem a AAP; ele relata ter comentado que aproveita os resultados da AAP como nota e que os colegas também acabam aproveitando-os como nota bimestral. No nosso entendimento, S2 ainda considera os resultados da AAP apenas como base para correção e para dar nota aos alunos.

Já S3 e S4 dizem não utilizar os resultados da AAP; S3 não o faz pela falta de tempo e S4 não revela o motivo para a não utilização desses dados. Pelas respostas de S2, S3 e S4, parece que usar os resultados da AAP constitui um entrave no processo de aplicação dessa avaliação. Entendemos que utilizar os resultados obtidos pelos alunos implica estudar as habilidades solicitadas em cada questão da prova, verificar quantos alunos erraram determinadas habilidades e, com base em dados quantitativos de erros, replanejar a abordagem dos conteúdos em sala de aula.

A resistência em relação ao trabalho com os resultados da AAP na escola pode, ao longo do tempo, colaborar para o descrédito dessa avaliação. Detectar as necessidades do docente no tocante a sanar suas dúvidas e dificuldades quanto ao uso dos resultados da AAP talvez seja um caminho para fortalecê-la.

Quadro 24 – Questão 9 – Docente – Você conhece algum exemplo de usos dos resultados da AAP por seus colegas? Que tipos de usos são citados?

Sujeitos	Respostas
S1	Todo mundo usa, e faz a mesma coisa pelo menos aqui nessa escola. [...]Realmente serve de diagnóstico pra gente trabalhar, modificar o jeito que eu vou trabalhar com eles e, pelo menos é essa conversa que a gente tem quando a gente senta pra planejar ou replanejar.
S2	[...]Sim. Acho que todos corrigiram, fizeram a correção.E eu comentei que

	aproveito para nota e também eles falaram que acabam aproveitando, como componente da nota bimestral.
S3	[...]Não, na verdade nós não conversamos a respeito disso não, porque na verdade nós não temos nem tempo para falar, é todo mundo com todas as turmas, horário muito puxadinho, aí depois só temos o horário de ATPC e também aborda muito conteúdo e a gente não consegue falar muito não [...]
S4	Não, não sei. De Matemática não[...]Eu converso um pouco com a professora de Português sobre interpretação de texto, mas pegar a AAP e trabalhar, não.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 10 – Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEE utilizam os resultados da AAP?

Em relação a essa pergunta, verificamos que S1, S2 e S4 acreditam que a Diretoria de Ensino Guarulhos Norte e a SEE-SP utilizam os resultados da AAP com a intenção de acompanhar o currículo oficial. Apenas S3 alega não saber se os resultados são utilizados (Quadro 25).

Vale lembrar que a AAP, desde seu surgimento, teve como objetivo acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica das unidades escolares, o que se estendeu até o primeiro semestre 2015. Neste mesmo ano, no segundo semestre, passou a acompanhar também o desenvolvimento do currículo oficial, conforme explicitado nos excertos que seguem:

A Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional em Conjunto com a Coordenadoria de Gestão Básica, considerando a importância de: apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas das Unidades Escolares (SÃO PAULO, COMUNICADO CGEB/CIMA, 8. ed., 2015).

A Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional em Conjunto com a Coordenadoria de Gestão Básica, considerando a importância de: apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas e do *currículo* nas Unidades Escolares (SÃO PAULO, COMUNICADO CGEB/CIMA, 9. ed., 2015).

Considerando as afirmações dos sujeitos quanto ao uso dos resultados pela Diretoria de Ensino e pela SEE-SP, e a presença do termo *currículo* nos Comunicados CGEB/CIMA, percebemos uma tendência de utilização da AAP com o objetivo de

monitorar o currículo oficial, o que foge da sua proposta inicial: ser uma avaliação diagnóstica.

Quadro 25– Questão 10 – Docente – Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEE utilizam os resultados da AAP?

Sujeitos	Respostas
S1	Sim. Tanto que a gente tem que digitar lá no SARA vem tudo pro sistema, se não teria nem porque. Senão seria um instrumento que viria para escola e a gente usaria na escola e pronto. Bom, pra saber como estão o sextos anos, no caso, o sexto ano para saber como é que está, se precisa capacitar melhor os professores [...]
S2	Eu acredito que sim. E é uma forma deles acompanharem se nós estamos trabalhando a proposta, se nós estamos seguindo o currículo que é passado mesmo que não na íntegra, mas parcialmente [...].
S3	[...] eu nunca fiquei sabendo de nada, na verdade nunca ninguém me falou se é a Diretoria que faz esse resultado [...]. Mas quando fazemos o planejamento esta lá os resultados da AAP para trabalhar e tentarmos melhorar neste ano [...].
S4	Sinceramente? Utilizam pra [...] ter um número. Não sei se eles vão utilizar para haver a melhoria. Eles utilizam ela como uma maneira de aferir até que ponto os alunos estão supostamente entendendo a matéria.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 11 – Quanto ao uso dos resultados de cada um dos alunos na avaliação da aprendizagem em processo, para atribuição de nota para a composição da média bimestral, qual sua opinião sobre isto?

Todos os entrevistados concordam com o uso dos acertos da AAP como média bimestral (Quadro 26), o que contraria as orientações da primeira videoconferência sobre AAP, realizada em 22/08/2011. A orientação indica que “esta avaliação é um instrumento diagnóstico e não servirá para cálculo do IDESP, Bônus ou nota” (SÃO PAULO, 2011).

Aparentemente algo se perdeu no percurso dessa avaliação, pois ela está sendo utilizada, ao menos na escola pesquisada, como nota, inclusive como nota pela presença do aluno, como relatam S3 e S4. Esse desencontro entre o que a escola faz e o que a SEE-SP orienta e almeja leva-nos a refletir sobre a necessidade de se promover debates que tratem da ação de avaliar, pois entender o cerne da avaliação é discutir a prática avaliativa. Nesse sentido, Hoffmann (2001, p. 11) pondera: “O grande dilema é que não há como ‘ensinar melhores fazeres em avaliação’. Esse caminho precisa ser construído por cada um de nós,

pelo confronto de ideias, repensando e discutindo, em conjunto, valores, princípios, metodologias”.

Quadro 26 – Questão – 11 – Docente – Quanto ao uso dos resultados de cada um dos alunos na avaliação da aprendizagem em processo, para atribuição de nota para composição de média bimestral, qual sua opinião sobre isto?

Sujeitos	Respostas
S1	Eu uso, mas uso como diagnóstico pra dar uma notinha pra ele também como incentivo.
S2	Eu utilizo [...]. [...] anteriormente eu já conversei com eles, falo que eu vou utilizá-la porque eu trabalho dessa forma [...].
S3	[...] Sim Já, geralmente eu dou um ponto a mais para quem faz a AAP, pela presença e participação, não pelos acertos [...]. [...] Acredito que estimula o aluno a fazer a AAP [...].
S4	[...] Já utilizo, depende muito como eles, foram. [...] se a sala foi muito mal, eu refaço aí nesse caso, eu pego, refaço com eles, e peço pra eles entregarem a AAP refeita [...] [...] Isso, até para forçá-los a querer fazer a AAP [...].

Fonte: elaborado pela pesquisadora

4.2.2 Roteiro de questões para o professor coordenador como formador

Questão 8 – Você realiza formações com seus professores sobre AAP?

A fala do coordenador coincide com o que apuramos na análise da questão sobre a necessidade de se discutir o que é avaliar (Questão 11). Na presente questão, em especial, as dificuldades citadas vão além daquelas relacionadas ao sentido do que é avaliar e de avaliação diagnóstica e abrangem a *confusão entre competência e habilidade*. O professor coordenador entende que essas “deficiências” precisam ser discutidas antes do trabalho mais aprofundado sobre a AAP. Percebe-se a preocupação do profissional com as dificuldades dos docentes, as quais, na visão dele, constituem um elemento que entrava o trabalho com a AAP (Quadro 27). Esse quadro representa uma demanda a mais no universo atribulado desse profissional. Como Clementi (2001, p. 54) salienta, os professores coordenadores realizam

[...] inúmeras tarefas – de ordem burocrática, organizacional, disciplinar – que dificultam sua dedicação a um trabalho de formação dos professores e o fazem

cair em certa frustração pelo ‘mundo de vozes’ que ouve, que vê e que subentende, mas não consegue administrar.

Quadro 27 – Questão 8 –Professor coordenador– Você realiza formações com seus professores sobre AAP?

Sujeito	Respostas
S5	Sim, nós ainda estamos engatinhando, porque tem uma confusão muito grande ainda entre o corpo docente entre o que é habilidade e o que é competência e os diversos tipos de avaliação. O nosso professor ainda tem dificuldade de entender o que é uma avaliação diagnóstica. Percebi que tem essas deficiências que precisam ser trabalhadas para que se inicie um trabalho com mais profundidade da AAP.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 9 – Você se sente preparado para realizar as formações sobre a AAP?

O professor coordenador resume em seu relato que precisa estudar mais. Observa que nas interações com os demais coordenadores percebe que tem muito a aprender, a fim de propiciar uma formação mais aprofundada para seu grupo de professores (Quadro 28). Esse fator é importante para o crescimento profissional, como afirmam Placco e Souza (2015, p. 60):

[...] o coordenador deverá, também, cuidar de sua própria formação, reservando tempo e mantendo-se motivado para estudar, participar de cursos, compartilhar com pares, etc., em um processo contínuo e permanente, em que a reflexão e a autoavaliação se constituem em suas principais ferramentas de trabalho.

A consciência do professor coordenador em relação à própria formação é condição imprescindível para exercer esse papel. O desejo de aprender e a valorização profissional podem contribuir para motivá-lo a permanecer na função, evitando a alternância comumente observada, como evidenciamos no Quadro 7.

Quadro 28 – Questão 9 – professor coordenador – Você se sente preparado para realizar as formações sobre a AAP?

Sujeito	Respostas
S5	A inicial sim, só que percebo que tenho que estudar muito ainda. Que quanto mais você vai aprofundando as discussões, você vai analisando os dados, se você vai comparando as leituras dos outros colegas coordenadores de outras escolas, você vai percebendo que tem muita coisa para aprender. Para uma formação mais aprofundada, é preciso estudar mais.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 10 – Para você, quais são os principais desafios/dificuldades para a realização das formações sobre a AAP com seus professores?

Na resposta a esse questionamento, o professor coordenador revela o desconhecimento do instrumento AAP por parte dos docentes e o fato de esse ser visto como mais um documento a ser preenchido (Quadro 29). Essa visão favorece a não aceitação dessa avaliação pelos docentes, o que constitui um grande desafio a ser vencido pelo professor coordenador.

As afirmações do profissional indicam que a AAP, mesmo após cinco anos de sua implantação, ainda não se consolidou como um instrumento que pode aprimorar a ação docente. Legitimar a AAP parece ser uma tarefa a ser realizada não somente pelo professor coordenador, mas também pela SEE-SP.

Quadro 29 – Questão10 – PC – Para você, quais são os principais desafios/dificuldades para a realização das formações sobre a AAP com seus professores?

Sujeito	Respostas
S5	[...] tem a questão também da não aceitação. Então isso é muito forte e preocupante, porque infelizmente pra alguns colegas a AAP nada mais é do que um documento pra ser preenchido. [...] os dois maiores entraves dessa história é a questão do desconhecimento do instrumento e a questão da aceitação do instrumento. Por isso que está sendo trabalhado antes a questão do conhecer. O que é isso? Pra que serve? E aí eu creio que aceitação virá como consequência.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 11- Você trabalha os resultados da AAP com os professores? Como?

Em sua resposta, o professor coordenador confirma que trabalha os resultados da AAP com os docentes, entretanto não descreve como o faz (Quadro 30). Ele insiste na dificuldade dos docentes em entender o instrumento da AAP, como fez nas respostas anteriores. Podemos entender que quando as necessidades da escola não são discutidas antes da implantação de novas propostas, seus atores passam a se culpar mutuamente, fato que não contribui para a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Quadro 30 – Questão11 – PC – Você trabalha os resultados da AAP com os professores? Como?

Sujeitos	Respostas
S5	Sim, como eu falei, ainda está engatinhando, só que já é trabalhado sim [...] [...] lenta ainda, mas para o ano que vem eu pretendo dar uma continuidade nesta discussão. [...] o fato do desconhecer saber a finalidade do instrumento, boa parte dos professores ainda usam o instrumento como é [...] mecanismo de rendimento, de dar nota. Infelizmente ainda tem isso. Aliás eu diria que boa parte dos professores usam pra isso. Como se fosse mais uma prova. [...] Só que ali ele perde o seu foco que é o diagnóstico. Já não é mais diagnóstica, percebe, há uma descaracterização desse instrumento. É como eu falei, é questão do conhecimento. O conhecer o instrumento, então utiliza nesse sentido.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Questão 12 – Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEESP utilizam a AAP? Se sim, para quê? Se não, por quê?

Na resposta a essa questão, o professor coordenador afirma que a Diretoria de Ensino utiliza os dados da AAP para acompanhar se o currículo está sendo trabalhado nas escolas; quanto à SEE-SP, não tem tanta certeza, mas imagina que a Diretoria de Ensino lhe transmite os dados com a mesma intenção (Quadro 31).

O fato de o professor coordenador afirmar que a AAP é utilizada como meio para acompanhar o currículo oficial nos traz novamente a impressão de que existe um desvio do objetivo diagnóstico da AAP.

Quadro 31 – Questão12 – PC – Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEESP utilizam a AAP? Se sim, para quê? Se não, por quê?

Sujeito	Respostas
S5	Olha a diretoria, que é a que eu estou mais próximo, que estou nas formações, ela utiliza os dados no sentido de acompanhar se o currículo está sendo trabalhado nas escolas. ...a Secretaria aí já é... o que eu penso, ela já recebe o feedback da diretoria com relação ao que está sendo feito nas escolas, nas unidades escolares e... no sentido de cada dia mais trabalhar o currículo.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Em face dos dados coletados e do que expusemos, entendemos que a técnica de entrevista foi um instrumento importante para o desenvolvimento deste estudo, pois possibilitou-nos articular o discurso dos sujeitos, a teoria e a nossa prática, o que constitui

um aprendizado valioso, especialmente no que se refere ao trabalho diário realizado em uma Unidade Escolar, como é o nosso caso.

Com base na análise dos dados coletados, percebemos algumas fragilidades em relação ao alcance dos objetivos propostos para a AAP, quais sejam: o acompanhamento por parte de SEE-SP do desenvolvimento do currículo oficial na sala de aula; a insuficiência de tempo de interação entre os professores para discutir os resultados da AAP e entre professores coordenadores durante a formação na Diretoria de Ensino; a intenção da SEE-SP de que o aluno seja recuperado rapidamente, sem considerar o tempo de aprendizagem individual; a frequência de aplicação da AAP, que reduz o plano de ensino docente e o tempo hábil para a recuperação da aprendizagem entre uma edição e outra.

Considerações Finais

Ao iniciarmos este estudo, nossa intenção era compreender os objetivos da AAP e os fatores que favorecem ou não os usos de seus resultados pelos docentes das unidades escolares. Após examinarmos os documentos que tratam da AAP e o conteúdo das entrevistas, foi possível evidenciar fatores que fragilizam os objetivos e os usos dos resultados da AAP.

A AAP chegou à escola com a intenção de diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, e os documentos analisados mostram claramente essa intenção. A preocupação da SEE-SP em subsidiar a progressão das aprendizagens não consolidadas fica evidente, entretanto, constatamos que esse objetivo se ampliou ao longo dos cinco anos em que a avaliação está sendo aplicada.

De alguma forma, esse objetivo inicial se perdeu. Notamos que os docentes pouco se reúnem para discutir os objetivos e resultados da AAP, apesar da orientação evidenciada nos Comunicados CGEB/CIMA em relação à necessidade de elaboração de pautas conjuntas e individuais para essa discussão. Isso se confirma no relato de um dos sujeitos entrevistados (S3), quando lhe foi perguntado se conhecia algum exemplo de uso da AAP por seus colegas, ao que ele respondeu:

[...] na verdade nós não conversamos a respeito disso não, porque na verdade nós não temos nem tempo para falar, é todo mundo com todas as turmas, horário muito puxadinho, aí depois só temos o horário de ATPC e também aborda muito conteúdo e a gente não consegue falar muito não [...].

No nosso entendimento, uma das razões para o enfraquecimento da AAP é o fato de ter passado a ocorrer três vezes ao ano; no início da implantação, ocorria apenas duas vezes. Esse aspecto altera o caráter de diagnóstico da AAP porque, ao ser aplicada várias vezes ao ano, entra na rotina da escola como uma avaliação bimestral tradicional. Não há tempo adequado para discussão e replanejamento de atividades com base nos dados coletados.

Chama-nos a atenção, em particular, o fato de a SEE-SP apresentar como um dos objetivos da AAP acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola, desde sua implantação até o primeiro semestre de 2015 e, a partir daí, incluir nesse mesmo objetivo o acompanhamento do currículo. Evidencia-se, assim, a intenção da SEE-SP de

monitorar a abordagem efetiva do currículo na sala de aula do ponto de vista dos resultados da aprendizagem, e não do processo em que ela se desenvolve.

O imediatismo que permeia os documentos da SEE-SP e que emerge nas orientações às Unidades Escolares quanto aos aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata é recorrente em todos os comunicados sobre a AAP, de 2011, ano de sua implantação, até 2016. Uma das indicações é de que os resultados da AAP devem ser disponibilizados ao docente imediatamente, para que ocorram as intervenções necessárias. Em decorrência dessa visão, a crença da SEE-SP parece ser a de que o aluno é capaz de se recuperar com rapidez, independentemente do tempo de aprendizagem individual, posicionamento que contraria a abordagem de Hoffmann (2001, p. 141), segundo a qual, o “[...] processo de aprendizagem do aluno não segue percursos programados *a priori* pelo professor. É no cotidiano escolar que os alunos revelam tempos e condições necessárias ao processo”.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao uso dos resultados da AAP como nota bimestral e até como nota de participação. Essa constatação diverge da intenção da SEE-SP, como demonstra o excerto que segue:

As provas, de caráter exclusivamente diagnóstico, se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, pela escola e na sala de aula, visando a elaboração e execução de planos destinados ao apoio imediato para sanar dificuldades dos alunos objetivando a superação das mesmas (SÃO PAULO, COMUNICADO, 4. ed., 2013).

Nosso objetivo neste estudo não é discutir profundamente os motivos pelos quais os docentes utilizam a AAP para nota, mas acreditamos ser importante ressaltar que há um descompasso entre a intenção da SEE-SP e a realidade da escola. Consideramos que se houvesse um canal mais amplo de comunicação entre essas duas instâncias, tempo e recursos seriam mais bem aproveitados em prol da recuperação da aprendizagem dos alunos.

A nosso ver, os objetivos da AAP foram se diluindo ao longo do processo e o uso que se faz dos resultados não nos parece ser o mais adequado. Podemos pensar em alguns motivos para tal incongruência, por exemplo, a maneira como a AAP foi implantada, sem a participação dos atores da escola; a desconsideração da identidade escolar ao padronizar uma prova para contextos tão diversificados; o descrédito em relação ao trabalho da escola

e à sua capacidade de fazer planos de intervenção para os alunos com defasagens de aprendizagens.

A AAP acaba por reforçar práticas enraizadas sobre avaliação – avaliação como meio para dar nota ao aluno e cumprir o currículo oficial –, as quais já deveríamos ter excluído do cotidiano escolar. Consideramos que criar um senso de confiança na escola e dar-lhe condições para que elabore ações conforme suas necessidades são medidas que podem conduzir a práticas avaliativas mais adequadas.

Dessa maneira, entendemos que esta investigação responde satisfatoriamente às questões propostas inicialmente. De nossa perspectiva, estão evidentes os fatores que não favorecem o uso dos resultados da AAP, assim, faz-se necessária a reavaliação desse programa, para que os objetivos, expressos em sua implantação, possam ser alcançados, de fato, nas escolas públicas paulistas.

Neste trabalho, apresentamos resultados transitórios, que não esgotam as abordagens possíveis sobre o tema. Entendemos que as reflexões aqui desenvolvidas abrem caminho para outros estudos, que, de novos pontos de vista, poderão contribuir para a melhor compreensão da Avaliação da Aprendizagem em Processo.

Referências

- ASSIS, Élio de. **Políticas públicas referentes à recuperação de aprendizagem implantadas na rede estadual de ensino de São Paulo**: o que pensam professores dos anos finais do ensino fundamental. São Paulo, 2014. 189f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BASTOS, L. R. et al. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias**. 4. ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Koogan, 1995.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.
- CALDAS, Roseli Fernandes Lins. **Recuperação escolar**: discurso oficial e cotidiano educacional – um estudo a partir da Psicologia Escolar. São Paulo, 2010. 264 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano)– Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- CLEMENTI, Nilba. A voz dos outros e a nossa voz. In.: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, L.R.de. (Org.). **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Loyola, 2001.
- CRUZ, Larissa Frossard Rangel. **Avaliação externa e qualidade de ensino**: apropriações e usos dos dados em escolas públicas municipais de Macaé/RJ. Rio de Janeiro, 2014. 176 f. Tese (Doutorado em Educação – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).
- DIRETORIA DE ENSINO GUARULHOS NORTE - Núcleo Pedagógico (s.d.). Disponível em: <<http://pcguarulhosnorte.blogspot.com.br/2016/12/orientacao-tecnica>>. Acesso em: 25 maio 2016.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012 (Série Pesquisa, 6).
- FREITAS, Luiz Carlos de et al. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014 (Coleção Fronteiras Educacionais).
- FREITAS, Pâmela Félix. **Usos das avaliações externas**: concepções de equipes gestoras de escolas da rede municipal de ensino de São Paulo, 2014. 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- GOUVEIA, Beatriz.; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. A formação permanente, o papel do coordenador pedagógico e a rede colaborativa. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (Org.) **O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola**. São Paulo: Loyola, 2015.
- GUELLERE, Edna Caldeira Martins. **Trajетória metodológica voltada para a superação de problemas pedagógicos, a partir da análise de dados do SARESP e da AAP**. São Paulo, 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GUERRA, Miguel Ángel Santos. **Uma flecha no alvo: a avaliação como aprendizagem**. São Paulo: Loyola, 2007.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Trad. de Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2004.

HOÇA, Liliamar. **Tempo e aprendizagem no ensino organizado em ciclos**. In: Congresso Nacional de Educação, 9., 2009, Paraná. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3540_1998.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

_____. **Avaliar para promover – as setas do caminho**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre os usos dos resultados. **Revista Ambiente Educação**, 5(1), p. 70-82, jan./jun., 2012. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf>. Acesso em: 6 maio 2016.

MARTINS, Sidnéia Macarini. **O papel do Coordenador Pedagógico na melhoria da qualidade da Educação Básica: uma reflexão sobre o uso da avaliação externa**. Presidente Prudente, 2010. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Progressão continuada. In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/progressao-continuada/>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

PIMENTA, Cláudia Oliveira. **Avaliações externas e o trabalho de coordenadores pedagógicos: estudo em uma rede municipal paulista**, 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Diferentes aprendizagens do coordenador pedagógico. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (Org.) **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2015.

_____. **Aprendizagem do adulto professor**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

PLATAFORMA Foco Aprendizagem. Disponível em: <http://focoaprendizagem.educacao.sp.gov.br/aap/schools/questions?school_id=35005939&grade=6&classroom=0&area=1&school_year=2016&bimester=3WWW>. Acesso em: 07 ago. 2017.

RAVAGNANI PINTO, Marcio Alexandre. **A Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP): SEE-SP (2011-2016): da proclamação à execução: estudo de caso do programa em**

uma escola, 2016, 162 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

REDE DO SABER. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=179>>. Acesso em: 21 maio 2017.

SANTOS, Juliana Munhoz dos. **Matriz de Avaliação Processual**. 2016. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/julianasantos7545708/matriz-de-avaliacao-processual>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 13. ed. 3º bimestre de 2016. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 22/08/2016.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 12. ed. 2º bimestre de 2016. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 01/06/2016.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 11. ed. 1º bimestre de 2016 – Ciclo II. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 11/04/2016.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 10. ed. 1º bimestre de 2016 – Ciclo I. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, primeiro bimestre de 2016.

_____. **Caderno do Professor** 6º ano do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa, 11ª edição, 2016. Disponível: <<https://sed.educacao.sp.gov.br/CadernoDoAluno/Download>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Matriz de Avaliação Processual** – Língua Portuguesa – Linguagens - Encarte do professor. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B_hs-Ymd1VvbZmdyUGNyLUdGQzA>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 9. ed. 2º semestre de 2015. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, agosto de 2015.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 8. ed. 1º semestre de 2015. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 23/01/2015.

_____. **Avaliação de Aprendizagem em Processo**. Videoconferência. 8. ed. Videoconferencistas: William Massei; Ademilde Ferreira de Souza; Soraia Calderoni Statonato; Patrícia de Barros Monteiro. Rede do Saber, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. Videoconferência. 6. ed. Videoconferencista: William Massei. Rede do Saber. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca>>. Acesso em 15 out. 2016.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. Videoconferência. 5. ed. Videoconferencistas: William Massei; Maria Lúcia Barros Guardia; Ademilde Ferreira de Souza; Katia Regina Pessoa; Ivan Castilho; Juvenal Gouveia. Rede do Saber. São Paulo,

2013. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. Videoconferência. 4. ed. Videoconferencistas: Maria Elizabete da Costa; Kátia Regina Pessoa; Juvenal Gouveia. Rede do Saber. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. Videoconferência. Videoconferencistas: João Cardoso Palma Filho; Regina Resek; Angélica Fontoura. Rede do Saber. São Paulo, 28 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca>>. Acesso em: 5 out. /2016.

_____. Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional; Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. **Comentários e Recomendações Pedagógicas**: subsídios para o Professor de Língua Portuguesa. Ensino fundamental – 9º ano. 8ª ed. São Paulo, 2015 (1º semestre).

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 7. ed. 2º semestre de 2014. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 17/07/2014.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 6. ed. 1º semestre de 2014. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 11/02/2014.

_____. Resolução SE nº 75, de 30 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=201412300075>>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. Resolução SE nº 40, de 03 de junho de 2016. Institui, no âmbito dos sistemas informatizados da Secretaria da Educação, a Plataforma “Foco Aprendizagem”, e dá providências correlatas. Disponível em: <siau.edunet.sp.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 5. ed. 2º semestre de 2013. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 01/06/2013.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 4. ed. 1º semestre de 2013. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 14/02/2013.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 3. ed. 2º semestre de 2012. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA, de 31/07/2012.

_____. **Avaliação da Aprendizagem em Processo**. 2. ed. 1º semestre de 2012. Comunicado Conjunto CGEB-CIMA.

_____. Resolução SE nº 15, de 23 de fevereiro de 2005. Dispõe sobre estudos de recuperação contínua e paralela na rede estadual de ensino. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/lise>>. Acesso em 15 maio 2017.

_____. Deliberação CEE nº 9, de 5 de agosto de 1997. Institui, no sistema de ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/lise>>. Acesso em: 25 maio 2016.

Resolução SE nº 74, de 9 de novembro de 2013. Dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em regime de progressão continuada, oferecido pelas escolas públicas estaduais, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/lise/index.asp>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Vandrê Gomes da. **Usos de avaliações em larga escala em âmbito escolar**. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36, 2013, Goiânia. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt14_3264_texto.pdf>. Acesso em: 6 maio 2016.

SOUZA, Clarilza Prado de. Dimensões da avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional** (Fundação Carlos Chagas). n. 22,2000. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2218>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Avaliação da aprendizagem formadora/avaliação formadora da aprendizagem. In: BICUDO, M. A. V., SILVA JUNIOR, C. A. (Org.) **Formação do educador: avaliação institucional, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Unesp, 1999. (Seminários & Debates, 4)

SOUZA, Maria Eliane Maia. **Avaliação da Aprendizagem em Processo: limites e possibilidades de uso em uma Escola da Rede Estadual de São Paulo**, 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

VERGANI, Flávia Melice. **Avaliação externa de rendimento escolar: um instrumento da gestão pedagógica**, 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Caxias do Sul.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo****PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE FORMADORES****Ao Comitê de Ética em Pesquisa****PARECER CONSUBSTANCIADO**

Projeto: Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP): usos dos resultados pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Pesquisador Responsável: Vilma Claros dos Santos

Instituição Responsável: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores (Mestrado Profissional)

O tema de estudo da pesquisa é relevante, pois são poucos os trabalhos voltados ao uso dos resultados da Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) que é uma avaliação realizada bimestralmente, em todos os anos do Ensino Fundamental e em todas as séries do Ensino Médio das escolas do Estado de São Paulo.

Ocorre que devido à importância que a avaliação tem ocupado no cenário educacional, torna-se necessário voltarmos nossa atenção para a consolidação do uso dos resultados da AAP que tem por objetivo contribuir, juntamente com outros instrumentos obtidos nas avaliações realizadas pelos docentes, com a melhoria do aprendizado dos alunos em sala de aula.

O projeto de pesquisa apresenta, claramente, seus problemas e objetivos e a proposta de análise de dados converge com os objetivos propostos.

A bibliografia é atual e imprescindível para o tema.

São Paulo, 14 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. Élio de Assis

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante,

Eu, Vilma Claro dos Santos, RG 10.442.359-6, responsável pela pesquisa “Avaliação da Aprendizagem em Processo(AAP): Uso dos resultados pelos professores do Ensino Fundamental dos Anos Finais”, convido você a participar como voluntário deste estudo.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os fatores que favorecem ou não o uso dos resultados da Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP) pelos professores do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer esclarecimento e para isso poderá contatar o pesquisador ou o Conselho de Ética em Pesquisa.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Os nomes dos participantes e das instituições ou órgãos envolvidos serão substituídos por nomes fictícios.

Os gastos necessários para sua participação na pesquisa serão assumidos pelo pesquisador, se necessários.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Participante:

Pesquisador:

Assinatura - RG

Assinatura - RG

ANEXO 3 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro semestre - 2012

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Avaliação da Aprendizagem em Processo Comentários e Recomendações Pedagógicas
Subsídios para o Professor. Segunda edição – 1º semestre de 2012

- Matemática 6º ano do Ensino Fundamental Matemática São Paulo, 2012

1. Apresentação

A Avaliação da Aprendizagem em Processo é uma ação desenvolvida de modo colaborativo entre a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional e um grupo de Professores Coordenadores das Oficinas Pedagógicas de diferentes Diretorias de Ensino. Implantada, como piloto, em agosto de 2011, teve como foco o 6º ano do Ensino Fundamental (Ciclo II) e a 1ª série do Ensino Médio. A versão 2012, por sua vez, ampliou sua abrangência e passou a contemplar quatro anos/séries distintos/as: o 6º e 7º do Ensino Fundamental (Ciclo II) e a 1ª e 2ª do Ensino Médio.

Essa ação, fundamentada no Currículo Oficial da SEE, propõe o acompanhamento coletivo e individualizado ao aluno, por meio de um instrumento de caráter diagnóstico, e se localiza no bojo das ações voltadas para os processos de recuperação, objetivando apoiar e subsidiar os professores de Língua Portuguesa e de Matemática que atuam no Ciclo II do Ensino Fundamental e no Ensino Médio da Rede Estadual de São Paulo. Espera-se que os materiais elaborados para esta ação, agregados aos registros que o professor já possui, sejam instrumentos para a definição de pautas individuais e coletivas, que, organizadas em um plano de ação, mobilizem procedimentos, atitudes e conceitos necessários para as atividades de sala de aula, sobretudo, aquelas relacionadas aos processos de recuperação da aprendizagem.

2. Avaliação de Língua Portuguesa. A Avaliação da Aprendizagem em Processo contará com instrumentos investigativos da aprendizagem, contendo catorze questões objetivas (múltipla escolha com quatro alternativas) e uma produção textual para o 6º ano do EF; quinze questões objetivas (múltipla escolha com quatro alternativas) e uma produção textual para o 7º ano do EF; catorze questões objetivas (múltipla escolha com quatro alternativas), uma questão aberta (dissertativa) e uma produção escrita para a 1ª série do EM; quinze questões objetivas (múltipla escolha com quatro alternativas) e uma produção escrita para a 2ª série do EM. Para a elaboração das provas objetivas, foram considerados conteúdos e habilidades pautados no Currículo Oficial do Estado de São Paulo e na Matriz de Referência para a avaliação, buscando atender a diversidade de gêneros e os diferentes grupos e temas contemplados nessa matriz. 1. SÃO PAULO (ESTADO) SEE. Matriz de Referência para a avaliação SARESP: documento básico. FINI, Maria Inês (org.) São Paulo: SEE, 2009. Para a elaboração dos temas voltados às produções escritas, também foi privilegiado o trabalho com os gêneros textuais: 6º ano do Ensino Fundamental: conto; -7º ano do Ensino Fundamental: notícia; -1ª série do Ensino Médio: artigo de opinião; -2ª série do Ensino Médio: resenha.

3. Avaliação de Matemática. A Avaliação da Aprendizagem em Processo contará com instrumentos investigativos da aprendizagem, contendo dez questões objetivas: cinco de múltipla escolha com quatro alternativas e cinco abertas para todos os anos/séries avaliadas. Para a elaboração das provas objetivas de matemática foram considerados os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das situações de aprendizagem propostas para o 1º semestre deste ano e a Matriz de Referência para a avaliação com adaptações, buscando incluir os diferentes grupos e temas contemplados nessa matriz. As provas de Matemática consideraram a avaliação de habilidades cognitivas, noções e

procedimentos matemáticos que, em geral, são desenvolvidos nos anos anteriores. A opção básica foi pela utilização de situações-problema, em que os alunos deveriam mobilizar noções e procedimentos matemáticos para resolvê-las. As questões abertas possibilitaram a elaboração de grade que permite avaliar os conhecimentos dos estudantes por meio de diferentes tipos de registros e representações. Especialmente, para o 6º ano, será possível identificar os conhecimentos de cada aluno com relação ao Sistema de Numeração Decimal por meio da proposição de um ditado de números.

4. Orientações para a interpretação e análise dos resultados.

A Avaliação da Aprendizagem em Processo, com o intuito de apoiar o trabalho do professor em sala de aula e também de subsidiar a elaboração do plano de ação para os processos de recuperação, coloca à disposição da escola materiais com orientações para leitura e análise dos resultados das provas de Língua Portuguesa e de Matemática. Estes materiais contêm em sua estrutura: as matrizes de referência elaboradas para esta ação, as questões comentadas, a habilidade testada em cada uma das questões, recomendações pedagógicas, indicações de outros materiais impressos ou disponíveis na internet, referências bibliográficas e outros referenciais utilizados na elaboração dos instrumentos.² Conteúdos e habilidades, conforme Currículo Oficial do Estado de São Paulo.³ SÃO PAULO (ESTADO) SEE. Matriz de Referência para a avaliação SARESP: documento básico. FINI, Maria Inês (org.) São Paulo: SEE, 2009.

ANEXO 4 – Comunicado CGEB/CIMA – Segundo semestre – 2012

Comunicado CGEB/CIMA, de 31-7-2012 Avaliação da Aprendizagem em Processo – Terceira Edição – Segundo Semestre de 2012. A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica em conjunto com a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, considerando a importância de:

- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas das unidades escolares;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata;
- subsidiar a escola e os docentes com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem, especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- atender demanda das escolas, coletada por meio do Questionário do PAAP, aplicado online na segunda quinzena de março;

Comunicam: 1 – Serão aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática para os alunos da rede estadual regular, do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental e da 1ª e 2ª séries do Ensino Médio, no segundo semestre de 2012, conforme cronograma do presente comunicado. 2- As provas, de caráter exclusivamente diagnóstico, se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, pela escola e na sala de aula, visando à elaboração e execução de planos destinados ao apoio imediato para sanar dificuldades dos alunos (98,5% das escolas manifestarem-se a favor da utilização dos resultados da avaliação em processo, como subsídio ao planejamento de atividades para estudos de recuperação). 2.1 – Grande parte das habilidades focadas nas provas do segundo semestre remetem às selecionadas para o primeiro semestre, permitindo às escolas avaliar e organizar ações de recuperação. 2.2 – Além das habilidades mencionadas no tópico 2.1, foram incluídas outras tendo como referência a progressão da implementação do currículo nas respectivas disciplinas e anos/séries. 3- As provas a serem aplicadas terão a seguinte constituição:

- a) Língua Portuguesa – 6º ano do Ensino Fundamental : 15 questões de múltipla escolha e uma produção textual (conto);
- b) Língua Portuguesa – 7º ano do Ensino Fundamental: 15 questões de múltipla escolha e uma produção textual(notícia);
- c) Língua Portuguesa – 1ª e 2ª séries do Ensino Médio: 15 questões de múltipla escolha e uma produção textual(artigo de opinião);
- d) Matemática – 6º ano do Ensino Fundamental: 13 questões, sendo 7 de múltipla escolha;
- e) Matemática – 7º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio: 14 questões, sendo 8 de múltipla escolha; e,
- f) Matemática – 2ª série do Ensino Médio: 14 questões, sendo 10 de múltipla escolha.

5- O material de aplicação(provas) será entregue impresso para as Diretorias de Ensino organizado por escola, contendo:

- a) Prova de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- b) Prova de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- c) Prova de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- d) Prova de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- e) Prova de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- f) Prova de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- g) Prova de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio; e,
- h) Prova de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio.

5.1 – Juntamente com a prova de Língua Portuguesa seguirá um encarte destacável contendo a prova de produção de texto. 5.2 – Também serão entregues nas Diretorias de Ensino provas em braile e ampliadas, adaptadas e impressas pelo CAPE Centro de Apoio Pedagógico Especializado. 6 – As provas mencionadas no item 5 do presente comunicado, foram impressas conforme quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, baseado nas matrículas na data base de 31/05/2012 e serão enviadas com uma reserva de 5% a mais por escola e 5% a mais por Diretoria de Ensino, para suprir as alterações numéricas eventualmente ocorridas em data posterior ao planejamento central das avaliações. 7 – A aplicação das provas nas escolas se dará no período compreendido entre 21 e 24 de agosto, conforme programado pelas unidades, considerando: a) o professor da própria disciplina, como aplicador e corretor; b) dias diferentes para Língua Portuguesa, Matemática e Redação; e, c) preferencialmente aulas duplas. 7.1 – Considerando que a prova de produção textual para 6º e 7º anos do Ensino Fundamental exige o desenvolvimento de atividades prévias pelo professor com as respectivas classes, a realização da redação poderá, conforme as condições de cada escola, ser programada para a semana seguinte à data mencionada no item 7. 8 - A distribuição das provas impressas, mencionadas no item 5, para as Diretorias de Ensino, ocorrerá no período de 13 a 17 de agosto, devendo as mesmas se organizarem para a recepção e controle de recebimento e entrega destes materiais para as escolas. 8.1 – Para as atividades de acompanhamento do recebimento das provas na Diretoria, distribuição às escolas e gestão da reserva técnica, solicitamos que a Diretoria de Ensino indique um responsável, enviando para a CIMA, no endereço eletrônico avaliacao-cima@edunet.sp.gov.br, até o dia 06 de agosto, as seguintes informações sobre o profissional responsável: nome completo, cargo/função, e-mail e telefones de contato. 8.2 – Na ocorrência de problemas relacionados à logística da entrega das provas, contatar, na FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, a equipe técnica: Alessandro Oliveira Ometo (3158-4758), Alessandra Juliano Ramos (3158-4814) ou Cassia Gomes da Silva (3158-4314). 8.3 – Na ocorrência de problemas similares, especificamente relacionados às provas para o atendimento aos alunos com deficiência visual, contatar na CGEB - Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, o assistente técnico: Roberto Monge Liberato (3218-8897 ou 3218-2113). 9 – Complementarmente às provas, foram elaborados os seguintes materiais: a) Produção Textual – Orientação para o Professor – para cada um dos anos/séries, com orientações para aplicação da prova de redação b) Comentários e Recomendações Pedagógicas – para cada disciplina e anos/séries, com orientações para os professores relativas à aplicação, correção, interpretação de resultados e sugestões de trabalho pedagógico. 9.1 – O material do item 9 será enviado às Diretorias de Ensino por meio eletrônico em período anterior ao da aplicação das provas, até o dia 10 de agosto, para encaminhamento às escolas que procederão à sua impressão conforme as respectivas necessidades. 10- As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto desta avaliação, devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições.

ANEXO 5 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro semestre – 2013

Comunicado Conjunto CIMA/CGEB de 14-02-2013 - Avaliação da Aprendizagem em Processo – Quarta Edição – Primeiro Semestre de 2013

A Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional em conjunto com a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, considerando a importância de:

- apoiar as ações de planejamento escolar previstas para o início de 2013 e sua continuidade nas ATPC;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata;
- subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem, especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- ampliar o universo de alunos atendidos, nas edições anteriores, pelo programa da Avaliação da Aprendizagem em Processo;

Comunicam:

1 – Serão aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática para os alunos, da rede estadual regular, do 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

2- As provas, de caráter exclusivamente diagnóstico, se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, pela escola e na sala de aula, visando à elaboração e execução de planos destinados ao apoio imediato para sanar dificuldades dos alunos objetivando a superação das mesmas.

3- As provas a serem aplicadas terão a seguinte constituição:

- a) Língua Portuguesa - 15 questões objetivas;
- b) Matemática – 10 questões, sendo a maioria objetivas e algumas dissertativas;
- c) Produção Textual

-para o Ensino Fundamental – conto (6ºano), narrativa de aventura (7ºano), notícia (8ºano) e receita (9ºano);

- para o Ensino Médio – artigo de opinião (todas as séries).

4 – As Produções Textuais, descritas no item 3 c, constituirão o produto final de uma sequência de atividades a ser mediada pelo professor, que poderá utilizar mais de uma aula para o desenvolvimento da ação.

5 – A aplicação das provas nas escolas se dará no período compreendido entre 04 e 08 de março, conforme programado pelas unidades, considerando:

- a) o professor da própria disciplina, como aplicador;

b) dias diferentes para Língua Portuguesa, Matemática e Produção Textual;

c) preferencialmente aulas duplas.

6- O material de aplicação (provas) será entregue impresso para as Diretorias de Ensino, organizado por escola, contendo:

6.1- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;

6.2- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;

6.3- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;

6.4- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;

6.5- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio;

6.6- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio;

6.7- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;

6.8- Provas de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;

6.9- Provas de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;

6.10- Provas de Matemática para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;

6.11- Provas de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;

6.12- Provas de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;

6.13- Provas de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;

6.14- Provas de Matemática para turma da 3ª série do Ensino Médio;

6.15- Provas de Produção Textual para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;

6.16- Provas de Produção Textual para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;

6.17- Provas de Produção Textual para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;

6.18- Provas de Produção Textual para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;

6.19- Provas de Produção Textual para turmas da 1ª série do Ensino Médio;

6.20- Provas de Produção Textual para turmas da 2ª série do Ensino Médio; e,

6.21- Provas de Produção Textual para turmas da 3ª série do Ensino Médio.

7 - As provas mencionadas no item 6 do presente comunicado foram impressas a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, com data base de 21-01-2013, e serão entregues nas Diretorias com exemplares adicionais por classe/disciplina/ano/série para suprir eventuais alterações numéricas ocorridas em data posterior à do planejamento central da avaliação.

7.1 - as provas em braile e em caracteres ampliados, impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, serão entregues nas Diretorias de Ensino.

7.2 – as provas destinadas aos alunos da Fundação CASA serão impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, onde ficarão disponibilizadas àquela Fundação que se responsabilizará pela sua retirada e distribuição para aplicação nas respectivas unidades.

8 - A distribuição das provas impressas, mencionadas no item 6, para as Diretorias de Ensino, ocorrerá no período de 18 a 28 de fevereiro, devendo as mesmas se organizarem para a recepção e controle de recebimento e entrega destes materiais para as escolas.

8.1 – Na ocorrência de problemas relacionados à logística da entrega das provas, contatar, na FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação/GSU/DOM-Osasco: Cristiano Cebrian Seguer ou Rafael Lastri (11-3696-2861)

8.2 – Na ocorrência de problemas similares, especificamente relacionados às provas para o atendimento aos alunos com deficiência visual, contatar na CGEB - Coordenadoria de Gestão da Educação Básica: Suely Bomfim (11-3218-8897 ou 3218-2113).

9 – Complementando as provas será produzido o material “Comentários e Recomendações Pedagógicas”, referente à Avaliação da Aprendizagem em Processo – Quarta Edição 2013

– destinado aos professores, contendo:

- a) quadro de habilidades de referência utilizadas na elaboração dos itens das provas;
- b) orientações necessárias à aplicação das propostas de produção textual e alguns itens específicos das provas de matemática;
- c) orientações para a correção e interpretação de resultados;
- d) sugestões de trabalho pedagógico articuladas com a interpretação dos resultados e com os materiais de apoio ao currículo.

9.1-Os conteúdos destes materiais serão enviados às Diretorias de Ensino por meio eletrônico, em período anterior ao da aplicação das provas, para encaminhamento às escolas que procederão à sua impressão conforme as respectivas necessidades, contando com apoio dos NIT quando necessário.

10- As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto desta avaliação e do planejamento escolar, devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores das Oficinas Pedagógicas, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições.

ANEXO 6 – Comunicado CGEB/CIMA – Segundo semestre - 2013

Comunicado Conjunto CIMA/CGEB de 01-06-2013 - DOE de 02/07/13 pag 59

Avaliação da Aprendizagem em Processo – Quinta Edição – Segundo Semestre de 2013 –
Avaliação Diagnóstica SAEB

A Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional em conjunto com a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, considerando a importância de:

- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas das unidades escolares;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, ampliando o universo de alunos atendidos;
- subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem;
- atender à demanda das escolas, coletada por meio do Questionário da AAP aplicado on line, na segunda quinzena de março de 2012;
- oportunizar a possibilidade de vivenciar instrumento de avaliação fundamentado exclusivamente na matriz de referência nacional SAEB;
- garantir aos docentes o acesso aos materiais de apoio elaborados pela CGEB, comunicam que:

1 – em continuidade às ações da Avaliação da Aprendizagem em Processo - AAP, serão aplicadas avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática a alunos da rede estadual regular, dos 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e das 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

2- As avaliações da AAP, de caráter exclusivamente diagnóstico, se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, pela escola e na sala de aula, visando à elaboração e execução de planos destinados ao apoio imediato para sanar dificuldades dos alunos.

3- As avaliações da AAP a serem aplicadas terão a seguinte constituição:

a) Língua Portuguesa - 15 questões;

b) Matemática – 10 questões;

c) Produção Textual:

-para o Ensino Fundamental – conto (6ºano), notícia (7ºano), narrativa de aventura (8ºano) e artigo de opinião (9ºano);

- para o Ensino Médio – artigo de opinião (todas as séries).

4 – As Produções Textuais, descritas no item 3 c, constituirão o produto final de uma sequência de atividades a ser mediada pelo professor, que poderá utilizar mais de uma aula para o desenvolvimento da ação.

5 – Nesta edição, também serão aplicados outros instrumentos de avaliação, denominados Avaliação Diagnóstica SAEB – ADS, de Língua Portuguesa e de Matemática para os alunos da rede estadual regular, do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio.

6 – As avaliações da ADS, de caráter exclusivamente diagnóstico e baseadas em descritores do SAEB selecionados, referenciam esta avaliação com a Prova Brasil, e objetivam dar à escola oportunidade de aproximação com o instrumento de avaliação nacional, devendo seu resultado se constituir como apoio para ações da equipe escolar.

7 – As avaliações da ADS a serem aplicadas terão a seguinte constituição:

a) Língua Portuguesa – 14 questões para o 5º ano do Ensino Fundamental e 10 questões para o 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio;

b) Matemática – 20 questões para o 5º ano do Ensino Fundamental e 10 questões para o 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

8- Considerados os objetivos de ambas as avaliações, a aplicação e a correção das provas devem ser realizadas, a exemplo das demais atividades didático-pedagógicas desenvolvidas com os respectivos alunos, pelos professores das classes/disciplinas envolvidas e, preferencialmente, em aulas duplas e em dias diferentes para Língua Portuguesa, Matemática e Produção Textual.

9- As unidades escolares programarão, conforme suas peculiaridades, o calendário de aplicação/correção, a partir do cronograma a seguir proposto:

a) 5 a 9 de agosto – Aplicação das provas objetivas da AAP e das provas da ADS;

b) 12 a 16 de agosto – Correção das avaliações aplicadas de 5 a 9 de agosto;

c) 26 a 30 de agosto – Aplicação da produção textual da AAP.

10 - O material de aplicação da AAP e da ADS (provas) será entregue impresso para as Unidades Escolares, organizado por classe, contendo:

Avaliação da Aprendizagem em Processo

10.1- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;

10.2- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;

10.3- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;

10.4- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;

10.5- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio;

10.6- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio;

10.7- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;

10.8- Provas de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;

10.9- Provas de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;

- 10.10- Provas de Matemática para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 10.11- Provas de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 10.12- Provas de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 10.13- Provas de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 10.14- Provas de Matemática para turma da 3ª série do Ensino Médio;
- 10.15- Provas de Produção Textual para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 10.16- Provas de Produção Textual para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 10.17- Provas de Produção Textual para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 10.18- Provas de Produção Textual para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 10.19- Provas de Produção Textual para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 10.20- Provas de Produção Textual para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 10.21- Provas de Produção Textual para turmas da 3ª série do Ensino Médio;

Avaliação Diagnóstica SAEB

- 10.22 – Prova de Língua Portuguesa para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 10.23 – Prova de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 10.24 – Prova de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 10.25 – Prova de Matemática para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 10.26 – Prova de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 10.17 – Prova de Matemática para turmas da 3ª série do Ensino Médio.

11 - As provas mencionadas no item 10 do presente comunicado foram impressas a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, com data base de 30-04-2013, acréscimo de 3% e arredondamento quantitativo, para entrega nas escolas.

11.1 – Serão entregues, nas Diretorias de Ensino, exemplares de todas as provas mencionadas no item 10, correspondente a 10% de seu respectivo número de alunos, a título de reserva técnica e para suporte das atividades de apoio e acompanhamento pedagógico das avaliações.

11.2 - As provas em braile e em caracteres ampliados, impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, serão entregues nas Diretorias de Ensino.

11.3 – As provas das 69 escolas de Ensino Integral (EF e EM), dadas algumas especificidades do processo de avaliação a elas destinadas, serão entregues nas Diretorias de Ensino, que organizarão a distribuição às escolas do programa.

12 - Complementando as provas da AAP, foi produzido, para cada um dos subitens descritos no item 10 do presente comunicado, o respectivo material “Comentários e Recomendações Pedagógicas”, referente à Avaliação da Aprendizagem em Processo – Quinta Edição 2013 – destinado aos professores, contendo:

- a) quadro de habilidades de referência utilizadas na elaboração dos itens das provas;
- b) orientações necessárias à aplicação das propostas de produção textual e alguns itens específicos das provas de matemática;
- c) orientações para a correção e interpretação de resultados;
- d) sugestões de trabalho pedagógico articuladas com a interpretação dos resultados e com os materiais de apoio ao Currículo.

13 – Complementando as provas da ADS, foi produzido, para cada um dos subitens descritos no item 10 do presente comunicado, o respectivo material “Apresentação e Orientações”, referente à Avaliação Diagnóstica SAEB, destinado aos professores, contendo:

- a) quadro de habilidades de referência utilizado na elaboração dos itens das provas;
- b) questões da prova e respectivos gabaritos.

14 – O material constante dos itens 12 e 13 do presente comunicado será entregue às escolas na quantidade de um por turma/ano/série/disciplina e foi impresso a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, com data base de 30-04-2013.

15 – A entrega dos materiais mencionados nos itens 10, 12 e

13 ocorrerá no período de 01 a 26 de julho, devendo as unidades escolares se organizar para seu recebimento.

15.1 – Na ocorrência de problemas com a entrega (divergências/atrasos), enviar e-mail para ddm@fde.sp.gov.br, com cópia para a respectiva Diretoria e para avaliação-cima@edunet.sp.gov.br.

15.2 – Na ocorrência de problemas similares, especificamente relacionados às provas para o atendimento aos alunos com deficiência visual, contatar na CGEB - Coordenadoria de Gestão da Educação Básica: Roberto Liberato (11-3218-8897 11-3218-8897 ou 3218-2113).

16 - As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto dessas avaliações, devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições.

ANEXO 7 – Comunicado CGEB/CIMA - Primeiro semestre - 2014

Comunicado Conjunto CIMA-CGEB, de 11-2-2014

Avaliação da Aprendizagem em Processo – Sexta Edição – Primeiro Semestre de 2014

A Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional em conjunto com a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, considerando a importância de:

- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas das unidades escolares;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, atendendo o disposto na Resolução 74/2013, artigo 4º, inciso VI, e ampliando o universo de alunos atendidos;
- subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem;
- atender à demanda das escolas, coletada por meio do Questionário da AAP aplicado on line, na segunda quinzena de março de 2012;
- garantir o material das provas dos alunos e de apoio aos docentes, elaborados pela CGEB, para todas as unidades escolares; ação amplamente aprovada pela rede segundo Questionário

AAP-CIMA de setembro de 2013; comunicam que:

1 – As ações da Avaliação da Aprendizagem em Processo – AAP- terão continuidade com a aplicação de avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática a alunos da rede estadual regular, dos 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e das 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. 2- As avaliações da AAP, de caráter exclusivamente diagnóstico, se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, realizados tanto pela escola quanto na sala de aula, cujo objetivo maior é a elaboração e execução de planos destinados ao apoio imediato para sanar as dificuldades dos alunos. 3- As avaliações da AAP a serem aplicadas terão a seguinte constituição:

- a) Língua Portuguesa - 10 questões objetivas;
- b) Matemática – 10 questões objetivas e questões abertas;
- c) Produção Textual:

-para o Ensino Fundamental – conto (6ºano), relato de experiência vivido (7ºano), notícia (8ºano) e texto de opinião (9ºano);

- para o Ensino Médio – artigo de opinião (todas as séries). 4 – As Produções Textuais, descritas no item 3 c, constituirão um texto, a partir de uma sequência de atividades a ser avaliada pelo professor, que poderá utilizar mais de uma aula para o desenvolvimento da ação, pois o objetivo é ter um diagnóstico. 5- Considerado o objetivo da avaliação da aprendizagem em processo, a aplicação e a correção das provas devem ser realizadas, a exemplo das demais atividades didático-pedagógicas desenvolvidas com os respectivos alunos, pelos professores das classes/disciplinas envolvidas e, preferencialmente, em aulas duplas e em dias diferentes para Língua Portuguesa, Matemática e Produção Textual. Embora seus resultados possam ser quantificados, ressaltamos que enquanto instrumento diagnóstico e pelas características dos materiais de apoio que a acompanham, as análises qualitativas devem ser preponderantes neste processo para garantir maior efetividade do mesmo. 6- As unidades escolares programarão, conforme suas peculiaridades, o calendário de aplicação/correção das provas,

especialmente as objetivas, a partir da data do recebimento das mesmas, conforme cronograma da presente instrução constante do item 11.6.1 – Além do cronograma citado no item 11 do presente comunicado, a CIMA/DAVED encaminhará à DE, tão logo receba informações da FDE, cronograma detalhado das entregas dos materiais para as Diretorias/escolas. 6.2- As Escolas de Ensino Integral participarão da AAP em 2014, aplicando as mesmas provas, nas mesmas datas que as demais escolas e utilizando os mesmos materiais de apoio. Dadas as peculiaridades do programa, receberão orientações complementares específicas por meio da equipe responsável. 7 - O material de aplicação da AAP (provas) será entregue impresso para as Unidades Escolares(ou Diretorias de Ensino), organizado por classe, contendo: Avaliação da Aprendizagem em Processo

7.1- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;

7.2- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;

- 7.3- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 7.4- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 7.5- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 7.6- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 7.7- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 7.8- Provas de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 7.9- Provas de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 7.10- Provas de Matemática para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 7.11- Provas de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 7.12- Provas de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 7.13- Provas de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 7.14- Provas de Matemática para turma da 3ª série do Ensino Médio;
- 7.15- Provas de Produção Textual para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 7.16- Provas de Produção Textual para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 7.17- Provas de Produção Textual para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 7.18- Provas de Produção Textual para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 7.19- Provas de Produção Textual para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 7.20- Provas de Produção Textual para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 7.21- Provas de Produção Textual para turmas da 3ª série do Ensino Médio;

8 - As provas mencionadas no item 7 do presente comunicado foram impressas a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, com data base de 30/07/2013, acréscimo de 3% e arredondamento quantitativo para maior, para atendimento das escolas.8.1 – Serão entregues, nas Diretorias de Ensino, exemplares de todas as provas mencionadas no item 7, correspondente a 10% de seu respectivo número de alunos, a título de reserva técnica e para suporte das atividades de apoio e acompanhamento pedagógico das avaliações.8.2 - As provas em braile e em caracteres ampliados, impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, serão entregues nas Diretorias de Ensino.

9 – Para complementação das provas da AAP, foi produzido, para cada um dos subitens, descritos no item 7 do presente comunicado, o respectivo material “Comentários e Recomendações Pedagógicas”, referente à Avaliação da Aprendizagem em Processo – Sexta Edição 2014 – destinado aos professores, contendo:

- a) quadro de habilidades de referência utilizadas na elaboração dos itens das provas;
- b) orientações necessárias à aplicação das propostas de produção textual e alguns itens específicos das provas de matemática;
- c) orientações para a correção e interpretação de resultados;

d) sugestões de trabalho pedagógico articuladas com a interpretação dos resultados e com os materiais de apoio ao Currículo.

10 – O material constante dos itens 7 e 9 do presente comunicado também foi impresso na quantidade de um por turma/ano/série/disciplina, a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, com data base de 30/07/2013, para atendimento às equipes docentes e técnicas das escolas.

10.1 – Serão entregues em cada Diretoria de Ensino 50(cinquenta) unidades de cada exemplar do material constante do item 9 para suporte das atividades de apoio e acompanhamento pedagógico das avaliações.

11 – A entrega dos materiais mencionados nos itens 7, 8 e 9, programada para o período de 06 a 19 de fevereiro, na 6ª edição, excepcionalmente, será do modo a seguir especificado:

- 11.1 – nas DE da Capital e da Grande São Paulo, diretamente nas unidades escolares;
 - 11.2 – nas DE do Interior, na sede das Diretorias de Ensino.
- 12 – Na ocorrência de problemas com a entrega (divergências/atrasos), enviar e-mail para ddm@fde.sp.gov.br, com cópia para a respectiva Diretoria e para avaliacao-cima@edunet.sp.gov.br.

13 - As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto dessas avaliações, devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições.

ANEXO 8 – Comunicado CGEB/CIMA - Segundo semestre – 2014

Avaliação da Aprendizagem em Processo

A Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional divulgou, no Diário Oficial do Estado, em 18 de julho de 2014, na página 30, Comunicado de 17 de julho de 2014, a respeito da Avaliação da Aprendizagem em Processo – Sétima Edição – Segundo Semestre de 2014. Acompanhe o edital:

“A Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional em conjunto com a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, considerando a importância de:

- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas das unidades escolares;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, atendendo o disposto na Resolução 74/2013, artigo 4º, inciso VI, e ampliando o universo de alunos atendidos;
- subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem;
- atender à demanda das escolas, coletada por meio do Questionário da AAP aplicado on line, na segunda quinzena de março de 2012;
- garantir o material das provas dos alunos e de apoio aos docentes, elaborados pela CGEB, para todas as unidades, entregues nas escolas; ação amplamente aprovada pela rede segundo Questionário AAP-CIMA de setembro de 2013; comunicam que:

1 – As ações da Avaliação da Aprendizagem em Processo – AAP- terão continuidade e ampliação com a aplicação de avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática a alunos da rede estadual regular, dos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e das 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio.

2- As avaliações da AAP, de caráter exclusivamente diagnóstico, se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem para posterior mobilização de procedimentos, atitudes e conceitos, realizados tanto pela escola quanto na sala de aula, cujo objetivo maior é a elaboração e execução de planos destinados ao apoio imediato para sanar as dificuldades dos alunos.

3- As avaliações da AAP a serem aplicadas terão a seguinte constituição: a) Língua Portuguesa - 10 questões objetivas; b) Matemática – 10 questões objetivas e questões abertas. c) Produção Textual: -para o Ensino Fundamental – conto (6ºano), relato de experiência vivido (7ºano), notícia (8ºano) e artigo de opinião (9ºano); - para o Ensino Médio – artigo de opinião (todas as séries).

4- As Produções Textuais, descritas no item 3 c, constituirão um texto, a partir de uma sequência de atividades a ser avaliada pelo professor, que poderá utilizar mais de uma aula para o desenvolvimento da ação, pois o objetivo é ter um diagnóstico.

5- Considerado o objetivo da avaliação da aprendizagem em processo, a aplicação e a correção das provas, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, devem ser realizadas, a exemplo das demais atividades didático-pedagógicas desenvolvidas com os respectivos alunos, pelos professores das classes/disciplinas envolvidas e, preferencialmente, em aulas duplas e em dias diferentes para Língua Portuguesa, Matemática e Produção Textual. Embora seus resultados possam ser quantificados, ressaltamos que enquanto instrumento diagnóstico e pelas características dos materiais de apoio que a acompanham, as análises qualitativas devem ser preponderantes neste processo para garantir maior efetividade do mesmo.

5.1- Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental devem ser seguidas as orientações específicas do Programa Ler e Escrever e dos respectivos materiais de apoio.

5.2 – As Escolas de Ensino Integral devem, também, seguir as orientações específicas do Programa.

6- As unidades escolares programarão as atividades correspondentes à AAP, especialmente as relacionadas à aplicação, correção e consolidação de dados das provas objetivas, no período de 18 a 28 de agosto, de forma a proceder à análise de resultados na reunião de replanejamento reprogramada para o dia 29/08/2014.

6.1- As escolas que desejarem poderão antecipar a aplicação das provas tão logo ocorra a entrega das mesmas, prevista para a primeira quinzena de agosto.

6.2 – O cronograma de entrega dos materiais, citado no item 11 do presente comunicado, será encaminhado pela CIMA/DAVED à DE, assim que recebidas as informações detalhadas por parte da FDE.

7 - O material de aplicação da AAP (provas) será entregue impresso nas Unidades Escolares, organizado por classe, contendo: Avaliação da Aprendizagem em Processo

- 7.1- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;
- 7.2- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;
- 7.3- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;
- 7.4- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 7.5- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 7.6- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 7.7- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 7.8- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 7.9- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 7.10- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 7.11- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 7.12- Provas de Matemática para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;
- 7.13- Provas de Matemática para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;
- 7.14- Provas de Matemática para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;
- 7.15- Provas de Matemática para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 7.16- Provas de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 7.17- Provas de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 7.18- Provas de Matemática para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 7.19- Provas de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 7.20- Provas de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 7.21- Provas de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 7.22- Provas de Matemática para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 7.23- Provas de Produção Textual para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 7.24- Provas de Produção Textual para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 7.25- Provas de Produção Textual para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 7.26- Provas de Produção Textual para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 7.27- Provas de Produção Textual para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 7.28- Provas de Produção Textual para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 7.29- Provas de Produção Textual para turmas da 3ª série do Ensino Médio.

8 - As provas mencionadas no item 7 do presente comunicado foram impressas a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, com data base de 31/03/2014, acréscimo de 5% e arredondamento quantitativo para maior, para atendimento das escolas.

8.1 – Serão entregues, nas Diretorias de Ensino, exemplares de todas as provas mencionadas no item 7, correspondente a 10% de seu respectivo número de alunos, a título de reserva técnica e para

suporte das atividades de apoio, acompanhamento pedagógico das avaliações e eventuais atendimentos específicos regionais.

8.2 - As provas em braile e em caracteres ampliados, impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, serão entregues nas Diretorias de Ensino.

9 – Para complementação das provas da AAP, foi produzido, para cada um dos subitens, descritos no item 7 do presente comunicado, o respectivo material “Comentários e Recomendações Pedagógicas”, referente à Avaliação da Aprendizagem em Processo – Sétima Edição 2014 – destinado aos professores, contendo: a) quadro de habilidades de referência utilizadas na elaboração dos itens das provas; b) orientações necessárias à aplicação das propostas de produção textual e alguns itens específicos das provas de matemática; c) orientações para a correção e interpretação de resultados; d) sugestões de trabalho pedagógico articuladas com a interpretação dos resultados e com os materiais de apoio ao Currículo.

10 – O material constante dos itens 7 e 9 do presente comunicado também foi impresso na quantidade de um por turma/ano/série/disciplina, a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, com data base de 31/03/2014, para atendimento às equipes docentes e técnicas das escolas.

10.1 – Serão entregues em cada Diretoria de Ensino 50(cinqüenta) unidades de cada exemplar do material constante do item 9 para suporte das atividades de apoio e acompanhamento pedagógico das avaliações.

11 – A entrega dos materiais mencionados nos itens 7, 8 e 9, está programada para o período de 04 a 15 de agosto sendo fundamental que as Diretorias e, especialmente as unidades escolares se organizem para o recebimento do mesmo em suas unidades.

12 – Na ocorrência de problemas com a entrega (divergências/atrasos), enviar e-mail para ddm@fde.sp.gov.br, com cópia para a respectiva Diretoria e para avaliacao-cima@edunet.sp.gov.br.

13 – Conforme o informado no Comunicado Conjunto CGEB/CIMA , enviado no Boletim Semanal CGEB de número 63, de 14/05/2014, as escolas e docentes utilizarão o SARA, na Secretaria Digital, para registro dos resultados das avaliações da AAP do 6º ano do Ensino Fundamental, dando continuidade aos procedimentos de apoio à prioridade de acompanhamento a este ano final do ciclo intermediário, na implantação dos novos ciclos de aprendizagem, utilizando aquela mesma plataforma para inclusão dos dados da 7ª edição.

13.1- O SARA também possibilitará o registro de resultados das demais séries dos anos finais do Ensino Fundamental e séries do Ensino Médio, aos docentes e escolas que optarem pelo uso desta ferramenta.

14 - As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto dessas avaliações, devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos , Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições.”

ANEXO 9 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro semestre - 2015

COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Comunicado Conjunto CIMA-CGEB, de 23-1-2015

Avaliação da Aprendizagem em Processo - Oitava Edição - Primeiro semestre de 2015

A Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional em conjunto com a Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, considerando a importância de:

- subsidiar as atividades de planejamento escolar do início do ano letivo;
- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas das unidades escolares;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, atendendo o disposto na Resolução SE 73/2014;
- subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem, comunicam que: 1 - As ações da Avaliação da Aprendizagem em Processo - AAP- ocorrerão no primeiro semestre de 2015 com a aplicação de avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática a alunos da rede estadual regular, dos 2o, 3o, 4o, 5o, 6o, 7o, 8o e 9o anos do Ensino Fundamental e das 1a, 2a e 3a séries do Ensino Médio. 2- As avaliações da AAP, de caráter exclusivamente diagnóstico, se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos de suas competências e habilidades. O material objetiva subsidiar a progressão das aprendizagens ainda não consolidadas por meio da elaboração e execução de planos que apoiem o professor no desenvolvimento do currículo em sala de aula. 3 - As avaliações da AAP a serem aplicadas terão a seguinte constituição: 3.1- No Ensino Fundamental - do 2o ao 5o ano
 - a) Língua Portuguesa: 2o ano - 4 questões abertas e 1 objetiva, 3o ano- 6 questões abertas e 1 objetiva, 4o e 5o ano- 10 questões objetivas;
 - b) Matemática: 2o e 3o ano - 10 questões abertas, 4o e 5o ano- 10 questões objetivas;
 - c) Produção Textual: 4o ano- escrever/inventar o final de uma história, 5o ano - produção de carta ao leitor. 3.2. - No Ensino Fundamental - do 6o ao 9o ano
 - a) Língua Portuguesa - 10 questões objetivas;
 - b) Matemática - 10 questões objetivas e 1 questão aberta;
 - c) Produção Textual: 6o ano - conto, 7o ano- relato de experiência, 8o ano - notícia, 9o ano - texto de opinião. 3.3 - No Ensino Médio - 1a a 3a série
 - a) Língua Portuguesa - 10 questões objetivas;
 - b) Matemática - 10 questões objetivas e 1 questão aberta;
 - c) Produção Textual: artigo de opinião 4- Considerado o objetivo da avaliação da aprendizagem em processo, a aplicação e a correção das provas da AAP devem ser realizadas, a exemplo das demais atividades didático pedagógicas desenvolvidas com os respectivos alunos, pelos professores das correspondentes classes/disciplinas envolvidas e, preferencialmente, em aulas duplas, no caso do 6o ano do EF em diante, e em dias diferentes para Língua Portuguesa, Matemática e Produção Textual. Embora seus resultados devam ser quantificados, ressaltamos que, enquanto instrumento diagnóstico e pelas características dos materiais de apoio que a acompanham, as análises qualitativas devem ser preponderantes neste processo para garantir a efetividade do mesmo. 5 - As Produções Textuais: a) Do 6o ao 9o anos do Ensino Fundamental, são constituídas por um texto produzido com base em uma sequência de atividades, orientadas pelo professor, que poderá utilizar mais de uma aula para o cumprimento da ação; b) Da 1a à 3a séries do Ensino Médio, são constituídas por textos de estímulo e uma temática norteadora para a produção escrita. 6- As unidades escolares programarão as atividades correspondentes à AAP, referentes à aplicação e correção das provas, na primeira e na segunda semana de fevereiro de 2015. A análise dos resultados e as propostas de ações pedagógicas deverão ser efetuadas nas reuniões de planejamento (de 18 a 20-02-2015), conforme Calendário Escolar.

6.1- As escolas do Ensino Integral adotarão o mesmo calendário da rede respeitando as datas do Acolhimento. 6.2 - Para organizar a aplicação das provas, atentar ao cronograma mencionado no item 11 da presente instrução. 7 - O material de aplicação da AAP (provas) será entregue impresso nas Unidades Escolares, organizado por ano/série, em caixas identificadas com o título “Avaliação da Aprendizagem em Processo”, contendo os seguintes itens:

- 7.1- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;
- 7.2- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;
- 7.3- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental (juntamente com a prova de Produção Textual);
- 7.4- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental (juntamente com a prova de Produção Textual);
- 7.5- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 7.6- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 7.7- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 7.8- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 7.9- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 7.10- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 7.11- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 7.12- Provas de Matemática para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;
- 7.13- Provas de Matemática para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;
- 7.14- Provas de Matemática para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;
- 7.15- Provas de Matemática para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 7.16- Provas de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 7.17- Provas de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 7.18- Provas de Matemática para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 7.19- Provas de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 7.20- Provas de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 7.21- Provas de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 7.22- Provas de Matemática para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 7.23- Provas de Produção Textual para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 7.24- Provas de Produção Textual para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 7.25- Provas de Produção Textual para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 7.26- Provas de Produção Textual para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 7.27- Provas de Produção Textual para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 7.28- Provas de Produção Textual para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 7.29- Provas de Produção Textual para turmas da 3ª série do Ensino Médio.

8 - As provas mencionadas no item 7 do presente comunicado foram impressas a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, obedecendo a data base de 30-09-2014, com acréscimo de 5% e arredondamento quantitativo a maior. 8.1 - Serão entregues, nas Diretorias de Ensino, exemplares de todas as provas mencionadas no item 7, na quantidade equivalente a 10% do número total de alunos, a título de reserva técnica, para suprir eventuais falta de material e para suporte das atividades de apoio, acompanhamento pedagógico das avaliações e eventuais atendimentos específicos regionais. 8.2 - As provas em braile e em caracteres ampliados, impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado - CAPE, serão entregues nas Diretorias de Ensino. 9 - Para complementação das provas da AAP, foi produzido, para cada um dos subitens, descritos no item 7 do presente comunicado, o respectivo material “Comentários e Recomendações Pedagógicas”, referente à Avaliação da Aprendizagem em Processo - Oitava Edição 2015 - destinado aos professores, contendo:

- a) Matriz de Referência utilizada na elaboração dos itens das provas;
- b) Orientações necessárias à aplicação das propostas de produção textual e alguns itens específicos das provas de matemática;
- c) Comentários e sugestões de trabalho pedagógico.

10 - O material constante do item 9 do presente comunicado foi impresso na quantidade de um por turma/ano/série/ disciplina, a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, com data base de 30-09-2014, para atendimento às equipes docentes e técnicas das escolas. 10.1 - Serão entregues em cada Diretoria de Ensino 50 (cinquenta) unidades de cada exemplar do material constante do item 9 para suporte das atividades de apoio e acompanhamento pedagógico das avaliações. 11 - A entrega dos materiais da 8ª edição da AAP, mencionados nos itens 7, 8, 9 e 10, ocorrerá na última semana de janeiro e na primeira semana de fevereiro de 2015, sendo fundamental que as Diretorias e, especialmente as escolas, se organizem, para o recebimento dos mesmos em suas unidades. Oportunamente será enviado pela CIMA/DAVED, para as Diretorias, por meio eletrônico, o cronograma detalhado. 12 - Na ocorrência de problemas com a entrega (divergências/ atrasos), enviar e-mail para ddm@fde.sp.gov.br, com cópia para a respectiva Diretoria e para avaliacao-cima@educacao.sp.gov.br. 13 - Os resultados das provas da 8ª edição da AAP do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e da 1ª à 3ª série do Ensino Médio, deverão ter seus dados incluídos na plataforma da Secretaria Digital no SARA, considerando que a ferramenta já está implantada e possibilita sua imediata utilização para monitoramento pelos professores nas suas classes, gestores nas suas escolas, Diretorias nas suas regiões. 13.1- A CIMA/DAVED reenviará por e-mail, para todas as Diretorias, tutorial do SARA com orientações para utilização do sistema, para posterior encaminhamento às unidades escolares, especialmente as que atendem do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, que utilizavam, anteriormente, outro sistema. 14 - As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto dessas avaliações, devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e pelas Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições. 27 – São Paulo, 125 (16) Diário Oficial Poder Executivo - Seção I sábado, 24 de janeiro de 2015

ANEXO 10 – Comunicado CGEB/CIMA – Segundo semestre – 2015

Comunicado Conjunto CGEB-CIMA

Avaliação da Aprendizagem em Processo –Nona Edição –Agosto de 2015

A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica em conjunto com a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, considerando a importância de

-subsidiar as atividades de planejamento escolar na continuidade do ano letivo;

-apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas e do currículo nas unidades escolares;-diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, atendendo o disposto nas Resoluções SE 68/2013, 71/2014 e 73/2014;

-subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem, comunicam que:

1 –As ações da Avaliação da Aprendizagem em Processo –AAP- terão continuidade em 2015 e ocorrerão, nesta edição, com a aplicação de avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática a alunos da rede estadual regular, de todos os anos do Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio.2-As avaliações da AAP, de caráter diagnóstico,além de acompanhar o desenvolvimento do currículo, também se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos de suas competências e habilidades, objetivando subsidiar a progressão das aprendizagens ainda não consolidadas,por meio da elaboração e execução de planos elaborados pelo professor para o desenvolvimento do currículo em sala de aula.3-Nesta edição a AAP está referenciada pelos conteúdos e habilidades do segundo bimestre,constantes do currículo de cada um dos anos/séries/disciplinas e os instrumentos de sua aplicação estão assim constituídos:3.1 –No Ensino Fundamental –Anos Iniciais

a) 1º ano -Língua Portuguesa: 6 questões abertas; Matemática: 10 questões abertas;

b) 2º ano –Língua Portuguesa: 6 questões abertas e 1 de múltipla escolha; Matemática: 10 questões abertas;

c) 3º ano –Língua Portuguesa:5 questões abertas; Matemática:10 questões abertas;

d) 4º e 5º anos–Língua Portuguesa: 15 questões de múltipla escolha e 1 produção textual;

Matemática: 15 questões de múltipla escolha;3.2 –No Ensino Fundamental –Anos Finais Do 6º ao 9º anos–Língua Portuguesa: 24 questões de múltipla escolha; Matemática: 24 questões de múltipla escolha.3.3. –No Ensino Médio da 1ª à 3ª série –Língua Portuguesa: 24

questões de múltipla escolha; Matemática: 24 questões de múltipla escolha.4-A unidade escolar

organizará a aplicação das provas pelos próprios professores, e, no caso dos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio , preferentemente em aulas duplas sem a obrigatoriedade deque a aplicação seja feita pelo docente da disciplina.5-A aplicação deve ocorrer na primeira semana do

mês de agosto e a correção deve ser concluída para análise dos resultados e propostas de ações pedagógicas na reunião de planejamento do dia 22 de agosto de 2015, conforme data programada

no Calendário Escolar.5.1-As escolas do Programa de Ensino Integral adotarão o mesmo calendário da rede respeitando as orientações específicas do seu acompanhamento.5.2–Para organizar a aplicação das provas,atentar ao cronograma mencionado no item 13 do presente comunicado.

6-O material de aplicação da AAP (provas) será entregue impresso para as Unidades Escolares, organizado por ano/série/disciplina, em caixas identificadas com o título “Avaliação da Aprendizagem em Processo”, contendo:

6.1-Provas de Língua Portuguesa para turmas do 1º ano do Ensino Fundamental;

6.2-Provas de Língua Portuguesa para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;

6.3-Provas de Língua Portuguesa para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;

6.4-Provas de Língua Portuguesa para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental (juntamente com a prova de Produção Textual);

6.5-Provas de Língua Portuguesa para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental (juntamente com a prova de Produção Textual);

6.6Provas de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;

- 6.7-Provas de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 6.8-Provas de Língua Portuguesa para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 6.9-Provas de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 6.10-Provas de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 6.11-Provas de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 6.12-Provas de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 6.13-Provas de Matemática para turmas do 1º ano do Ensino Fundamental;
- 6.14-Provas de Matemática para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;
- 6.15-Provas de Matemática para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;
- 6.16-Provas de Matemática para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;
- 6.17-Provas de Matemática para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 6.18-Provas de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 6.19-Provas de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 6.20-Provas de Matemática para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 6.21-Provas de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 6.22-Provas de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 6.23-Provas de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 6.24-Provas de Matemática para turmas da 3ª série do Ensino Médio;

7-As provas mencionadas no item 6 do presente comunicado foram impressas a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, obedecendo a data base de 30/04/2015, Com acréscimo de 5% e arredondamento quantitativo a maior.

8-Serão entregues, nas Diretorias de Ensino, exemplares de todas as provas mencionadas no item 6, na quantidade equivalente a 10% do número total de alunos, a título de reserva técnica, para suprir eventuais faltas de material, para suporte das atividades de apoio e acompanhamento pedagógico das avaliações, além de atendimentos específicos regionais.

9-As provas em braile e em caracteres ampliados, impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado –CAPE, serão entregues nas Diretorias de Ensino.

10-Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, foi produzido o “Caderno de Prova do Professor”, referente à Avaliação da Aprendizagem em Processo –Nona Edição 2015–destinado aos docentes, contendo:

a)Matriz de Referência utilizada na elaboração dos itens das provas;b)Gabarito;

c)Orientações de aplicação, correção e comentários.

10.1-Este material ficará oportunamente disponível, para consulta e impressão, na intranet.11-Para os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, foram feitas produções em vídeo, destinados aos docentes, que ficarão disponíveis na intranet.

11.1 –As Matrizes de Referência utilizadas na elaboração dos itens das provas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, bem como os respectivos Gabaritos, ficarão disponíveis, oportunamente, para consulta e impressão, na intranet.

12-Serão realizadas videoconferências de orientação técnico-pedagógica e com recomendações, para as equipes das Diretorias e das unidades escolares, a serem divulgadas pela CGEB.

13-A entrega dos materiais da 9ª edição da AAP, mencionado nos itens 6, 8 e 9, ocorrerá no período de 22 de julho a 04 de agosto de 2015, sendo que nas unidades localizadas na Capital e na Grande São Paulo, o material será entregue nas escolas e nas demais regiões, nas Diretorias de Ensino.

14-Na ocorrência de problemas com a entrega enviar e-mail para aap.cima@educacao.sp.gov.br.

15-As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto dessas avaliações, devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e pelas Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições.

ANEXO 11 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro bimestre - 2016

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO COORDENADORIA DE GESTÃO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.
Praça da República, 53 – Centro – São Paulo – SP – CEP. 01045-903

Avaliação da Aprendizagem em Processo – Décima Edição – Primeiro Bimestre - fevereiro de 2016

COMUNICADO CONJUNTO CGEB / CIMA

Prezado Sr.(a) Dirigente de Ensino A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica e a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, comunicam:

1-A Avaliação da Aprendizagem em Processo – AAP –na sua 10ª edição –**se destinará ao 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental**, com provas, elaboradas pela CGEB-CEFAI, de Língua Portuguesa e Matemática.

2-Os documentos relativos a esta edição, a saber: provas dos alunos e material de orientação para os professores serão disponibilizados na intranet para reprodução pelas unidades escolares na quantidade necessária para sua aplicação.

3-As Diretorias com quantidade de alunos, atendidos nesta ação, superior a 500, serão apoiadas com o envio de um tonner extra para auxiliar aquelas unidades que eventualmente apresentem esta necessidade na tarefa de impressão das provas.

4-O material do item 2 poderá ser encontrado no link www.intranet.educacao.sp.gov.br – Coordenadoria CIMA –Biblioteca –AAP 10ª Edição Fevereiro 2016.

5-As provas serão aplicadas após o início das aulas, na terceira ou quarta semanas de fevereiro de 2016, conforme a disponibilidade local de impressão das provas.

6-Na Secretaria Escolar Digital, SARA estará disponível para digitação dos resultados desta avaliação a partir de 26/02/2016 até 11/03/2016.

Ghisleine Trigo Silveira
Coordenadora da CGEBO

Olavo Nogueira Batista Filho
Coordenador da CIMA

ANEXO 12 – Comunicado CGEB/CIMA – Primeiro bimestre - 2016

COMUNICADO CONJUNTO CGEB-CIMA, DE 11-4-2016 12/04/2016

Avaliação da Aprendizagem em Processo – Décima Primeira Edição – Primeiro Bimestre - Abril de 2016

A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica em conjunto com a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, considerando a importância de:

- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas e do currículo nas unidades escolares;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, atendendo ao disposto nas Resoluções SE 68/2013, 71/2014, 73/2014 e 27/2015;
- subsidiar as atividades de planejamento e replanejamento escolar no decorrer do ano letivo, especialmente, nesta edição, para o segundo bimestre; e de
- subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem.

Comunicam que:

1 – As ações da Avaliação da Aprendizagem em Processo – AAP terão continuidade em 2016 e ocorrerão, nesta edição, com a aplicação de avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática a alunos da rede estadual regular, de todos os anos do **Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio**.

2- As avaliações da AAP, de caráter diagnóstico, além de acompanhar o desenvolvimento do currículo, também se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos de suas competências e habilidades, objetivando subsidiar a progressão das aprendizagens ainda não consolidadas, por meio da elaboração e execução de planos, pelo professor, para o desenvolvimento do currículo em sala de aula.

3- A partir desta edição, a AAP será referenciada pelos conteúdos e habilidades constantes na Matriz de Avaliação Processual - MAP, elaborada pela CGEB, para todos os anos e séries, disponibilizada à rede no início de 2016 e também disponível na plataforma Foco Aprendizagem da SEE.

4- Na presente edição serão avaliadas habilidades e conteúdos específicos propostos para o primeiro bimestre na MAP, mencionada no item 3, para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de cada um dos anos e séries dos Ensinos Fundamental e Médio, compondo aproximadamente 80% das provas.

4.1 – O percentual restante – cerca de 20% - contemplará habilidades da Matriz de Avaliação do SARESP, selecionadas conforme desempenho na plataforma Foco Aprendizagem.

5- As provas da 11ª edição serão assim constituídas:

5.1- No Ensino Fundamental – Anos Iniciais

- a) 1º ano - Língua Portuguesa: 6 questões abertas; Matemática: 6 questões abertas;
- b) 2º ano – Língua Portuguesa: 6 questões abertas; Matemática: 6 questões abertas;
- c) 3º ano – Língua Portuguesa: 5 questões abertas; Matemática: 8 questões abertas;
- d) 4º ano -Língua Portuguesa: 16 questões de múltipla escolha e 1 produção de texto; Matemática: 16 questões de múltipla escolha; “Anos Intermediários”
- e) 5º ano – Língua Portuguesa: 16 questões de múltipla escolha e 1 produção de texto; Matemática: 16 questões de múltipla escolha. 6º ano

5.2 – No Ensino Fundamental – Anos Finais: 7º, 8º e 9º anos – e no Ensino Médio Língua Portuguesa: 12 questões de múltipla escolha; Matemática: 15 questões de múltipla escolha.

6- A unidade escolar organizará a aplicação das provas pelos próprios professores, e, no caso dos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, preferencialmente em aulas duplas e sem a obrigatoriedade de que a aplicação seja feita pelo docente da disciplina.

7- A aplicação deve ser programada pelas Diretorias e Escolas no período compreendido entre os dias 25 de abril e 06-05-2016.

8 - O material de aplicação da AAP (provas) será entregue impresso para as Diretorias de Ensino, organizado em caixas com o título “Avaliação da Aprendizagem em Processo”, devidamente identificadas com o nome da escola, disciplina, total de provas e total de caixas, dentro das quais as avaliações estarão organizadas por ano e série, em pacotes com 25 provas cada um. O conjunto de documentos referentes a este item é composto por:

8.1- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 1º ano do Ensino Fundamental;

8.2- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;

8.3- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;

8.4- Provas de Língua Portuguesa com Produção de Texto para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;

8.5- Provas de Língua Portuguesa com Produção de Texto para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;

8.6- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;

8.7- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;

8.8- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;

8.9- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;

8.10- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio;

8.11- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio;

8.12- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;

8.13- Provas de Matemática para turmas do 1º ano do Ensino Fundamental;

8.14- Provas de Matemática para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;

8.15- Provas de Matemática para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;

8.16- Provas de Matemática para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;

8.17- Provas de Matemática para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;

8.18- Provas de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;

8.19- Provas de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;

8.20- Provas de Matemática para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;

8.21- Provas de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;

8.22- Provas de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;

8.23- Provas de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;

8.24- Provas de Matemática para turmas da 3ª série do Ensino Médio;

9 - As provas mencionadas no item 8 do presente comunicado foram impressas a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, obedecendo, para cada unidade, a data base de fevereiro de 2016, cuja quantidade foi ajustada a pacotes múltiplos de 25, de forma a garantir o atendimento integral das respectivas demandas.

10 - Além das caixas de provas destinadas às escolas, serão entregues nas Diretorias de Ensino, exemplares de todas as provas mencionadas no item 8, na quantidade equivalente a um pacote de 25 por ano, série e disciplina, para eventuais atendimentos específicos regionais. 11 - As provas em braile e em caracteres ampliados, impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, serão entregues nas Diretorias de Ensino encaminhadas pelo próprio CAPE. 12 – O período programado para a entrega das provas desta edição, foi de 06 a 25-04-2016, conforme já informado em comunicado da CIMA para as Diretorias de Ensino, enviado em meio eletrônico na data de 05-04-2016. 12.1 - Na ocorrência de problemas com a entrega, enviar e-mail para

aap.cima@educacao.sp.gov.br.

13 – Foi produzido, para cada disciplina, ano e série, o corresponde material pedagógico, sob o título “Avaliação da Aprendizagem em Processo – Caderno do Professor”, contendo:

- a) Apresentação;
- b) Quadro de habilidades utilizadas na elaboração dos itens da prova;
- c) Prova do Aluno;
- d) Gabarito;
- e) Instruções para aplicação e orientações para correção (Anos Iniciais do EF);
- f) Grade de correção e recomendações pedagógicas.

14 – Os materiais “Prova do Aluno” do 1º Bimestre, constantes do item 8 e os correspondentes “Caderno do Professor”, mencionados no item 13, estão publicados na intranet, espaço do servidor, nas bibliotecas CGEB e CIMA com o título: AAP 11ª Edição – 1º bimestre de 2016.15 – Os resultados das provas deverão ser inseridos no SARA, da Secretaria Escolar Digital, que se encontrará aberto para esta finalidade no período de 28 de abril a 13-05-2016.16 - Será realizada videoconferência da CGEB/CIMA, incluindo orientações sobre o uso do ambiente Foco Aprendizagem que deverá incorporar os resultados desta avaliação, destinada aos Diretores dos Núcleos Pedagógicos, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos dos Anos Iniciais, de Língua Portuguesa, de Matemática e Supervisores, e, por streaming, Diretores e Professores Coordenadores das unidades escolares. A data da mesma, a ocorrer dentro do período previsto para a aplicação das provas, será oportunamente comunicada na forma usual, via Rede do Saber.17 - As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto desta avaliação devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e pelas Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições.

ANEXO 13 – Comunicado CGEB/CIMA – Segundo bimestre - 2016

COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Comunicado Conjunto CGEB-CIMA s/nº, de 1º-6-2016

Avaliação da Aprendizagem em Processo - *Décima Segunda Edição* - Segundo Bimestre - junho de 2016. A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica em conjunto com a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, considerando a importância de:

- Apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas e do currículo nas unidades escolares;
 - Diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, atendendo ao disposto nas Resoluções SE 68/2013, 71/2014, 73/2014 e 27/2015;
 - Subsidiar as atividades de planejamento e replanejamento escolar no decorrer do ano letivo, especialmente, nesta edição, para o terceiro bimestre; e de
 - Subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem.
- Comunicam que:

1 - As ações da Avaliação da Aprendizagem em Processo - AAP de 2016 ocorrerão com a aplicação de avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática a alunos da rede estadual regular, de todos os anos do Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio.

2- As avaliações da AAP, de caráter diagnóstico, além de acompanhar o desenvolvimento do currículo, também se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos de suas competências e habilidades, objetivando subsidiar a progressão das aprendizagens ainda não consolidadas, por meio da elaboração e execução de planos, pelo professor, para o desenvolvimento do currículo em sala de aula.

3- A AAP será referenciada pelos conteúdos e habilidades constantes na Matriz de Avaliação Processual - MAP, elaborada pela CGEB, para todos os anos e séries, disponibilizada à rede no início de 2016 e também disponível na plataforma Foco Aprendizagem da SEE.

4- Na presente edição serão avaliadas habilidades e conteúdos específicos propostos para o segundo bimestre na MAP, mencionada no item 3, para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de cada um dos anos e séries dos Ensinos Fundamental e Médio, compondo aproximadamente 80% das provas.

4.1 - O percentual restante - cerca de 20% - contemplará habilidades da Matriz de Avaliação do SARESP, selecionadas conforme desempenho na plataforma Foco Aprendizagem.

5- As provas da 12ª edição serão assim constituídas:

5.1- No Ensino Fundamental - Anos Iniciais;

a) 1º ano - Língua Portuguesa: 6 questões abertas; Matemática: 7 questões abertas;

b) 2º ano - Língua Portuguesa: 6 questões abertas e 1 de múltipla escolha; Matemática: 6 questões abertas e 2 de múltipla escolha;

c) 3º ano - Língua Portuguesa: 5 questões abertas; Matemática: 5 questões abertas e 3 de múltipla escolha;

d) 4º ano - Língua Portuguesa: 16 questões de múltipla escolha e 1 produção de texto; Matemática: 16 questões de múltipla escolha;

e) 5º ano - Língua Portuguesa: 16 questões de múltipla escolha e 1 produção de texto; Matemática: 16 questões de múltipla escolha.

5.2 - No Ensino Fundamental - Anos Finais - e no Ensino Médio

Língua Portuguesa: 12 questões de múltipla escolha; Matemática: 15 questões de múltipla escolha.

6- A unidade escolar organizará a aplicação das provas pelos próprios professores, e, no caso dos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, preferencialmente em aulas duplas e sem a obrigatoriedade de que a aplicação seja feita pelo docente da disciplina.

7- A aplicação deve ser programada pelas Diretorias e Escolas no período compreendido entre os dias 20 de junho e 01 de julho de 2016.

8 - O material de aplicação da AAP (provas) será entregue impresso para as Diretorias de Ensino, organizado em caixas com o título “Avaliação da Aprendizagem em Processo”, devidamente identificadas com o nome da escola, disciplina, total de provas e total de caixas, dentro das quais as avaliações estarão organizadas por ano e série, em pacotes com 25 provas cada um. O conjunto de documentos referentes a este item é composto por:

- 8.1- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 1º ano do Ensino Fundamental;
- 8.2- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;
- 8.3- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;
- 8.4- Provas de Língua Portuguesa com Produção de Texto para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;
- 8.5- Provas de Língua Portuguesa com Produção de Texto para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 8.6- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 8.7- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 8.8- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 8.9- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 8.10- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 8.11- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 8.12- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 8.13- Provas de Matemática para turmas do 1º ano do Ensino Fundamental;
- 8.14- Provas de Matemática para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;
- 8.15- Provas de Matemática para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;
- 8.16- Provas de Matemática para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;
- 8.17- Provas de Matemática para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 8.18- Provas de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 8.19- Provas de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 8.20- Provas de Matemática para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 8.21- Provas de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 8.22- Provas de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 8.23- Provas de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 8.24- Provas de Matemática para turmas da 3ª série do Ensino Médio;

9 - As provas mencionadas no item 8 do presente comunicado foram impressas a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, obedecendo, para cada unidade, a data base de fevereiro de 2016, cuja quantidade foi ajustada a pacotes múltiplos de 25, de forma a garantir o atendimento integral das respectivas demandas.

10 - Além das caixas de provas destinadas às escolas, serão entregues nas Diretorias de Ensino, exemplares de todas as provas mencionadas no item 8, dos anos/séries atendidos na respectiva jurisdição, na quantidade equivalente a um pacote de 25 por ano, série e disciplina, para eventuais atendimentos específicos regionais.

11 - As provas em braile e em caracteres ampliados, impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado - CAPE, serão entregues nas Diretorias de Ensino encaminhadas pelo próprio CAPE.

12 - O período programado para a entrega das provas desta edição, previamente agendado pelo fornecedor com cada Diretoria, foi de 24 de maio a 08 de junho de 2016.12.1 - Na ocorrência de problemas com a entrega, enviar e-mail para aap.cima@educacao.sp.gov.br.

13 - Foi produzido, para cada disciplina, ano e série, o correspondente material pedagógico, sob o título “Avaliação da Aprendizagem em Processo - Caderno do Professor”, contendo:

- a) Apresentação;b) Quadro de habilidades utilizadas na elaboração dos itens da prova;c) Prova do Aluno;d) Gabarito;e) Instruções para aplicação e orientações para correção (Anos Iniciais do EF);f) Grade de correção e recomendações pedagógicas.14 - O materiais “Prova do Aluno” do 2º Bimestre, constantes do item 8 e os correspondentes “AAP - Caderno do Professor”, mencionados no item 13, estão publicados na intranet, espaço do servidor, nas bibliotecas CGEB e CIMA com o título: AAP 12ª Edição - 2º bimestre de 2016.15 - Os resultados das provas deverão ser inseridos no SARA, da Secretaria Escolar Digital, que se encontrará aberto para esta finalidade partir de 20 de junho até 05 de agosto de 2016.

16 - Os resultados inseridos no SARA, conforme o item 15, serão incorporados na plataforma Foco Aprendizagem, permitindo uma visualização dinâmica dos mesmos para facilitar e ampliar o apoio ao trabalho pedagógico com as habilidades avaliadas, por parte dos docentes, escolas e Diretorias de Ensino.

17 - As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto desta avaliação devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e pelas Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições.

ANEXO 14 – Comunicado CGEB/CIMA – Terceiro bimestre – 2016

COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Comunicado Conjunto CGEB-CIMA s/nº, de 22-8-2016

Avaliação da Aprendizagem em Processo – Décima Terceira Edição - Terceiro Bimestre – Setembro de 2016.

A Coordenadoria de Gestão da Educação Básica em conjunto com a Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, considerando a importância de:

- apoiar as ações de acompanhamento do desenvolvimento das propostas pedagógicas e do currículo nas unidades escolares;
- diagnosticar, por meio de instrumento padronizado, os aspectos da aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção imediata, atendendo ao disposto nas Resoluções SE68/2013, 71/2014, 73/2014 e 27/2015;
- subsidiar as atividades de planejamento e replanejamento escolar no decorrer do ano letivo, especialmente, nesta edição, para o quarto bimestre; e de
- subsidiar as escolas e docentes, com orientações para elaboração de pautas conjuntas e individuais que resultem em planos de ação para os processos de recuperação da aprendizagem.

Comunicam que:

1 - As ações da Avaliação da Aprendizagem em Processo - AAP de 2016 ocorrerão com a aplicação de avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática a alunos da rede estadual regular, de todos os anos do Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio. 2- As avaliações da AAP, de caráter diagnóstico, além de acompanhar o desenvolvimento do currículo, também se constituem em instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos de suas competências e habilidades, objetivando subsidiar a progressão das aprendizagens ainda não consolidadas, por meio da elaboração e execução de planos, pelo professor, para o desenvolvimento do currículo em sala de aula. 3- A AAP será referenciada pelos conteúdos e habilidades constantes na Matriz de Avaliação Processual - MAP, elaborada pela CGEB, para todos os anos e séries, disponibilizada à rede no início de 2016 e também disponível na plataforma Foco Aprendizagem da SEE. 4- Na presente edição serão avaliadas habilidades e conteúdos específicos propostos para o terceiro bimestre na MAP, mencionada no item 3, para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de cada um dos anos e séries dos Ensinos Fundamental e Médio, compondo aproximadamente 80% das provas. 4.1 - O percentual restante - cerca de 20% - contemplará habilidades da Matriz de Avaliação do SARESP, selecionadas conforme desempenho na plataforma Foco Aprendizagem.

5- As provas da 13ª edição serão assim constituídas: 5.1- No Ensino Fundamental - Anos Iniciais: a) 1º ano - Língua Portuguesa: 7 questões abertas; Matemática: 8 questões abertas; b) 2º ano - Língua Portuguesa: 7 questões abertas; Matemática: 8 questões abertas; c) 3º ano - Língua Portuguesa: 5 questões abertas; Matemática: 8 questões abertas; d) 4º ano - Língua Portuguesa: 16 questões de múltipla escolha e 1 produção de texto; Matemática: 16 questões de múltipla escolha; e) 5º ano - Língua Portuguesa: 16 questões de múltipla escolha e 1 produção de texto; Matemática: 16 questões de múltipla escolha. 5.2 - No Ensino Fundamental - Anos Finais - e no Ensino Médio. Língua Portuguesa: 12 questões de múltipla escolha; Matemática: 15 questões de múltipla escolha. 6- A unidade escolar organizará a aplicação das provas pelos próprios professores, e, no caso dos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, preferencialmente em aulas duplas e sem a obrigatoriedade de que a aplicação seja feita pelo docente da disciplina. 7- A aplicação deve ser programada pelas Diretorias e Escolas no período compreendido entre os dias 28 de setembro a 11 de outubro de 2016. 8 - O material de aplicação da AAP (provas) será entregue impresso para as Diretorias de Ensino, organizado em caixas com o título “Avaliação da Aprendizagem em Processo”, devidamente identificadas com o nome da escola, disciplina, total de provas e total de caixas, dentro das quais as avaliações estarão organizadas por ano e série, em pacotes com 25 provas cada um. O conjunto de documentos referentes a este item é composto por:

- 8.1- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 1º ano do Ensino Fundamental;
- 8.2- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;
- 8.3- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;

- 8.4- Provas de Língua Portuguesa com Produção de Texto para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;
- 8.5- Provas de Língua Portuguesa com Produção de Texto para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 8.6- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 8.7- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 8.8- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 8.9- Provas de Língua Portuguesa para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 8.10- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 8.11- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 8.12- Provas de Língua Portuguesa para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 8.13- Provas de Matemática para turmas do 1º ano do Ensino Fundamental;
- 8.14- Provas de Matemática para turmas do 2º ano do Ensino Fundamental;
- 8.15- Provas de Matemática para turmas do 3º ano do Ensino Fundamental;
- 8.16- Provas de Matemática para turmas do 4º ano do Ensino Fundamental;
- 8.17- Provas de Matemática para turmas do 5º ano do Ensino Fundamental;
- 8.18- Provas de Matemática para turmas do 6º ano do Ensino Fundamental;
- 8.19- Provas de Matemática para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental;
- 8.20- Provas de Matemática para turmas do 8º ano do Ensino Fundamental;
- 8.21- Provas de Matemática para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental;
- 8.22- Provas de Matemática para turmas da 1ª série do Ensino Médio;
- 8.23- Provas de Matemática para turmas da 2ª série do Ensino Médio;
- 8.24- Provas de Matemática para turmas da 3ª série do Ensino Médio;
- 9 - As provas mencionadas no item 8 do presente comunicado foram impressas a partir de quantitativo coletado pelo Sistema de Cadastro de Alunos da Secretaria, obedecendo, para cada unidade, a data base de fevereiro de 2016, cuja quantidade foi ajustada a pacotes múltiplos de 25, de forma a garantir o atendimento integral das respectivas demandas.
- 10 - Além das caixas de provas destinadas às escolas, serão entregues nas Diretorias de Ensino, exemplares de todas as provas mencionadas no item 8, dos anos/séries atendidos na respectiva jurisdição, na quantidade equivalente a um pacote de 25 por ano, série e disciplina, para eventuais atendimentos específicos regionais.
- 11 - As provas em braile e em caracteres ampliados, impressas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado - CAPE, serão entregues nas Diretorias de Ensino encaminhadas pelo próprio CAPE.
- 12 - O período programado para a entrega das provas desta edição, previamente agendado pelo fornecedor com cada Diretoria, foi de 22 de agosto a 09 de setembro de 2016.
- 12.1 - Na ocorrência de problemas com a entrega, enviar e-mail para aap.cima@educacao.sp.gov.br.
- 13 - Foi produzido, para cada disciplina, ano e série, o correspondente material pedagógico, sob o título “Avaliação da Aprendizagem em Processo - Caderno do Professor”, contendo: a) Apresentação; b) Quadro de habilidades utilizadas na elaboração dos itens da prova; c) Prova do Aluno; d) Gabarito; e) Instruções para aplicação e orientações para correção (Anos Iniciais do EF); f) Grade de correção e recomendações pedagógicas.
- 14 - Os materiais “Prova do Aluno” do 3º Bimestre, constantes do item 8 e os correspondentes “AAP - Caderno do Professor”, mencionados no item 13, serão publicados na intranet, espaço do servidor, nas bibliotecas CGEB e CIMA com o título: AAP 13ª Edição - 3º bimestre de 2016.
- 15 - Os resultados das provas deverão ser inseridos no SARA, da Secretaria Escolar Digital, que se encontrará aberto para esta finalidade no período 28 de setembro a 14 de outubro de 2016.
- 16 - A incorporação dos resultados inseridos no SARA, conforme o item 15, está programada para ocorrer na plataforma Foco Aprendizagem, permitindo uma visualização dinâmica dos mesmos, facilitando e ampliando o apoio ao trabalho pedagógico com as habilidades avaliadas, por parte dos docentes, escolas e Diretorias de Ensino.
- 17 - As diferentes atividades a serem desenvolvidas no contexto desta avaliação devem ser planejadas, executadas e acompanhadas pelas equipes das Diretorias de Ensino e pelas Escolas, destacando as ações dos Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos, Diretores, Professores Coordenadores e Docentes das unidades escolares, de acordo com as respectivas atribuições.

Apêndice A – Roteiro de Entrevista dos docentes

01 – Em sua opinião, para que serve a AAP?

02 – Para você, há diferenças e semelhanças entre o SARESP e a AAP?

03 – Você acha que os conhecimentos contemplados na AAP são semelhantes àqueles que você desenvolve em sala de aula?

04 – Você acredita que a AAP contempla o currículo oficial da sua disciplina?

05 – Você já participou de formações relativas à AAP? Quem foi o responsável?

06 – Como foram estas formações? Elas foram suficientes?

07 – Das formações que você participou o que você sugeriria para aperfeiçoamento?

08 - Você usa os resultados da AAP com suas turmas? Como? Sozinho? Com colegas?

09 - Você conhece algum exemplo de usos dos resultados da AAP por seus colegas? Que tipos de usos são citados?

10- Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEE utilizam os resultados da AAP?

11 – Quanto ao uso dos resultados de cada um dos alunos na avaliação da aprendizagem em processo, para atribuição em média bimestral, qual sua opinião sobre usar os acertos da AAP como média bimestral, como nota?

Apêndice B – Roteiro de Entrevista do Professor Coordenador

- 01** – Em sua opinião para que serve a AAP?
- 02** – Para você, há diferenças e semelhanças entre o SARESP e a AAP?
- 03** – Você acha que os conhecimentos contemplados na AAP são semelhantes àqueles que você desenvolve em sala de aula?
- 04** – Você acredita que a AAP contempla o currículo oficial da sua disciplina?
- 05** – Você já participou de formações relativas à AAP? Quem foi o responsável?
- 06** – Como foram estas formações? Elas foram suficientes?
- 07** – Das formações que você participou o que você sugeriria para aperfeiçoamento?
- 08** – Você realiza formações com seus professores sobre AAP?
- 09** – Você se sente preparado para realizar as formações sobre a AAP?
- 10** – Para você, quais são os principais desafios/dificuldades para a realização das formações sobre a AAP com seus professores?
- 11** – Você trabalha os resultados da AAP com os professores? Como?
- 12** – Você acha que a Diretoria de Ensino e a SEE utilizam a AAP? Se sim, para quê? Se não, por quê?